



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

HORTÊNCIA DA SILVA NUNES

Correspondências ao Futuro: requalificação urbana e proposta de um centro comunitário
para o distrito Vila Major Felipe, cidade de José da Penha/RN.

PAU DOS FERROS

2024

HORTÊNCIA DA SILVA NUNES

Correspondências ao Futuro: requalificação urbana e proposta de um centro comunitário
para o distrito Vila Major Felipe, cidade de José da Penha/RN.

Monografia apresentada à Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Me. Lorena Petrovich
Pereira de Carvalho.

Co-orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Leite
Barbosa.

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

N972c Nunes, Hortência da Silva.
Correspondências ao futuro: requalificação urbana e proposta de um centro comunitário para o distrito Vila Major Felipe, cidade de José da Penha/RN. / Hortência da Silva Nunes. - 2024.
157 f. : il.

Orientadora: Lorena Petrovich Pereira de Carvalho.
Coorientador: Antonio Carlos Leite Barbosa.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de , 2024.

1. Requalificação urbana. 2. Planejamento urbano. 3. Espaços públicos. 4. Centro comunitário. I. Carvalho, Lorena Petrovich Pereira de , orient. II. Barbosa, Antonio Carlos Leite , co-orient. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Hortência da Silva Nunes

Correspondências ao futuro: requalificação urbana e proposta de um centro comunitário
para o distrito Vila Major Felipe, cidade de José da Penha/RN

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 24/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Lorena Petrovich Pereira de Carvalho, Prof^a. Me. (UFERSA)
Presidente

Antonio Carlos Leite Barbosa, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

Marcela Dimenstein, Prof^a. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Yuri de Souza Duarte, Prof. Me. (Externo)
Membro Examinador

Dedico este trabalho aos meus avós, Tica e Jatobá, minha base, que agora estão no céu.

Mesmo não estando mais aqui fisicamente, sinto sua presença em cada passo que dou. Vocês foram minha força, minha inspiração e o alicerce que me sustentou durante toda a minha vida. Cada ensinamento de vocês ecoa no meu coração, e o amor e a sabedoria que me transmitiram continuam me guiando, mesmo à distância. Sou eternamente grata por tudo e sei que, de algum lugar, estão me acompanhando com o mesmo carinho de sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por nunca ter me abandonado, mesmo quando eu já tinha desistido; por ter me levantado nos momentos em que pensei em cair; por ter me dado forças, quando nem eu sabia que ainda as tinha. À Cledimar e Vicente (mainha e painho), por terem feito do meu sonho o de vocês também, por tantas vezes abrirem mão dos próprios sonhos para tornar os meus realidade. Obrigada por me ensinarem, desde pequena, que a maior herança que eu poderia ter era o estudo.

À Cleomar (titia), minha segunda mãe, que me criou, me educou e me ensinou sobre a vida. Que acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava, me apoiou, me ajudou e passou a viver esse sonho junto comigo, como se fosse seu. À Zida, que me mostra, a cada dia, que posso ser uma pessoa melhor. Agradeço por nunca ter duvidado – e por nunca duvidar – quando falo do tamanho dos meus sonhos. Aos meus tios e padrinhos, Clediomar e Boanerges, Das Neves e Vanaldo, que, desde sempre, cumprem seus papéis de segundos pais. Me deram a mão e mostraram o real significado de família. A Mardoqueu, Zaqueu, Virgínia, Simone e Claudiana, por todo o apoio e carinho.

Minha trajetória não foi fácil. Foram muitos desafios, momentos de incerteza e dificuldades que, por vezes, me fizeram pensar em desistir. Mas, em cada obstáculo, encontrei forças para continuar. Aprendi que os sonhos não se constroem sozinhos e que cada passo dessa caminhada foi sustentado pelo apoio, amor e incentivo das pessoas ao meu redor.

Quem anda sozinho pode ir mais rápido, mas nem sempre mais longe. Ter pessoas ao meu lado tornou essa jornada mais leve, mais bonita e cheia de significado.

Aos meus primos, Valquíria, Matheus e Giovana, que desde quando eu apenas sonhava em crescer, já estavam aqui comigo nos momentos bons e ruins, vibrando com minhas conquistas e me dando forças quando o cansaço parecia maior que a vontade, minha eterna gratidão, vocês são parte fundamental dessa história. Eu, como filha única, achei que nunca teria irmãos, mas a vida me surpreendeu. Encontrei em vocês um laço que vai além do sangue, um amor genuíno que me fortalece a cada dia.

Deus foi muito generoso comigo. Tive medo de iniciar essa jornada e ser uma pessoa sozinha, mas, Ele foi lá e colocou pessoas incríveis no meu caminho. Imaginem: pessoas que nunca se viram na vida, com tantas diferenças, se completarem tanto? Foi assim que conheci minha segunda família. Acredito fielmente que Deus coloca as pessoas certas em nosso caminho, no momento exato em que precisamos delas. Com Ele, nada é por acaso.

Meus colegas de turma: sempre nós! Sérgio, Karine, Ana Livia, Lindamaria vocês são irmãos que a vida me deu. Compartilhamos momentos de aprendizagem, risadas, desafios e conquistas. Em cada conversa, apoio e incentivo, construímos uma conexão que ultrapassa qualquer distância.

A todos os meus amigos, em especial Ricardo, Ikaro e Vitoria, obrigada pela paciência e companheirismo, vocês entraram pra completar minha vida e fizeram dessa caminhada muito mais especial, ouvindo meus surtos e também minhas risadas exageradas todos os dias. Guilherme, Victor, Juliana, Monyca, Ingrid, Ana Cassia, Marina, Lara, Karen e Douglas, aprendemos não apenas sobre a jornada acadêmica, mas também sobre o valor da amizade verdadeira, da troca de experiências e da força de estar junto, mesmo nas adversidades. Vocês fazem meus dias mais leves, mais alegres e muito mais ricos de significado. Cada um de vocês deixou sua marca na minha história, e sou imensamente grata por ter compartilhado essa jornada ao lado de pessoas tão incríveis.

À minha orientadora Lorena, gratidão por tudo o que fez por mim ao longo desta jornada. Sua calma, doçura e paciência foram essenciais para que eu pudesse chegar aqui. Seu apoio, dedicação e orientação sempre foram firmes e acolhedores, me incentivando a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. Cada conselho, cada correção e cada palavra de incentivo contribuíram para meu crescimento. Sou eternamente grata por ter tido a honra de aprender e evoluir sob sua orientação.

Ao meu coorientador, Antonio, sua exigência para que eu fosse além do que eu imaginava ser capaz era o que realmente fez essa jornada ter sentido. Cada troca, cada momento de reflexão, me ajudaram a entender o verdadeiro valor do esforço e da dedicação. Mais do que um orientador, você foi uma fonte constante de inspiração e aprendizado, que me ensinou a buscar sempre a excelência e a não ter medo dos desafios. Sou profundamente grata por cada ensinamento e por ter tido a oportunidade de aprender com você.

Por fim, agradeço a mim mesma, por ter perseverado, por ter acreditado no meu potencial e por ter enfrentado cada desafio com coragem e determinação. Passei muito tempo duvidando da minha capacidade, mas a cada passo, fui me superando e provando a mim mesma que sou capaz de conquistar meus objetivos. Este trabalho é o reflexo do meu esforço, da minha superação e da minha dedicação, e sou grata por ter tido a força necessária para chegar até aqui.



*A coisa não está nem na partida nem na
chegada. Está é na travessia..."*

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

Este trabalho propõe uma requalificação urbana para o distrito da Vila Major Felipe, em José da Penha/RN, com o objetivo de melhorar as condições de infraestrutura e consequentemente a qualidade de vida de seus habitantes. A pesquisa analisa o contexto histórico e social da região, que enfrenta desafios relacionados à dependência de centros urbanos para acesso a serviços essenciais. A proposta de requalificação baseia-se no direito à cidade, com ênfase na criação de um centro comunitário que promova a integração social e cultural da população local. A metodologia inclui uma revisão de literatura sobre planejamento urbano, requalificação urbana e espaços públicos, além de um diagnóstico das condições sociais, econômicas e físicas do distrito. Com base em experiências de outras localidades, são sugeridas disciplinas adaptadas à realidade da comunidade. O estudo contribui com um projeto preliminar de centro comunitário, fortalecendo os laços sociais, promovendo a inclusão e resgatando a identidade cultural, garantindo a sustentabilidade e acessibilidade dos espaços.

Palavras-chave: requalificação urbana, planejamento urbano, espaços públicos, centro comunitário.

ABSTRACT

This paper proposes an urban requalification for the district of Vila Major Felipe, in José da Penha/RN, with the aim of improving infrastructure conditions and, consequently, the quality of life of its inhabitants. The research analyzes the historical and social context of the region, which faces challenges related to its dependence on urban centers for access to essential services. The requalification proposal is based on the right to the city, with an emphasis on the creation of a community center that promotes the social and cultural integration of the local population. The methodology includes a literature review on urban planning, urban requalification, and public spaces, as well as a diagnosis of the social, economic, and physical conditions of the district. Based on experiences from other locations, disciplines adapted to the reality of the community are suggested. The study contributes with a preliminary design of a community center, strengthening social ties, promoting inclusion, and rescuing cultural identity, ensuring the sustainability and accessibility of spaces.

Keywords: urban requalification, urban planning, public spaces, community center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e situação do município de José da Penha.....	5
Figura 2 – Mapa de localização Vila Major Felipe.....	5
Figura 3 – Recorte espacial da área de estudo.....	13
Figura 4 – Delimitação do terreno.	13
Figura 5 – Levantamento das curvas de nível.	14
Figura 6 – Localização do município de José da Penha e seus limites adjacentes.....	36
Figura 7 - documento de transcrição de imóvel.....	38
Figura 8 - documento de transcrição de imóvel.....	38
Figura 9 - festividades locais.....	40
Figura 10 – Eventos esportivos.....	41
Figura 11 – Eventos sociais.	42
Figura 12 – Grupos culturais.....	43
Figura 13 – Antiga igreja de Santo Expedito.	43
Figura 14 – Antiga igreja de Santo Expedito.	44
Figura 15 - Gráfico de gêneros.	45
Figura 16 - Gráfico de idade.....	45
Figura 17 - Gráfico de residência na Vila Major Felipe.....	46
Figura 18 - Gráfico de tempo de residência.	46
Figura 19 - Gráfico de fonte de renda.	46
Figura 20 - Gráfico qualidade de vida.	47
Figura 21 - Gráfico problemas identificados na Vila Major Felipe.	47
Figura 22 - Gráfico infraestrutura atual da Vila.....	48
Figura 23 - Gráfico utilização dos espaços públicos.....	48
Figura 24 - Gráfico falta de espaços de lazer e convivência.	48
Figura 25 - Gráfico melhorias para os espaços públicos.....	48
Figura 26 - Gráfico espaço cultural/comunitário na Vila.	49
Figura 27 - Gráfico sobre transporte e acessibilidade.....	49
Figura 28 - Gráfico requalificação urbana.	50
Figura 29 - Gráfico melhorias na mobilidade.....	50
Figura 30 – Mapa de Cheios e Vazios.	54
Figura 31 – Mapa de Uso e ocupação do solo.....	55
Figura 32 – Mapa de gabarito.	56
Figura 33 – Mapa de pavimentação.....	57
Figura 34 - Variações de pavimentações.....	57

Figura 35 – Mapa hierarquia viária.	58
Figura 36 – Mapa de paisagismo.	59
Figura 37 – Espécies de vegetação.	60
Figura 38 – Ficha técnica: projeto viver.	61
Figura 39 – Mapa de localização do Projeto Viver.	61
Figura 40 – Corte: projeto viver.	62
Figura 41 – Planta baixa: projeto viver.	62
Figura 42 – Perspectiva: projeto viver.	63
Figura 43 – Fachadas do edifício projeto viver.	63
Figura 24 – Ficha técnica: Centro Comunitário Rehovot.	64
Figura 45 – Localização centro comunitário Rehovot.	64
Figura 46 – Implantação do Centro Comunitário Rehovot.	65
Figura 47 – Planta baixa do Centro Comunitário Rehovot.	66
Figura 48 – Detalhe brises.	66
Figura 49 – Corte do Centro Comunitário Rehovot.	67
Figura 50 – Ficha técnica: Cantinho do céu	67
Figura 51 - Planta dos espaços públicos Cantinho do céu.	68
Figura 52 - Detalhe de rua Cantinho do céu.	69
Figura 53 - Implantação Cantinho do céu.	69
Figura 54 - Espaços públicos do cantinho do céu.	70
Figura 55 – Ficha técnica: Ponte Roma Quartier.	70
Figura 56 - Localização da Ponte Roma Quartier.	71
Figura 57 - Projeto Ponte Roma Quartier.	72
Figura 58 – Zona Climática.	74
Figura 59 – Carta Solar.	76
Figura 60 – Gráfico das Temperaturas.	76
Figura 61 – Gráfico da rosa dos ventos.	77
Figura 62 – Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé.	80
Figura 63 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)	81
Figura 64 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)	81
Figura 65 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.	82
Figura 66 - Diretrizes do partido urbanístico.	83
Figura 67 - Moodboard do projeto.	83
Figura 68 - Componentes de legibilidade.	84
Figura 69 - Elementos que organizam a percepção do espaço urbano.	85
Figura 70 - Problemas identificados na Vila Major Felipe.	85

Figura 71 – Calçadas.	86
Figura 72 – Iluminação noturna.	86
Figura 73 - Ruas sem vegetação.	87
Figura 74 - Calçadas inacessíveis.	87
Figura 75 - Equipamentos urbanos da Vila Major Felipe.	89
Figura 76 – Zoneamento.	91
Figura 77 – Propostas requalificação urbana.	92
Figura 78 – Rua Tipo 01.	92
Figura 79 – Rua Tipo 02.	93
Figura 79 – Rua Tipo 03.	93
Figura 80 – Rua Tipo 04.	94
Figura 81 – Rua Tipo 06.	94
Figura 82 – Rua Tipo 04.	95
Figura 83 – Acessibilidade.	95
Figura 84 – Postes de iluminação.	97
Figura 85 – Praça “Tica”.	98
Figura 86 – Pocket Park.	98
Figura 87 – Parada de ônibus.	99
Figura 88 – Espécies utilizadas no projeto.	99
Figura 89 – Implantação geral.	100
Figura 89 – Zoneamento Centro Comunitário.	103
Figura 90 – Função das áreas.	105
Figura 91 – Diagrama dos blocos.	105
Figura 91 – Planta baixa bloco 01.	106
Figura 92 – Planta baixa bloco 02.	107
Figura 93 – Planta baixa bloco 03.	107
Figura 94 – Vista Centro Comunitário.	108
Figura 95 – Vista Centro Comunitário.	108
Figura 96 – Vista Centro Comunitário.	108
Figura 97 – Vista Centro Comunitário.	108
Figura 98 – Vista Centro Comunitário.	109
Figura 99 – Vista Centro Comunitário.	109
Figura 100 – Vista Centro Comunitário.	109
Figura 101 – Vista Centro Comunitário.	110
Figura 102 – Vista Centro Comunitário.	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Coordenadas dos pontos da área de intervenção.	14
Tabela 2 - Condicionantes legais.....	80
Tabela 3 - Dimensionamento de rampas.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - processos da análise de dados.....	12
Quadro 2 - Dimensões da experiência urbana.....	52
Quadro 3 - processos da análise de dados.....	73
Quadro 4 - programa de necessidades Requalificação Urbana.....	90
Quadro 5 - programa de necessidades Centro Comunitário.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NBR - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PBA - Programas Básicos Ambientais

UBS - Unidade básica de saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA	9
2.1. Fontes Teóricas	10
2.2. Fontes Empíricas	11
3. REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1. Planejamento Urbano no Brasil	16
3.1.1. Planejamento Urbano no Nordeste	19
3.1.2. Planejamento Urbano em pequenas cidades	21
3.2. Requalificação Urbana	24
3.3. Espaços Livres Públicos	27
4. ENDEREÇANDO O PRESENTE	35
4.1. A Cidade: José da Penha	35
4.2. Vila Major Felipe: histórico e evolução	37
4.2.1. Aspectos sociais, econômicos e culturais	38
4.3. Análise dos questionários	44
5. ANÁLISE URBANA	52
6. ESTUDO CORRELATOS	61
6.1. Edifício Projeto Viver	61
6.2. Centro Comunitário Rehovot	64
6.3. Cantinho do céu	67
6.4. Ponte Roma Quartier	70
6.5. Contribuições das referências projetuais	72
7. CARIMBANDO O FUTURO: concepção projetual	74
7.1. Dados bioclimáticos	74
7.2. Condicionantes legais	77
7.3. Proposta da requalificação urbana	83
7.3.1. Conceito e partido: correspondências ao futuro	83
7.3.2. A Proposta	84
7.3.3. Programa de necessidades:	90
7.4. Centro Comunitário	101
7.4.1. Conceito e partido	101
7.4.2. Programa de necessidades	102
7.4.3. Zoneamento	103
7.4.4. O Centro Comunitário Arapuá	105

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICES	117

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as cidades passaram por diversas mudanças sociais, econômicas e ambientais até os dias de hoje. Com a industrialização, desencadeou-se uma tendência migratória das populações para os centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho, educação e serviços. Em consequência, o rápido crescimento urbano revelou novos desafios para lidar com o *boom* populacional e as demandas associadas e, por vezes, ocasionou a criação de bairros desordenados, sem infraestrutura adequada e acesso a serviços essenciais, observado principalmente nesses grandes centros urbanos.

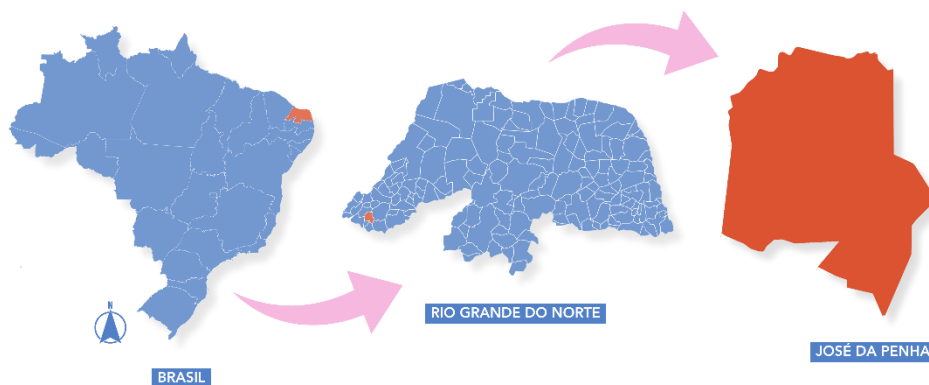
No século XX, o Brasil passou por mudanças que resultaram em um país essencialmente urbano, marcado por uma crescente concentração da sua população e atividades econômicas nas áreas urbanas, refletindo uma transformação que remodelou a paisagem social, econômica e cultural do país. O Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que a população do Brasil é de aproximadamente 203,1 milhões de pessoas. Destas, 84,4% residem em áreas urbanas, enquanto 15,6% vivem em áreas rurais (IBGE, 2022). Na perspectiva de continuidade dessa urbanização, somada à expansão territorial das cidades, observa-se a necessidade de um planejamento urbano eficaz, incluindo áreas de menor população que sofreram com essa descentralização, com investimentos em infraestrutura e a promoção da inclusão social a fim de garantir que todos os habitantes possam usufruir dos benefícios da vida nas cidades.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 2001, é um marco legal importante nesse contexto, visto que estabelece diretrizes para a política urbana no Brasil. O Artigo 2º desta Lei destaca a importância de garantir o direito à cidade sustentável, o que inclui acesso à terra urbana, moradia adequada, saneamento, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer para todos os cidadãos. Sendo assim, nota-se a importância de planejar e focar em soluções que tragam qualidade de vida para a população e principalmente para as áreas que não recebem a atenção necessária.

Essas disposições previstas pelo Estatuto da Cidade são aplicáveis a todos os municípios brasileiros, independentemente de seu porte populacional ou territorial. Essa universalidade confirma que o direito à cidade sustentável deve ser garantido tanto para grandes centros urbanos quanto para pequenos municípios, uma vez que cada contexto apresente desafios e demandas específicas. Nos municípios de menor porte, como José da Penha, a implementação dessas diretrizes torna-se particularmente relevante, pois, embora inseridos em contextos reduzidos em comparação com as metrópoles, esses territórios também enfrentam problemas relacionados à infraestrutura, ao acesso a serviços essenciais à qualidade de vida da população.

A cidade de José da Penha (localizada na região do alto oeste potiguar, a 426 km da capital Natal), também passou por um desenvolvimento urbano significativo, iniciando seu povoamento em 1934, ao redor do Riacho Aroeira e em 31 de dezembro de 1958, foi emancipada e tornou-se um novo município.¹

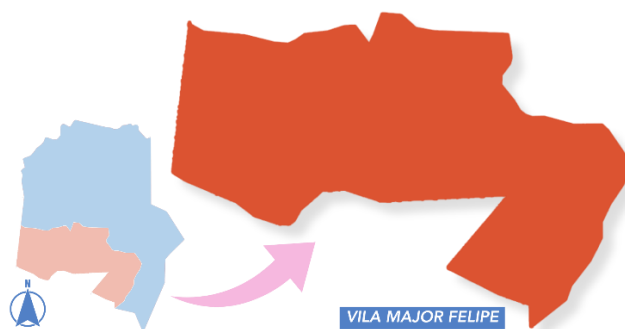
Figura 1 – Localização e situação do município de José da Penha.



Fonte: Adaptado de MapChart (2025).

Hoje a cidade é composta por dois distritos: o distrito de José da Penha, também conhecido como distrito-sede (onde se localiza a sede municipal), e o distrito Major Felipe (ou Vila Major Felipe), situado a 6,7 km do Centro, ao qual se liga exclusivamente pela rodovia BR-405, além de sítios que se estendem além do centro urbano. Apesar da relevância histórica e cultural, a Vila Major Felipe apresenta uma forte dependência do centro urbano e enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura e acesso a serviços essenciais, decorrentes de um desenvolvimento urbano desigual. Esta situação é acentuada pela carência de espaços públicos de qualidade e pela ausência de investimentos adequados na infraestrutura local. Sendo assim, a problemática central deste estudo consiste na necessidade de identificar e compreender como essas condições impactam a vida dos residentes e como a dependência do centro urbano limita as oportunidades de crescimento e melhoria local.

Figura 2 – Mapa de localização Vila Major Felipe.



¹ Portal da Prefeitura Municipal de José da Penha, 2024 disponível em: <https://josedapenha.rn.gov.br/informa.php?id=5?id=>

Fonte: Adaptado de MapChart (2025).

O conceito de comunidade, conforme Tönnies (1947), enfatiza o valor do "comunitário", que se traduz na ação conjunta e no compartilhamento entre grupos sociais, sendo a base de uma vida em comum sustentada por relações interpessoais e união. Nesse sentido, a comunidade é vista como um espaço que favorece a interação e a solidariedade, reforçando os laços sociais.

Jane Jacobs (1961), em seu livro "Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas", argumenta que a principal função de um distrito, quando bem sucedida, é atuar como mediadora entre as comunidades locais, muitas vezes carentes de representação política significativa. Ou seja, os distritos devem facilitar a comunicação e a cooperação entre os ambientes dentro da sua área e as autoridades municipais. Considerando esse pensamento, a Vila Major Felipe não conseguiu melhorar seu papel como elo entre os diversos sítios e a cidade, pois continua dependente do centro urbano para atividades essenciais, como o acesso ao ensino médio (visto que a Vila oferece apenas o ensino fundamental), serviços hospitalares (com apenas uma UBS disponível) e acesso a órgãos públicos, como a prefeitura e suas secretarias. Isso faz com que os moradores precisem se deslocar até a cidade para acessar esses serviços.

Esse problema é comum em muitas regiões com desenvolvimento urbano desigual, onde as áreas centrais mais direcionadas recebem maior atenção, resultando no esquecimento e na negligência de locais como a Vila Major Felipe. Esse cenário leva à estagnação econômica, dificultando o progresso da comunidade. Para superar essa condição, é necessário implementar um conjunto de soluções que fortaleçam o papel da Vila Major Felipe como distrito e promovam um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo.

Mediante ao exposto, a justificativa deste trabalho se dá pela conexão pessoal desta autora com o lugar, que vivenciou o abandono e o esquecimento de uma comunidade que já foi protagonista de importantes transformações culturais e sociais. A experiência direta com a realidade da Vila Major Felipe permite uma análise mais profunda dos impactos causados pela urbanização e como a não utilização dos seus espaços impactam na identidade e no bem-estar de seus habitantes. Este trabalho busca, portanto, não apenas compreender as dinâmicas de urbanização e seus efeitos sobre a população local, mas também propor caminhos para seu desenvolvimento, ressignificando e resgatando o senso de comunidade e pertencimento entre os moradores.

O objetivo geral deste estudo é propor uma requalificação urbana e a criação de um centro comunitário, a nível de estudo preliminar, para o distrito Vila Major Felipe, localizado no município de José da Penha – RN. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos alguns

objetivos específicos: (1) compreender o conceito de requalificação urbana e analisar experiências em contextos similares, identificando estratégias adaptáveis à realidade local; (2) diagnosticar o distrito a partir de suas características sociais, econômicas, físicas e espaciais, identificando problemas e potencialidades; (3) propor intervenções urbanas que contribuam para a qualificação dos espaços públicos, promovendo melhorias urbanísticas, sociais e culturais; (4) elaborar um projeto preliminar para um centro comunitário, integrando demandas da população e potencializando atividades sociais, culturais e educacionais; e desenvolver um plano de diretrizes que oriente a implementação de políticas públicas de requalificação urbana e a gestão sustentável dos novos espaços propostos.

Dentro do contexto da proposta de requalificação urbana da Vila Major Felipe, a criação de um centro comunitário surge como uma solução estratégica. Este espaço, além de atender às necessidades locais, pode funcionar como um ponto de integração, promovendo atividades que conectam e envolvem a população. Contudo, é importante questionar se a maneira como a requalificação urbana e a implementação desse centro pode efetivamente transformar a Vila Major Felipe. Como estas intervenções podem não só melhorar a infraestrutura local, mas também fortalecer os laços sociais, promovendo a inclusão e atendendo às necessidades culturais, educacionais e de serviços essenciais da comunidade?

De acordo com Albuquerque (1999), a comunidade é frequentemente associada à imagem de uma sociedade ideal, descrita pela intimidade, profundidade emocional e engajamento moral, aspectos fundamentais para o fortalecimento da coesão social. Assim, a criação de um centro comunitário, alinhado a requalificação urbana, pode representar um ponto de partida significativo para revitalizar a Vila Major Felipe, promovendo a valorização cultural, a recuperação do dinamismo social e a restauração dos laços que outrora caracterizaram o lugar. A requalificação urbana proposta neste estudo visa transformar o distrito Vila Major Felipe em um ambiente mais funcional, habitável e inclusivo, alinhando as intervenções às necessidades da comunidade local, promovendo um desenvolvimento urbano que possa melhorar a qualidade de vida, reforçando e resgatando a identidade cultural desse distrito.

Sendo assim, a estrutura deste trabalho foi organizada de forma a garantir uma análise abrangente e consistente do tema em questão. Inicialmente, a metodologia orienta o trabalho para a revisão da literatura, que estabelece as bases conceituais, abordando estudos e teorias sobre o planejamento urbano no Brasil, com ênfase nas cidades de menor escala, além de discutir a requalificação urbana e os espaços livres e públicos, incluindo também a análise dos equipamentos urbanos. Em seguida, a seção de condicionantes investiga os fatores contextuais e específicos do distrito, considerando aspectos sociais, econômicos, culturais e

ambientais que influenciam o processo de urbanização e requalificação urbana. Por fim, a concepção projetual apresenta o desenvolvimento das ideias e propostas para a requalificação da Vila Major Felipe, baseada na análise prévia e no referencial teórico, com o objetivo de propor soluções que atendam às necessidades do distrito.

2. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo a abordagem, os métodos de coleta de dados, as técnicas de análise e o contexto em que o estudo foi realizado. Posto isto, adotou-se uma abordagem exploratória qualitativa.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o problema em estudo, adotando uma abordagem flexível para torná-lo mais claro ou até mesmo formular hipóteses a partir dele. Essa flexibilidade é fundamental, pois permite considerar diversos aspectos relacionados ao fenômeno investigado, sendo comum a utilização de técnicas como levantamento bibliográfico, entrevistas com indivíduos e análise de exemplos práticos, como meio de aprofundar a compreensão do problema. Geralmente, essas pesquisas incluem atividades como o levantamento bibliográfico, entrevistas com indivíduos que possuem experiências práticas no tema, e a análise de exemplos que possam ajudar na compreensão do problema (Selltiz et al., 1967, p. 63, citado por Gil, 2002). Contextualizando essa metodologia no campo da proposta de requalificação urbana, a abordagem exploratória investiga como as mudanças urbanas são percebidas pelos moradores e quais aspectos são mais valorizados ou criticados.

Denzin e Lincoln (2006) descrevem a pesquisa qualitativa como uma "atividade situada" que integra o pesquisador no cenário estudado, empregando uma ampla gama de práticas materiais e interpretativas, com uma diversidade de métodos utilizados, incluindo estudos de caso, textos, refletindo a riqueza da análise qualitativa, que muitas vezes requer a combinação de várias práticas interpretativas para oferecer uma visão mais abrangente e profunda do objeto de estudo. Nesse viés, para alcançar os objetivos propostos e responder à problemática central, este trabalho adota uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão mais profunda das percepções dos moradores, das transformações sociais e espaciais, e das dinâmicas culturais que emergem a partir das intervenções urbanas no local.

Essa combinação metodológica possibilita uma investigação detalhada sobre como as transformações urbanas estão sendo percebidas pela comunidade. A pesquisa exploratória ajuda na identificação dos principais temas e questões relevantes, como acessibilidade, identidade cultural, e inclusão social, que podem ser posteriormente investigados em maior profundidade por meio de métodos qualitativos. A utilização de questionários e observações in loco, permitirá captar as percepções e sentimentos dos moradores, proporcionando uma visão mais ampla e multifacetada das dinâmicas sociais e espaciais.

2.1. Fontes Teóricas

Inicialmente, para embasar a pesquisa, foram utilizados autores fundamentais para o entendimento da requalificação urbana e do planejamento urbano. As bases teóricas foram sustentadas por importantes referências, que orientam a análise crítica e o desenvolvimento do projeto. O autor Vicente Del Rio (1955) fornece uma perspectiva contemporânea sobre o urbanismo, destacando a necessidade de planejamento integrado e sustentável. Assim como Jan Gehl (2013), enfatizando, sobretudo, a criação de espaços públicos que promovam a interação social e a qualidade de vida. Kevin Lynch (1997) traz uma visão sobre a percepção e a legibilidade dos espaços urbanos, que, junto com a visão de Gordon Cullen (1983), enfatiza a continuidade visual e a legibilidade das cidades, propondo que a forma urbana deve criar uma narrativa visual coesa que enriqueça a experiência dos habitantes e visitantes. A obra de Jane Jacobs (2000) trata da importância das comunidades locais, a diversidade urbana e a necessidade de planejamento urbano que respeite o tecido social existente, defendendo um planejamento que valorize a complexidade e a vitalidade das cidades a partir da perspectiva dos moradores.

Além desses autores foram utilizados documentos internacionais, como a Carta de Atenas (1933), considerado um marco do urbanismo moderno, que estabelece princípios fundamentais para a organização funcional das cidades, e a Carta de Lisboa (1995) que reforça a importância de princípios sustentáveis na requalificação dos ambientes urbanos. Outras fontes teóricas e metodológicas, como artigos acadêmicos, teses e dissertações, também foram fundamentais para a pesquisa, oferecendo perspectivas atuais e metodologias para a análise da proposta de requalificação, além da legislação nacional, como o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, que reforça o direito à cidade e incentiva a participação popular no planejamento urbano.

O levantamento documental de dados foi feito junto à Prefeitura do município e com o acervo pessoal de moradores, visando obter um conhecimento mais aprofundado sobre a história de José da Penha e da Vila Major Felipe. Considerando que a cidade não possui um Plano Diretor ou legislação municipal específica para orientar seu desenvolvimento urbano, recorreu-se às bases de dados das cidades vizinhas que apresentam características semelhantes àquelas da cidade em estudo. Esse recurso permitiu utilizar como referência normas e diretrizes que, embora aplicadas a outras localidades, são compatíveis com a realidade do município de José da Penha e respectivamente a Vila Major Felipe, garantindo que as propostas de requalificação sejam fundamentadas em princípios urbanísticos adequados e adaptáveis ao contexto local.

Entre os documentos obtidos estão o Plano Diretor Municipal e o Código de Obras da cidade de Pau dos Ferros, que fornecem diretrizes de uso do solo e ordenamento territorial, essenciais para entender as políticas urbanísticas vigentes e orientar o desenvolvimento sustentável da área. Também foram consultados registros de zoneamento, normas de construção e regulamentações ambientais, que asseguram que as intervenções estejam em conformidade com a legislação local.

O trabalho também se norteará pela aplicação das normas técnicas brasileiras, como a NBR 9050:2020, que estabelece critérios de acessibilidade para pessoas com deficiência, assegurando que todos os espaços sejam inclusivos e a NBR 6492, que estabelece critérios para a representação de projetos de arquitetura e garante que a documentação dos planos de requalificação seja clara e compreensível para todos os envolvidos no processo. Por sua vez, a NBR 16537 fornece diretrizes para a sinalização tátil no piso, assegurando que as intervenções urbanas sejam acessíveis e inclusivas para pessoas com deficiência visual. A aplicação dessas normas contribui para a criação de um ambiente urbano mais funcional e inclusivo, alinhando-se às melhores práticas de planejamento e acessibilidade.

2.2. Fontes Empíricas

Para a análise da Vila Major Felipe, foi essencial recorrer a fontes empíricas que proporcionem uma visão concreta sobre sua atual condição. A coleta de dados locais, como dados do último censo e relatórios de instituições governamentais, ofereceu uma base qualitativa para entender as dinâmicas demográficas e socioeconômicas da área. Além disso, a observação direta através de pesquisas de campo e análise de mapas e imagens permitiram também, uma avaliação visual das alterações no ambiente urbano.

Como já mencionado, a pesquisa foi conduzida na Vila Major Felipe, localizada no município de José da Penha, Rio Grande do Norte, para o diagnóstico da área, foram desenvolvidos e aplicados questionários direcionados aos moradores, com o objetivo de captar a percepção da comunidade sobre as condições atuais do distrito, além de suas necessidades e expectativas futuras. Para facilitar o envio e a coleta de respostas, foi utilizado o *Google Forms*, com 15 perguntas objetivas.

Gil (2002) descreve o processo de análise de dados, destacando as etapas essenciais e a importância da interpretação, onde, primeiramente, tem-se a codificação das respostas, que transforma os dados qualitativos em formatos quantificáveis, facilitando a análise. Em seguida, a tabulação dos dados, que organiza essas informações em tabelas para uma visão clara e estruturada, podendo utilizar as informações e gráficos gerados pelo *Google Forms* para a complementação da análise e adaptados no *Canva*.

Quadro 1 - processos da análise de dados.

ETAPA	DESCRIÇÃO	OBJETIVO	ATIVIDADES
CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS	Transformação de dados qualitativos em categorias ou códigos quantificáveis.	Facilitar a análise e a organização dos dados.	Criar categorias de resposta para os questionários.
TABULAÇÃO DOS DADOS	Organização dos dados em tabelas para facilitar a visualização e análise.	Resumir os dados e apresentar informações de forma clara.	Construir tabelas com frequências de respostas, agrupar dados por categorias.

Fonte: Antonio Carlos Gil, 2002 adaptado pela autora 2024.

O diagnóstico das condições físicas e sociais foi realizado por meio de uma análise detalhada do local. Para isso, foram utilizadas fotografias tiradas ao nível dos olhos durante visitas *in loco*, com o objetivo de compreender melhor a organização do espaço urbano. As fotografias foram feitas com um aparelho celular, entre os dias 05 e 10 de janeiro de 2025, por volta das 17h, sendo registrados pontos importantes do distrito como os equipamentos urbanos, as ruas, os caminhos e também, as visuais do terreno escolhido para o desenvolvimento do projeto e seu entorno. Além disso, imagens capturadas por satélites, obtidas pelo *Google Earth Pro*, que foram empregadas para mapear o crescimento urbano, monitorar a cobertura do solo (como vegetação, água e áreas pavimentadas) e identificar padrões de urbanização. O diagnóstico também incluiu a avaliação dos serviços públicos disponíveis.

Em adição, tem-se a produção de mapas, essencial para melhor compreensão do espaço, destacando as áreas de intervenção e subsidiando para o planejamento de ações que promovam um desenvolvimento urbano mais integrado e alinhado às reais demandas da Vila Major Felipe. Para isso, foi definido um raio de 350m de distância, abrangendo boa parte do distrito, considerando a via de acesso, às áreas edificadas e não edificadas do entorno e áreas verdes. A imagem foi retirada no *Google Earth Pro* e levada para o *software Autocad 2021* para a realização da vetorização, assim, foram desenvolvidos o recorde da área (figura 03), a delimitação do terreno (figura 04) e os mapas de uso e ocupação do solo, mapa de gabarito, mapa de vias, cheios e vazios, mapa de paisagismo e iluminação.

Figura 3 – Recorte espacial da área de estudo.



Fonte: Adaptado Google Earth Pro (2025).

O terreno para o desenvolvimento do projeto, como mostrado na figura 04, consta com os pontos A, B, C e D, com a Rua Celestino Ferreira da Silva e Travessa Celestino Ferreira da Silva como confrontantes e seu acesso se dá pela Travessa Martimiano Feliciano.

Figura 4 – Delimitação do terreno.



Fonte: Adaptado do Google Earth Pro (2025).

Tabela 1 - Coordenadas dos pontos da área de intervenção.

PONTOS	LATITUDE	LONGITUDE
PONTO A	6°22'40.89"S	38°17'56.95"O
PONTO B	6°22'39.17"S	38°17'55.45"O
PONTO C	6°22'42.31"S	38°17'53.84"O
PONTO D	6°22'42.76"S	38°17'54.84"O

Fonte: Autora (2025).

Dando continuidade, foi realizado o levantamento topográfico utilizando dados retirados do banco de mapas do IBGE, que foram processados no *software QGIS* para a produção do mapa topográfico com o objetivo de identificar as curvas de nível, com intervalos de 1m entre elas. Esse levantamento permitiu obter informações detalhadas sobre as elevações e declínios da área de estudo, aspectos fundamentais para compreender o impacto dessas características, por exemplo, na acessibilidade, na drenagem de água e no desenvolvimento de infraestrutura local. Ao identificar pontos críticos, como áreas suscetíveis a enchentes ou erosão, torna-se possível planejar de forma mais precisa a localização de vias, edificações e outros elementos urbanos, garantindo um melhor planejamento urbano, respeitando as condições naturais do terreno, favorecendo um crescimento ordenado e sustentável.

Figura 5 – Levantamento das curvas de nível.



Fonte: Autora (2025).

Para melhor compreender o clima da Vila Major Felipe e como esses aspectos influenciam diretamente no conforto térmico dos moradores, foi realizado um diagnóstico climático, que envolveu a coleta e análise de dados sobre temperatura, umidade relativa do ar, regime de precipitação e padrões de vento ao longo do ano, com dados retirados do site PROJETEE. Como a cidade de José da Penha não consta no banco de dados do site, utilizou-se a cidade de Jaguaribe/CE, por ser a que mais se assemelha ao clima local. Através dessa análise, foi possível identificar períodos de maior calor ou frio, níveis de umidade que podem afetar o bem-estar dos residentes, e a direção predominante dos ventos, que pode ser utilizada para otimizar a ventilação natural e também, elaborar estratégias para o planejamento urbano, como o uso de materiais adequados, a disposição estratégica de áreas verdes para sombreamento, e o design de espaços públicos e privados que favoreçam a circulação de ar, contribuindo para um ambiente mais agradável e saudável para a comunidade.

O estudo de correlatos, uma das etapas essenciais para o desenvolvimento das propostas projetuais, envolveu a análise de projetos similares de requalificação urbana por meio da consulta a publicações acadêmicas, sites, artigos de revistas e bases de dados de projetos urbanos. Ao examinar casos de outras localidades com características semelhantes às da Vila Major Felipe, como por exemplo, aspectos socioeconômicos e topográficos, foi possível identificar estratégias e soluções eficazes que podem ser adaptadas para atender às necessidades do local. Esses estudos proporcionam uma compreensão mais profunda das melhores práticas de requalificação urbana e permitem a identificação de possíveis obstáculos e formas de superá-los, contribuindo para um planejamento mais eficaz e contextualizado para a Vila Major Felipe.

Com base nessas abordagens, a metodologia adotada foi de um projeto a nível de estudo preliminar, com ênfase na implantação de um centro comunitário como elemento estruturador do espaço urbano. Foram estabelecidas diretrizes projetuais que orientaram a concepção para um espaço multifuncional, acessível e integrado ao tecido urbano existente, promovendo atividades voltadas ao fortalecimento da convivência social, da cultura e da educação comunitária, sendo fundamentado em princípios de sustentabilidade e inclusão, culminando na criação de um equipamento urbano que não apenas atenda às necessidades locais, mas também contribui para a valorização do espaço público e para a promoção da qualidade de vida dos moradores.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como objetivo principal a estruturação teórica da pesquisa, apresentando a revisão da literatura relacionada aos principais conceitos e debates que a fundamentam. A partir de uma análise das contribuições teóricas e acadêmicas, são explorados três tópicos centrais: o planejamento urbano no Brasil, a requalificação urbana e os espaços livres e públicos, todos com enfoque em cidades pequenas.

O primeiro tópico, planejamento urbano no Brasil, discute as diretrizes e transformações históricas que moldaram o desenvolvimento das cidades brasileiras, com foco nas políticas públicas e nos desafios contemporâneos. Em seguida, o tópico requalificação urbana, destacando a importância dessas intervenções para a criação de espaços mais inclusivos e funcionais. Por fim, o tópico sobre os espaços livres e públicos, que investiga o papel desses espaços na promoção da convivência social e bem-estar, ressaltando sua relevância para a qualidade de vida urbana e para o fortalecimento do tecido social. Com essa estrutura teórica, tem-se o embasamento necessário para a análise crítica da realidade de Vila Major Felipe e a proposição de estratégias que atendam às necessidades específicas do distrito, dentro de um quadro mais amplo de desenvolvimento urbano sustentável.

3.1. Planejamento Urbano no Brasil

O planejamento urbano no Brasil, desde o início do século XX, passou por várias transformações impulsionadas pelo crescimento populacional acelerado e pela modernização. Conforme Medeiros *et al.* Filho, Dieb e Andrade (2010), foi durante esse período que a América do Sul demonstrou grande interesse em projetos urbanísticos, dada a necessidade de resolver problemas originados pela urbanização intensa e pelo impacto da Revolução Industrial. No Brasil, as primeiras iniciativas urbanísticas foram fortemente influenciadas pelos modelos europeus, buscando modelos europeus emulados, priorizando a criação de uma imagem 'moderna' e 'civilizada' das cidades, especialmente inspirando-se em Paris (Colin, 2002). Essa visão promove o desenvolvimento de grandes avenidas e sistemas de transporte público, com foco nos centros urbanos, que se tornaram símbolos de progresso e sofisticação.

No entanto, esse modelo de planejamento focou nas áreas centrais, negligenciando as periferias, que foram ignoradas pelo poder público e deixadas sem acesso a infraestrutura e serviços essenciais. Como resultado, essa dinâmica contribuiu para a consolidação de uma desigualdade socioespacial que persiste até os dias atuais, refletindo as limitações de um modelo urbano que promoveu a segregação espacial e a marginalização de áreas periféricas. Atualmente, esse legado de desigualdade socioespacial representa um dos maiores desafios

para o planejamento urbano no Brasil. As políticas urbanas mais recentes buscam cada vez mais reverter essas disparidades, promovendo abordagens inclusivas e sustentáveis que enfrentem as desigualdades históricas e melhorem a qualidade de vida para todas as camadas da população, promovendo a coesão social e a justiça espacial.

Milton Santos (2000) explica que a expansão das cidades no Brasil não foi acompanhada por políticas públicas capazes de garantir uma urbanização equitativa. Como consequência, o acesso a serviços essenciais ficou concentrado nas áreas centrais, enquanto as periferias foram marcadas pela precariedade. A partir do período nacional-desenvolvimentista, na segunda metade do século XX, uma urbanização acelerada impulsionou o crescimento desordenado das periferias, sem planejamento adequado para garantir serviços e infraestrutura de qualidade nessas áreas. Enquanto os centros urbanos recebiam investimentos em infraestrutura, as regiões periféricas se expandiram de forma precária, sendo caracterizadas com frequência por assentamentos informais e pela ausência de serviços básicos, como saneamento, transporte e saúde. Esse desequilíbrio entre centro e periferia revelou-se em uma segregação territorial que, embora nem sempre física, é evidente no acesso desigual aos direitos urbanos e à qualidade de vida dos habitantes.

A informalidade e o desequilíbrio não se restringem apenas à habitação em favelas ou ocupações irregulares, mas permeiam diversos aspectos da vida urbana, como o mercado de trabalho e o acesso a serviços públicos. Além disso, a proximidade física entre áreas de alta e baixa renda, comum em muitas cidades brasileiras, não elimina a desigualdade no acesso aos serviços urbanos. Mesmo em espaços geograficamente próximos, a disparidade no atendimento das necessidades básicas reforça a segregação socioespacial.

A urbanista Ermínia Maricato, em seus estudos sobre as desigualdades urbanas no Brasil, argumenta que conceitos tradicionais, como exclusão social e segregação, não são suficientes para capturar a complexidade da realidade urbana brasileira. Segundo Maricato (2003), a informalidade e a ilegalidade são características permanentes do tecido urbano do país, e não meros acidentes ou problemas temporários. A realidade brasileira é marcada por uma "inclusão precária", na qual grande parte da população está formalmente inserida na cidade, mas sem acesso aos benefícios e direitos que essa inclusão deveria proporcionar.

Oliveira Cruz (2012) destaca a importância do planejamento urbano como uma ferramenta estratégica para a organização do espaço urbano, uma vez que ele reflete as dinâmicas sociais, políticas e econômicas presentes na cidade. Ao representar os interesses de diferentes grupos sociais, o planejamento pode tanto justificar quanto limitar suas ações, dependendo da forma como é elaborado e implementado. Dessa maneira, exerce um papel

fundamental na mediação entre os interesses públicos e privados, moldando a forma como a cidade se desenvolve e como os recursos urbanos são distribuídos entre seus habitantes.

Com isso, a partir da Constituição Federal de 1988, o planejamento urbano no Brasil passou por uma importante transformação, especialmente com a consagração do princípio da função social da propriedade urbana. Esse avanço legal estabeleceu que a propriedade urbana deve atender ao interesse coletivo, promovendo o bem-estar social e equilibrando o direito individual à propriedade com as necessidades da coletividade. Esse princípio foi fundamental para o desenvolvimento de uma política urbana mais justa e inclusiva, buscando corrigir décadas de exclusão e marginalização.

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) reforçou esse princípio ao criar instrumentos urbanísticos voltados a garantir um uso mais equitativo e sustentável do solo urbano. Entre esses instrumentos, destaca-se a obrigatoriedade do Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, uma ferramenta essencial para regular o crescimento das cidades, combater a especulação imobiliária e promover o uso adequado dos terrenos urbanos. O Estatuto visa ainda garantir que as áreas urbanas fossem desenvolvidas de forma a promover a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o acesso a direitos básicos para todos os cidadãos.

No entanto, apesar dos avanços legais, o planejamento urbano no Brasil ainda enfrenta grandes desafios. O crescimento populacional acelerado e a urbanização desordenada contribuíram para a expansão de ocupações irregulares e para a precariedade nas periferias urbanas. Nessas áreas, a infraestrutura básica — como saneamento, transporte, saúde e educação — é frequentemente insuficiente ou inexistente. Esse descompasso entre a oferta de serviços públicos e o crescimento descontrolado das cidades reflete uma dinâmica histórica de concentração de investimentos nas regiões centrais e de marginalização das áreas periféricas.

A aplicação efetiva dos instrumentos de gestão urbana previstos no Estatuto da Cidade depende, primordialmente, da criação de leis municipais que regulamentem a sua operacionalização. Esse processo é de responsabilidade das prefeituras e câmaras de vereadores, que possuem o poder de adaptar os dispositivos às realidades locais e estabelecer diretrizes específicas para o uso e ocupação do solo. Entretanto, a ausência de regulamentação em muitas cidades brasileiras reflete uma lacuna no compromisso político com a implementação de transformações estruturais que enfrentam desafios como a especulação imobiliária e a desigualdade socioespacial.

Essa lacuna na aplicação dos instrumentos de política urbana contribui para a perpetuação de dinâmicas de exclusão e desigualdade, afetando sobretudo áreas periféricas

e comunidades vulneráveis, que enfrentam dificuldades para acesso a serviços públicos essenciais e infraestrutura urbana adequada. Nesse cenário, a promoção de cidades mais inclusivas e socialmente justas está condicionada não apenas à regulamentação técnica, mas também à superação de barreiras político-institucionais, exigindo maior comprometimento das administrações municipais e pressão por parte da sociedade civil organizada.

Jan Gehl (2013), ao discutir a importância dos espaços públicos, argumenta que a criação de cidades mais humanas e inclusivas passa pela valorização dos espaços onde as pessoas se encontram e interagem. Em contextos como o das cidades brasileiras, onde a desigualdade socioespacial é marcante, o fortalecimento de espaços públicos de qualidade pode ser uma ferramenta poderosa para reduzir a segregação e promover a inclusão.

Sendo assim, superar esses desafios requer não apenas a aplicação rigorosa dos instrumentos legais, como o Estatuto da Cidade, mas também uma revisão profunda das políticas públicas urbanas. Isso envolve a integração das áreas centrais e periféricas, a implementação de programas de regularização fundiária e um maior investimento em infraestrutura básica nas periferias. Além disso, a participação cidadã é crucial para garantir que as necessidades das comunidades mais vulneráveis sejam consideradas no processo de planejamento urbano (Vainer, 2000). O direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (1968), só será plenamente realizado quando todos os cidadãos tiverem acesso equitativo aos serviços, infraestrutura e espaços urbanos de qualidade.

3.1.1. Planejamento Urbano no Nordeste

No Nordeste do Brasil, o planejamento urbano enfrenta desafios significativos, resultado das desigualdades históricas e socioeconômicas que marcam a região. A concentração de investimentos nas capitais e grandes centros urbanos tem contribuído para um desenvolvimento desigual, deixando cidades menores e áreas periféricas com infraestrutura precária. Esse desequilíbrio evidencia as falhas de um modelo de urbanização que, em vez de integrar os diversos segmentos da sociedade, perpetua as injustiças sociais existentes.

Paul Singer (1980) destaca que a urbanização no Brasil foi um processo tardio, acelerado a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pela industrialização e pela modernização da economia. Esse movimento gerou um grande êxodo rural, com milhões de pessoas migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população urbana do Nordeste cresceu de cerca de 41,6% em 1970 para aproximadamente 83% em 2020, evidenciando a pressão sobre a infraestrutura urbana.

No entanto, o crescimento urbano acelerado trouxe consigo uma série de problemas, como a falta de infraestrutura adequada e desigualdade no acesso a serviços essenciais, especialmente nas regiões menos favorecidas, como o Nordeste. Em 2020, apenas 36% da população rural do Nordeste tinha acesso à água potável encanada, em comparação com 83% da população urbana, evidenciando as desigualdades no acesso a serviços básicos entre áreas urbanas e rurais. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2021, a renda média domiciliar per capita no Nordeste era cerca de 50% menor do que a média do Sudeste, o que reforça as disparidades econômicas entre as regiões.

César Castro (2012) evidencia que a economia nordestina foi historicamente moldada por atividades como a cana-de-açúcar e o algodão, formando uma estrutura socioeconômica caracterizada pela monocultura. Embora essa atividade tenha gerado riqueza em determinados períodos, também legou um panorama de vulnerabilidade e desigualdade. As principais capitais da região, como Fortaleza, Recife e Salvador, vivenciaram um crescimento urbano rápido e muitas vezes desordenado. Esse crescimento, no entanto, não foi acompanhado pela expansão adequada da infraestrutura e dos serviços públicos, resultando em problemas urbanos, como a escassez de moradias, a ausência de saneamento básico e o transporte inadequado.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2022, o déficit habitacional no Brasil totalizou 6.215.313 domicílios, o que representa 8,3% do total de habitações ocupadas no país. Em termos absolutos, houve um aumento de cerca de 4,2% em relação a 2019, quando o total de domicílios em déficit era de 5.964.993. A maioria desses domicílios está localizada em áreas urbanas, muitas delas nas regiões menos localizadas, como o Nordeste. Além disso, as cidades menores, especialmente as localizadas no interior e em áreas semiáridas, foram marginalizadas nesse processo de desenvolvimento, apresentando escassez de investimentos e a falta de políticas públicas eficazes.²

Renato Cymbalista (2005) observa que o crescimento desordenado das cidades brasileiras não apenas reflete, mas também reproduz as desigualdades sociais, criando espaços urbanos que favorecem determinados grupos em detrimento de outros. As áreas periféricas, frequentemente carentes de serviços básicos, são fruto de políticas urbanas que priorizam setores mais privilegiados, enquanto as camadas mais vulneráveis da população enfrentam exclusão e escassez de oportunidades. Nesse contexto, o planejamento urbano se

² Esses dados foram obtidos a partir de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o Censo Demográfico e a Pesquisa de Condições de Vida, além de estudos do Ministério das Cidades e da Fundação João Pinheiro (FJP).

torna uma ferramenta essencial para promover a equidade e a inclusão social. Um planejamento urbano efetivo pode ajudar a garantir que os serviços e as infraestruturas sejam distribuídos de maneira mais equitativa, favorecendo o desenvolvimento sustentável das áreas menos favorecidas e integrando as diferentes partes da cidade.

Essa urbanização desequilibrada aprofundou as desigualdades regionais. Enquanto as grandes cidades do Nordeste se modernizavam e atraíam investimentos, as localidades do interior permaneceram estagnadas, muitas vezes dependendo das capitais para o acesso a serviços básicos, como educação, saúde e emprego. A concentração de recursos e oportunidades nos centros metropolitanos intensificou a disparidade entre as regiões, criando um ciclo de desigualdade que persiste até os dias atuais. Segundo dados do IBGE (2022), em 2021, a taxa de pobreza na região foi de cerca de 43%, comparado a 25% no Sudeste, evidenciando a vulnerabilidade das populações nordestinas. Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Nordeste, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), é significativamente inferior ao das regiões Sudeste e Sul, refletindo desigualdades em saúde, educação e renda.

Mediante ao exposto, o papel do planejamento urbano é crucial para reverter essas tendências de desigualdade e exclusão. Ao promover políticas públicas inclusivas, que priorizem a infraestrutura, a acessibilidade e a participação da comunidade, é possível construir cidades mais justas e sustentáveis, onde todos os cidadãos tenham acesso às oportunidades e recursos necessários para uma vida digna.

3.1.2. Planejamento Urbano em pequenas cidades

A configuração urbana brasileira, de acordo com Paloma Guitarrara, é caracterizada pela diversidade, abrangendo tanto grandes centros metropolitanos quanto pequenas cidades que desempenham funções vitais em suas regiões. No entanto, frequentemente, a atenção e os recursos públicos são direcionados quase exclusivamente aos grandes centros, ignorando a riqueza e a complexidade das pequenas cidades. Endlich (2006, p. 31) argumenta que "não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana", enfatizando a necessidade de reconhecer essas localidades em toda a sua diversidade e potencial.

As pequenas cidades não são meros apêndices dos grandes centros urbanos, elas possuem características únicas que as tornam essenciais para o funcionamento do território. Como aponta Roberto Lobato Corrêa (2011, p. 06,) "a pequena cidade é, assim, antes de mais nada, um núcleo dotado da função de sede municipal". Essa função político-administrativa é fundamental, pois confere a essas cidades um poder de gestão sobre o território, permitindo a implementação de políticas públicas e a coordenação de serviços essenciais.

No entanto, essas pequenas cidades frequentemente enfrentam dificuldades significativas em seus processos de planejamento urbano. Uma das principais questões é a falta de recursos financeiros e técnicos, o que limita a capacidade das prefeituras de elaborar e implementar planos diretores eficazes. Muitos municípios pequenos não dispõem de equipes técnicas especializadas em urbanismo e planejamento, resultando em projetos que não atendem adequadamente às necessidades da população e que, muitas vezes, não consideram o contexto local.

[...] Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. As cidades dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, a telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (o que antes viviam nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados. (SANTOS, 2009, p. 56).

Santos (2009) faz uma análise sobre as mudanças na estrutura social e econômica das cidades. Essa transição de "cidades dos notáveis" para "cidades econômicas" indica um deslocamento na forma como a sociedade valoriza diferentes profissões e papéis sociais, enfatizando a importância de especializações técnicas para o desenvolvimento urbano e a perda da identidade local, quando passam a valorizar mais a economia e a indústria do que os interesses locais.

A presença de instituições públicas, como escolas, hospitais e serviços administrativos, é um elemento crucial para a qualidade de vida nas pequenas cidades. A capacidade de um município de oferecer serviços adequados à população está intrinsecamente ligada ao seu status de sede municipal. Além disso, essa função atrai investimentos e facilita o acesso a tributos estaduais e federais, tornando-se um fator determinante para o desenvolvimento econômico local. As atividades econômicas nas pequenas cidades, frequentemente relacionadas à produção e à circulação de mercadorias, são impulsionadas por essa infraestrutura de serviços.

A Carta de Atenas ressalta a dinâmica intrínseca ao desenvolvimento urbano: "A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana um pouco a pouco a sua alma" (CIAM, 1933, p. 25). A vida de uma cidade não é estática, mas sim um processo em constante evolução, refletido nas suas infraestruturas e no planejamento urbano que, ao longo do tempo, moldam sua identidade. Essas construções e espaços, além de servirem funções práticas, são fundamentais para expressar a essência cultural e social da comunidade, revelando a "alma" da cidade à medida que se transforma e se adapta às necessidades de seus habitantes.

Com isso, vê-se que o reconhecimento das pequenas cidades também traz à tona questões de identidade e cultura. Muitas delas possuem tradições e expressões culturais próprias, que são fundamentais para a construção da identidade regional. O fortalecimento dessas identidades culturais não apenas enriquece a diversidade nacional, mas também contribui para a coesão social e o sentido de pertencimento da população. Assim, o planejamento urbano nessas cidades deve ser sensível às suas especificidades, considerando aspectos como a escala reduzida, a proximidade entre as atividades econômicas e sociais, e o forte vínculo com o entorno rural. Ao contrário dos grandes centros, onde o crescimento urbano se dá de forma mais acelerada e complexa, as cidades pequenas têm a oportunidade de adotar um planejamento que privilegie a qualidade de vida, a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento das identidades culturais locais.

Uma iniciativa que visa reduzir essas desigualdades regionais, especialmente nas áreas mais afetadas pela seca no Nordeste brasileiro, é a transposição do Rio São Francisco (CASTRO, CARDOSO E SOUSA, 2017), que já foi em grande parte concluída. O Governo Federal defende essa transposição como uma solução para os problemas do semiárido nordestino, trazendo mudanças não apenas para a segurança hídrica, mas também para o desenvolvimento econômico da região. A busca iniciativa criar novas fontes de emprego e incentivar a permanência da população local, evitando o êxodo rural. Ao priorizar uma política de desenvolvimento regional sustentável, a transposição promove a convivência com o clima semiárido, utilizando os recursos hídricos de forma planejada e sustentável para garantir melhores condições de vida, inclusão social e dinamização da economia rural.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) elaborou um documento que apresenta programas complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, conhecido como Programas Básicos Ambientais (PBA). Esses programas têm como objetivo mitigar os impactos ambientais e sociais gerados pela transposição, garantindo que o projeto ocorra de forma sustentável. Os PBAs incluem iniciativas voltadas à preservação dos ecossistemas locais, à recuperação de áreas degradadas, ao monitoramento da fauna e da flora, além de ações de reassentamento e apoio às comunidades ribeirinhas afetadas. Esses programas são essenciais para equilibrar os benefícios hídricos e econômicos da transposição com a preservação ambiental e o bem-estar social (ANPUR, 2017).

Dentre esses PBAs, destaca-se o Plano Diretor Participativo. Este plano visa envolver as comunidades locais no processo de planejamento e tomada de decisões relacionadas à implementação do projeto. Através de uma abordagem participativa, o plano busca garantir que as vozes e as necessidades da população sejam ouvidas, promovendo um diálogo entre os gestores do projeto e os moradores afetados. Essa interação é fundamental para garantir

que as ações de mitigação de impactos e as propostas de desenvolvimento sejam adequadas ao contexto local, contribuindo para a sustentabilidade social, econômica e ambiental da região (ANPUR, 2017).

Dito isso, Rezende e Ultramari (2007) destacam que o planejamento urbano é um grande desafio para os municípios, especialmente para os menores, devido à complexidade de equilibrar uma série de fatores, como questões econômicas, físico-territoriais, políticas e de gestão, são barreiras que tornam o planejamento urbano uma tarefa árdua. Nos municípios de pequeno porte, como mencionado anteriormente, a escassez de recursos financeiros e técnicos muitas vezes impede que os planos diretores sejam desenvolvidos e implementados de forma eficaz.

A realidade da cidade de José da Penha e da Vila Major Felipe reflete muitos dos desafios e oportunidades relacionados ao planejamento urbano em pequenas cidades, tendo em vista o enfrentamento de desafios significativos, como a falta de investimentos, a precariedade dos serviços públicos e a migração de jovens para os grandes centros em busca de melhores oportunidades. Esses fatores podem levar à estagnação econômica e à perda de vitalidade social. Portanto, é imperativo que as políticas públicas adotem uma abordagem holística e inclusiva, reconhecendo o papel vital das pequenas cidades na estrutura urbana e promovendo seu desenvolvimento sustentável.

Em suma, o reconhecimento e a valorização das pequenas cidades são fundamentais para garantir um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável no Brasil. Ao implementar políticas que atendam às necessidades e potencialidades dessas localidades, é possível fomentar um ambiente onde todas as cidades, independentemente de seu tamanho, possam prosperar, contribuindo para a diversidade e riqueza da paisagem urbana brasileira. A promoção de um diálogo mais amplo e inclusivo acerca das especificidades das pequenas cidades é essencial para a construção de um futuro urbano mais justo e equitativo.

3.2. Requalificação Urbana

Segundo Moreira (2007), a requalificação urbana refere-se a um conjunto de transformações realizadas de maneira integrada em áreas urbanas que passam por um processo de declínio. Esse conceito abrange intervenções que visam revitalizar aspectos econômicos, por meio do fomento de novas atividades e investimentos sociais, ao melhorar a qualidade de vida e os serviços disponíveis para os moradores, ao introduzir práticas sustentáveis e reduzir impactos negativos no meio ambiente e físicos, com a renovação de infraestrutura, espaços públicos e edificações. Assim, a requalificação busca reverter a degradação dessas áreas e promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Essa perspectiva é corroborada por Carvalho (2008, p. 332), que afirma: “a requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade.” Essa definição ressalta que a requalificação urbana não é apenas uma questão de revitalização física, mas também de promover um desenvolvimento que considere as necessidades sociais e culturais da população.

Nesse contexto, a requalificação urbana desponta como uma estratégia essencial na contemporaneidade para ressignificar áreas urbanas degradadas ou subutilizadas, promovendo a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e a renovação da identidade local. Segundo Moura (2006), esse processo não se limita à mera revitalização de espaços, mas busca promover uma transformação profunda nas áreas urbanas, garantindo que elas se tornem mais funcionais e acolhedoras para seus habitantes. Talarico (2017) ressalta que esse tipo de intervenção visa a valorização do espaço público urbano, adotando medidas que impulsionam a economia local e redirecionam novas qualidades urbanas para a localidade. Essa abordagem complementa a importância do monitoramento e avaliação das intervenções de requalificação urbana, pois permite verificar se as ações estão realmente promovendo os benefícios esperados para a comunidade.

A requalificação urbana, conforme Silva (2011, p. 45), é entendida como um eixo central nas intervenções urbanas, pois possibilita a transformação tanto do tecido físico quanto social das cidades. Esse processo não se limita a ações de reconfiguração estética, mas envolve a criação de novas dinâmicas urbanas que respeitam e aproveitam o desenho preexistente da cidade.

Ademais, a requalificação, permite (re)criar a cidade, imbuindo seus espaços de um novo sentido e identidade, sem perder sua conexão com as características históricas e culturais que definem seu espaço urbano. Esse conceito é ainda mais enriquecido quando se observa a natureza inclusiva da requalificação, que exige a participação ativa da comunidade no planejamento e na execução dos projetos. Como apontado, ouvir as vozes dos moradores e compreender suas necessidades é essencial para que as intervenções urbanas reflitam as prioridades da população, garantindo que as soluções propostas não apenas transformem fisicamente os espaços, mas também fortaleçam os laços sociais e o senso de pertencimento.

Nesse sentido, a Carta de Lisboa (1995) reforça a requalificação como um processo de recuperação e valorização de espaços públicos, especialmente em áreas habitacionais, com o intuito de ajustar os espaços ao contexto atual e promover uma melhor qualidade de vida para os cidadãos. Assim, a requalificação se configura como uma ferramenta essencial para

transformar as cidades, tornando-as mais adequadas às necessidades de seus habitantes, ao mesmo tempo em que preserva e valoriza a identidade local.

Kevin Lynch (1997, p. 21) aponta sobre a legibilidade de uma cidade, que está intimamente relacionada aos seus aspectos visuais, desempenhando um papel fundamental na forma como os habitantes percebem e interagem com o ambiente urbano. Uma cidade legível permite que as pessoas compreendam e naveguem por seus espaços de maneira intuitiva, contribuindo para uma experiência urbana mais enriquecedora. Quando os elementos visuais são consistentes e bem definidos, eles não apenas orientam os usuários, mas também fomentam um sentimento de pertencimento e conexão com o local. Essa compreensão é especialmente relevante no contexto da requalificação urbana, onde a revitalização de espaços deve considerar a importância de criar ambientes que sejam visualmente visíveis e funcionalmente acessíveis, promovendo a inclusão social e a valorização da identidade local.

Ao promover intervenções que priorizam a qualidade de vida e o bem-estar da população, essa abordagem busca criar ambientes mais inclusivos e funcionais. A requalificação não se limita à estética, mas se concentra em aspectos práticos, como a acessibilidade, a segurança e a sustentabilidade dos espaços públicos. A dinamização social e econômica na requalificação urbana é crucial para revitalizar áreas negligenciadas, promovendo a criação de empregos e o fortalecimento do comércio local. Intervenções bem planejadas, como a instalação de espaços para feiras e eventos culturais, não apenas atraem visitantes, mas também incentivam a interação social e a construção de laços comunitários. Esses espaços, ao valorizar a cultura e a identidade local, enriquecem a experiência urbana e fortalecem o senso de pertencimento dos moradores. No entanto, é fundamental garantir a participação ativa da comunidade no planejamento, para evitar problemas como a gentrificação e assegurar que as soluções reflitam verdadeiramente as necessidades da população, criando um ambiente mais inclusivo e sustentável.

Outro ponto crucial levantado pela Carta de Lisboa (1995) é a valorização da identidade local. Durante o processo de requalificação, é essencial preservar os elementos que compõem a história e a cultura das comunidades, garantindo que as intervenções respeitem e reforcem o sentido de pertencimento dos moradores. Isso não só enriquece a experiência urbana, mas também promove a coesão social, uma vez que as pessoas se sentem mais conectadas aos seus ambientes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 61% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes (IBGE, 2022). Esses municípios muitas vezes enfrentam problemas como falta de infraestrutura,

serviços públicos inadequados e manipulação de espaços públicos. A requalificação urbana, portanto, torna-se uma oportunidade de transformar esses desafios em melhorias efetivas.

Jane Jacobs afirma que “os visitantes farejam os locais em que há vida e os procuram para compartilhar dela, alimentando-a ainda mais” (JACOBS, 2014, p. 163), ela destaca a importância da vitalidade urbana e das interações sociais nos espaços públicos. Essa ideia sugere que a presença de visitantes em áreas dinâmicas não apenas usufrua da energia existente, mas também a intensifique, contribuindo para a criação de ambientes vibrantes. O conceito de “vida” aqui pode ser interpretado em várias dimensões, como a presença de atividades, interações sociais, e a diversidade cultural. Essa perspectiva é crucial para entender como a requalificação urbana pode atrair pessoas, promover a convivência e, conseqüentemente, revitalizar as comunidades, tornando-as mais funcionais e acolhedoras.

Segundo Lombardo (1990), o ambiente urbano é o resultado de interações complexas entre fatores ambientais, biológicos e socioeconômicos, sendo profundamente influenciado pela presença humana. O meio construído pelo homem se sobrepõe ao ambiente natural, o que provoca mudanças significativas no meio físico, alterando as condições ambientais. Essas modificações impactam diretamente a qualidade de vida dos habitantes, já que o ambiente urbano passa a refletir não apenas as necessidades de infraestrutura, mas também os desafios gerados pela intervenção humana, como a poluição, a diminuição de áreas verdes e o aumento da densidade populacional.

Diante disso, nas cidades de pequeno porte, a requalificação urbana surge como uma estratégia essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e promover o desenvolvimento sustentável. Essas localidades, muitas vezes marcadas por uma identidade cultural rica, enfrentam dificuldades como a falta de infraestrutura, serviços públicos inadequados e espaços subutilizados. A implementação de projetos de requalificação pode transformar esses desafios em oportunidades, proporcionando melhorias significativas na qualidade de vida dos moradores.

3.3. Espaços Livres Públicos

Segundo Panerai (2006), os espaços livres públicos englobam um conjunto diversificado de vias e áreas abertas que desempenham funções fundamentais na organização urbana. Ele menciona ruas, vielas, bulevares, avenidas, largos, praças, passeios e esplanadas como componentes desse sistema, ressaltando que sua organização em rede é essencial para permitir a distribuição e a circulação dentro das cidades. Essa definição amplia o entendimento dos espaços livres públicos, que vão além da simples concepção de áreas destinadas ao lazer ou à socialização. Panerai destaca que esses espaços são, sobretudo,

infraestruturas urbanas que facilitam o fluxo de pessoas, veículos e bens, articulando diferentes partes da cidade e garantindo a conectividade entre bairros e zonas distintas.

David Clark (1991) complementa essa visão ao afirmar que o crescimento das cidades tem sido acompanhado pela diminuição das áreas de lazer, convívio social e ambientes públicos de qualidade, que foram gradualmente substituídos por grandes edifícios. Essa transformação resultou em uma nova estrutura urbana, onde os espaços destinados ao encontro e à interação social são frequentemente negligenciados em favor de construções verticais e densas. Esse fenômeno não apenas reduz a acessibilidade a locais de recreação e convivência, mas também impacta negativamente a qualidade de vida dos cidadãos, limitando suas oportunidades de socialização e interação com a comunidade. A escassez de espaços públicos adequados pode contribuir para um ambiente urbano menos acolhedor e menos saudável, enfatizando a necessidade de um planejamento urbano que valorize a criação e a manutenção de áreas de lazer e espaços de convívio social, essenciais para o bem-estar da população.

Assim, observa-se que os espaços públicos abertos desempenham um papel crucial nas cidades, impactando diretamente sua funcionalidade, acessibilidade e conforto, ao mesmo tempo em que promovem a interação social entre os moradores. Eles são fundamentais para a vitalidade urbana, pois criam oportunidades de convivência e troca entre os cidadãos, fortalecendo a dinâmica social e a sensação de comunidade. Além disso, esses espaços contribuem para uma cidade mais acolhedora e acessível, proporcionando ambientes que incentivam a inclusão e a participação de todos (Santana e Elali, 2016).

Miranda Magnoli (1982, p. 179) traz uma análise sobre os espaços livres, definindo-os como "todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso." Essa definição é bastante abrangente e destaca a importância desses espaços na configuração urbana. Ao considerar os espaços livres dessa maneira, ela enfatiza que eles incluem não apenas áreas de solo, mas também elementos como água e luz, que são fundamentais para o bem-estar urbano. Essa perspectiva é crucial para entender como os espaços livres contribuem para a qualidade de vida nas cidades, pois oferecem locais para recreação, socialização e descanso, além de promoverem a saúde mental e física da população.

Nas cidades pequenas, os espaços livres e públicos desempenham um papel crucial na promoção da qualidade de vida, pois influenciam diretamente a convivência comunitária e o fortalecimento dos laços sociais entre os habitantes. Ambientes como praças e parques oferecem locais para encontros, lazer e atividades culturais, elementos essenciais para a construção de um senso de pertencimento e identidade coletiva. O espaço urbano, conforme

destacado por Carlos (1999), vai além de ser um simples ambiente físico; ele é o local de reprodução das relações sociais, refletindo e influenciando as interações sociais, políticas, culturais e econômicas.

Nesse contexto, a equidade no acesso a esses espaços se torna fundamental, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, idade ou condições econômicas, possam usufruir de momentos de descanso, interação e bem-estar. Essa acessibilidade contribui para a criação de uma sociedade mais inclusiva e coesa, onde as relações sociais são fortalecidas, e a integração entre os moradores é promovida, gerando um ambiente mais harmonioso e solidário.

Lynch (1997) ressalta a relevância das experiências estéticas e emocionais proporcionadas pelos ambientes urbanos, destacando que as cidades têm o potencial de despertar sentimentos de prazer e apreciação espacial tanto nos visitantes quanto nos moradores. Para o autor:

[...] por mais comum que possa ser o panorama de uma cidade, olhar para ela pode nos dar um prazer espacial, já que a cidade é um espaço de atração não só para os visitantes, mas também para as pessoas que vivem nela (Lynch, 1997, p. 19).

Esse argumento sublinha a importância da relação sensorial e afetiva entre os indivíduos e o espaço urbano, evidenciando que, mesmo paisagens cotidianas, quando planejadas, podem fomentar um sentido de pertencimento e satisfação. Assim, a configuração visual e funcional da cidade torna-se fundamental para promover experiências positivas, consolidando a cidade como um espaço não apenas de interação social e atividade econômica, mas também como um local de apreciação estética e conexão emocional. Essa perspectiva é central para o planejamento urbano, que deve considerar não apenas aspectos importantes, mas também a capacidade do ambiente de gerar emoções e enriquecer a vivência dos usuários.

Apesar da configuração de uma cidade parecer comum ou rotineira, a forma como os espaços urbanos são percebidos pode gerar um prazer espacial significativo. Essa apreciação não se limita apenas à beleza visual, mas também abrange aspectos como a vivência sensorial, a interação social e o cotidiano das pessoas, especialmente em cidades e distritos menores, onde a população é mais reduzida.

Nesse contexto, a cidade é apresentada como um espaço de atração, onde a diversidade de formas, cores e atividades cria um ambiente dinâmico e estimulante. Para os residentes, essa atratividade é crucial, pois influencia diretamente sua qualidade de vida, incentivando a convivência e a formação de laços sociais. Assim, a análise de Lynch reforça a

necessidade de considerar não apenas a funcionalidade das cidades, mas também seu potencial de proporcionar prazer e satisfação aos que nela habitam.

Jan Gehl (2013) ressalta um aspecto fundamental do urbanismo: a ideia de que a vivacidade de uma cidade não se mede apenas pela quantidade de pessoas ou pela dimensão física dos espaços urbanos. Para Gehl (2013, p. 63), "a cidade viva é um conceito relativo" e, portanto, "o que importa não são números, multidões ou o tamanho da cidade, e sim a sensação de que o espaço da cidade é convidativo e popular; isso cria um espaço com significado". Essa perspectiva desafia a noção convencional de que a vitalidade urbana está diretamente relacionada ao tamanho e à densidade populacional.

Vicente Del Rio (1990) discorre sobre a importância do desenho urbano na qualidade de vida nas cidades, destacando que o planejamento deve ir além da funcionalidade, promovendo a integração social, a acessibilidade e o bem-estar. Ele enfatiza que espaços públicos inclusivos e bem projetados, que consideram a escala humana, a iluminação e a vegetação, fortalecem os laços comunitários e reduzem desigualdades sociais. Além disso, Del Rio ressalta a necessidade de integrar a natureza ao ambiente urbano, afirmando que áreas verdes e a preservação de ecossistemas são fundamentais para a sustentabilidade e a saúde das cidades. O contato com a natureza, segundo ele, é crucial para o equilíbrio emocional, contribuindo para um ambiente urbano mais acolhedor e harmonioso. Essa visão dialoga diretamente com Perehouskei e Angelis (2012), que afirmam que a presença de vegetação em ambientes urbanos é fundamental para a satisfação psicológica dos indivíduos. Caminhar sob árvores e entre flores atende a um desejo, muitas vezes inconsciente, de conexão com o verde e com a natureza.

Reis e Lay (2006) complementam essa análise ao argumentarem que o espaço urbano deve ser estudado não apenas por suas características formais, mas também pelos efeitos que essas características têm sobre as percepções, atitudes e comportamentos dos usuários:

[...] o espaço não é apenas descrito nos seus aspectos formais, mas é analisado quanto ao efeito de suas características físico-espaciais sobre os indivíduos, tentando-se entender como as percepções desses aspectos afetam as atitudes e os comportamentos dos usuários do espaço urbano (REIS e LAY, 2006, p. 27).

Dessa forma, eles apontam que o urbanismo não deve se limitar a uma visão estética ou técnica, mas deve incorporar a compreensão de como os espaços moldam a experiência humana e influenciam a forma como as pessoas interagem e se apropriam do ambiente.

Segundo Montaner e Muxi (2007), as cidades modernas estão sendo organizadas principalmente em função das estradas, avenidas e demais vias que priorizam a circulação de automóveis. Nessa configuração urbana, o indivíduo se isola dentro de uma "bolha",

desconectado da realidade concreta que o cerca. Esse isolamento resulta em uma cidade fragmentada, onde as relações interpessoais e a interação com o espaço público são prejudicadas, gerando um ambiente marcado pelo medo do desconhecido.

Esse fenômeno reflete a urbanização voltada para o transporte motorizado, em detrimento da experiência humana no espaço público. O urbanismo centrado nos veículos compromete a acessibilidade e a vivência dos pedestres, reforçando a segregação espacial e o distanciamento entre os cidadãos. Para superar esses desafios, é essencial adotar um planejamento urbano que resgate o papel dos espaços públicos como lugares de encontro e interação social, priorizando a mobilidade ativa e sustentável, conforme preconizam autores como Jan Gehl e Jane Jacobs. Assim, a crítica de Montaner e Muxi alerta para a necessidade de repensar as cidades contemporâneas, buscando criar ambientes urbanos mais inclusivos, seguros e humanos, onde as pessoas possam se conectar verdadeiramente umas com as outras e com o espaço ao seu redor.

Além dos espaços livres públicos, os equipamentos e mobiliários urbanos desempenham um papel fundamental na configuração da vida urbana, funcionando como elementos que enriquecem a funcionalidade, o conforto e a estética dos ambientes. A presença de equipamentos e mobiliário urbano adequados é crucial para maximizar o uso desses espaços. Como Jan Gehl ressalta:

O bom espaço urbano deve oferecer assentos primários na forma de bancos e cadeiras, assim como muitas opções secundárias para se sentar: escadas, bases de estátuas, monumentos, etc. (GEHL, 2013, p. 143).

Célson Ferrari (1977) define equipamentos urbanos como obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública, que possibilitam a plena realização da vida de uma população. Essa definição destaca a importância desses equipamentos para o funcionamento adequado das cidades, pois eles são essenciais para atender às necessidades da comunidade e garantir um ambiente urbano que promova o bem-estar dos cidadãos.

Maria Elaine Kohlsdorf (1996) complementa essa visão ao considerar o mobiliário urbano como um componente integrante que complementa o espaço urbano. Segundo ele, esses elementos possuem “características de maior mobilidade e menor escala” e, muitas vezes, são “os principais responsáveis pela imagem dos lugares” (KOHLSDORF, 1996, p.160-161). Essa característica de mobilidade e menor escala torna o mobiliário urbano uma parte dinâmica do ambiente, contribuindo significativamente para a identidade e o caráter dos espaços públicos.

A análise dos espaços livres e públicos revela sua importância multifacetada na configuração urbana e na qualidade de vida das comunidades. Como demonstrado, esses

espaços não se limitam a áreas de lazer, mas são, na verdade, infraestruturas essenciais que facilitam a mobilidade, a interação social e a construção de laços comunitários. A redução desses ambientes em favor de edificações verticais evidencia a necessidade urgente de repensar o planejamento urbano, priorizando a criação de áreas que promovam o convívio social e o bem-estar da população.

Para Raquel Tardin (2008), os espaços livres possuem um grande potencial na construção da imagem do lugar, configurando-se como componentes flexíveis dentro da estrutura territorial. Esses espaços não apenas oferecem áreas para atividades sociais e de lazer, mas também desempenham um papel fundamental na reestruturação do espaço urbano. Ao colaborar na construção da paisagem, os espaços livres contribuem para a definição da identidade local, promovendo a interação social e a valorização da cultura comunitária.

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal 10.257/2001, no artigo 2º, a lei estabelece a garantia do direito ao acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, enfatizando a importância de uma oferta adequada de equipamentos urbanos e comunitários que atendam às necessidades da população e respeitem as características locais. Essa diretriz é essencial para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a condições dignas de vida e à plena participação na vida urbana. Além disso, ao priorizar a adequação das intervenções às especificidades de cada localidade, o Estatuto busca promover a inclusão social e a valorização das identidades culturais, contribuindo para um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

A inclusão de equipamentos e mobiliário urbano adequado, aliada à presença de vegetação e à integração da natureza no ambiente urbano, é fundamental para maximizar a funcionalidade e o conforto dos espaços públicos, tornando-os mais convidativos, acessíveis e benéficos à saúde mental e emocional dos cidadãos. Nesse sentido, a promoção de espaços livres de qualidade não apenas atende às necessidades práticas, mas também fortalece as experiências sensoriais e emocionais dos usuários, contribuindo para cidades mais vivas, acolhedoras e exclusivas.

Os equipamentos comunitários, como praças, centros culturais e centros comunitários multifuncionais, desempenham um papel central nesse contexto. Além de promover interações sociais e prevenir problemas sociais, esses espaços fortalecem os laços comunitários e consolidam projetos de desenvolvimento coletivo. Dessa forma, tornam-se elementos essenciais na configuração urbana, criando locais de encontros e trocas que impulsionam a coesão social e a qualidade de vida nas cidades.

A ideia de comunidade, em seu sentido mais amplo, está intrinsecamente associada a conceitos de solidariedade, convivência e pertencimento, representando um refúgio ideal em um mundo marcado por inseguranças e desafios da modernidade. Cicília Peruzzo (2009, p. 140) destaca que a palavra “comunidade” desperta emoções positivas, pois carrega consigo significados relacionados à segurança e à proteção frente às hostilidades da sociedade contemporânea. Esse sentimento é corroborado por Bauman (2003, p. 7), ao afirmar que a ideia de comunidade produz uma sensação de conforto e acolhimento, representando o desejo por um espaço de convivência harmoniosa e segura.

A interligação entre esses conceitos e a função dos equipamentos comunitários é essencial para compreender como esses espaços podem transformar a vivência urbana. Os equipamentos comunitários, como centros culturais, praças e centros de convivência, são específicos para materializar esses conceitos de comunidade e, portanto, desempenham um papel central na promoção de interações sociais. Eles servem como pontos de encontro, onde os indivíduos podem compartilhar experiências, fortalecer vínculos e construir um sentimento de pertencimento.

Débora Machado (2009, p. 23) afirma que a essência desses espaços está em sua capacidade de atender às necessidades da população local, não apenas oferecendo serviços essenciais, mas também criando ambientes de acolhimento. Esses espaços se tornam, assim, locais onde a comunidade pode se reunir, estabelecer relações interpessoais e solidificar sua identidade coletiva, criando um reflexo físico das aspirações de segurança e convivência mencionadas por Peruzzo e Bauman.

Daniel Arruda (2018) complementa essa perspectiva ao destacar que a construção de edifícios públicos e sustentáveis, que considera aspectos estéticos, contextuais e específicos, pode enriquecer os espaços públicos, criando ambientes que fortalecem os laços sociais. A sustentabilidade, quando integrada ao design desses equipamentos, não apenas contribui para o respeito ao meio ambiente, mas também garante que esses espaços sejam funcionais e exclusivos para todos os membros da comunidade. Dessa maneira, os equipamentos comunitários não são apenas estruturas físicas, mas também elementos estratégicos no fortalecimento da coesão social, pois, quando bem projetados, podem se tornar locais inclusivos e de ampla participação social.

O centro comunitário, conforme Bonfim et al. (2000), é uma estrutura polivalente que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de serviços e atividades destinadas a criar um ambiente dinâmico e integrado, promovendo a prevenção de problemas sociais e contribuindo para a definição de um projeto de desenvolvimento local coletivamente reforçado. Essa concepção de centro comunitário não se limita a ser um espaço físico, mas

sim um ponto de articulação de diversas ações e iniciativas que buscam envolver a comunidade em torno de suas necessidades e desafios.

A diversidade de iniciativas que podem dar origem a esses centros comunitários também é um fator importante. Como aponta Lino (2021), os centros comunitários podem surgir de diferentes frentes, seja por iniciativas privadas, religiosas, de ONGs ou por ação pública das Prefeituras Municipais. Essa variedade de origens garante que os equipamentos atendam a uma ampla gama de necessidades e demandas sociais, além de possibilitar que cada projeto seja moldado de acordo com as particularidades culturais e sociais da comunidade a que se destina.

A flexibilidade quanto à sua criação e gestão também implica na capacidade desses espaços se adaptarem ao longo do tempo, acompanhando as mudanças e transformações da sociedade local. Em uma cidade que lida constantemente com questões de urbanização, desigualdade e falta de acesso a serviços essenciais, a implementação de comunidades torna-se uma estratégia importante para garantir que todos os membros da sociedade, especialmente os mais vulneráveis, possam usufruir de espaços que atender às suas necessidades.

Nesse contexto, os equipamentos comunitários tornam-se verdadeiros protagonistas nos espaços públicos urbanos. Schafer (2012) enfatiza essa função ao destacar que esses equipamentos são essenciais para a promoção de socialização, transformando-se em locais centrais em grandes projetos urbanísticos. A integração dos equipamentos comunitários em projetos urbanos mais amplos tem o potencial de revitalizar áreas, promovendo o encontro e a troca de experiências, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana. Incorporados a esses projetos, os centros comunitários podem ser considerados como espaços de transformação, não apenas ao atenderem a uma demanda por serviços, mas também ao contribuírem para o fortalecimento dos laços sociais e o fortalecimento da identidade local.

4. ENDEREÇANDO O PRESENTE

Neste capítulo será apresentado o contexto histórico e social da Vila Major Felipe, elemento essencial para a compreensão das transformações urbanas propostas neste trabalho. Por meio de um resgate histórico e da análise das dinâmicas sociais que moldaram a comunidade ao longo do tempo, busca-se identificar os fatores que influenciam as condições atuais do distrito.

A compreensão, o respeito e a valorização das especificidades locais constituem etapas indispensáveis no processo de intervenção em um território, sendo essa análise fundamental para embasar a proposta de requalificação. Nesse sentido, serão examinados aspectos como a formação do município e o surgimento da Vila Major Felipe, suas tradições culturais, interações sociais e econômicas, bem como os desafios enfrentados pela população.

4.1. A Cidade: José da Penha³

O município de José da Penha, localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, na região do Alto Oeste Potiguar, encontra-se a aproximadamente 421 quilômetros da capital, Natal. De acordo com o Censo de 2022, sua população é de 5.803 habitantes, com uma densidade demográfica de 49,33 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Sua história teve início em 1934, quando um pequeno povoado se formou ao redor do riacho Aroeira, inicialmente denominado Mata. Com o passar dos anos, o povoado cresceu e, em 1953, foi elevado à categoria de distrito de Luís Gomes. Posteriormente, em 31 de dezembro de 1958, José da Penha foi oficialmente emancipado e reconhecido como município.

Nesse contexto, o nome da cidade foi escolhido em homenagem a José da Penha Alves de Souza, um potiguar natural de Angicos, capitão do Exército e autor de obras sobre filosofia e temas militares. Ademais, a cerimônia de instalação do município ocorreu em 8 de fevereiro de 1959, quando o primeiro prefeito, José Evaristo Fontes, foi nomeado pelo então governador Dinarte Mariz. Ainda no mesmo ano, em outubro, realizaram-se as primeiras eleições municipais, nas quais Osório Estevam da Silva foi eleito, tomando posse em 1960. Três anos depois, em 1963, o distrito de Major Felipe foi criado, permanecendo até hoje como parte da divisão administrativa de José da Penha.

O município possui uma área de 117,635 km² e faz fronteira com diversos municípios (figura 06): ao norte, limita-se com Riacho de Santana; a Leste, com Marcelino Vieira e Tenente Ananias; ao sul, com Paraná e Major Sales; e a oeste, novamente com Riacho de Santana e

³ Todos os dados históricos sobre a cidade de José da Penha foram retirados do Portal da Prefeitura Municipal de José da Penha, 2024 e estão disponíveis em: <https://josedapenha.rn.gov.br/informa.php?id=5?id=>

Luís Gomes. Geograficamente, José da Penha insere-se em uma região de clima semiárido, o que resulta em longos períodos de estiagem que impactam diretamente as atividades agrícolas e o abastecimento de água. Assim como em muitas cidades do interior nordestino, a seca sempre foi um desafio, moldando a relação dos moradores com o meio ambiente e exigindo soluções criativas para garantir a sobrevivência.

Figura 6 – Localização do município de José da Penha e seus limites adjacentes.



Fonte: Adaptado de MapChart (2025).

A cidade de José da Penha é composta por dois distritos: o distrito-sede, José da Penha, e o distrito Vila Major Felipe. Enquanto o distrito-sede concentra a maior parte das atividades administrativas e comerciais do município, a Vila Major Felipe possui características predominantemente rurais, mantendo tradições culturais e práticas agrícolas que desempenham um papel fundamental na economia da região.

No âmbito econômico, a cidade tem uma população predominantemente rural, cuja economia historicamente se baseia na agricultura e na pecuária. O milho e o feijão são os principais produtos agrícolas, enquanto a criação de gado também desempenha um papel fundamental para a subsistência das famílias e o desenvolvimento econômico local. Entretanto, o processo de urbanização, que vem se intensificando ao longo dos anos, tem gradualmente modificado o perfil econômico e social do município.

Culturalmente, José da Penha é marcada por um forte senso de comunidade. Festas religiosas, como a celebração do padroeiro São Francisco de Assis, ocupam um lugar central na vida social da cidade. Além disso, as manifestações culturais, como a música e a poesia, são fortemente presentes, sendo a cidade conhecida por revelar talentos artísticos regionais.

Contudo, como um município de pequeno porte, José da Penha também enfrenta

desafios, especialmente em relação à migração de jovens para centros urbanos maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho e estudo. Ainda assim, a cidade mantém um forte vínculo com seus habitantes, muitos dos quais retornam em épocas festivas, reforçando o sentimento de pertencimento e a conexão com as raízes culturais locais. Portanto, José da Penha equilibra tradição e modernidade, buscando soluções para seus desafios enquanto preserva sua identidade cultural.

4.2. Vila Major Felipe: histórico e evolução⁴

O surgimento da Vila Major Felipe está profundamente ligado às atividades de agricultura e criação de gado, que eram as principais formas de sustento das famílias da região. No passado, a economia local baseava-se exclusivamente na criação de gado, tanto leiteiro quanto de corte, de forma rudimentar e pouco extensiva. Além disso, havia o cultivo de milho, feijão e algodão, produtos importantes para a subsistência local. A origem do povoado que deu origem à Vila está documentada em registros antigos, como um documento de compra de uma residência pertencente a Felipe Lopes Cardoso, conhecido como Major Felipe, datado de 1890.

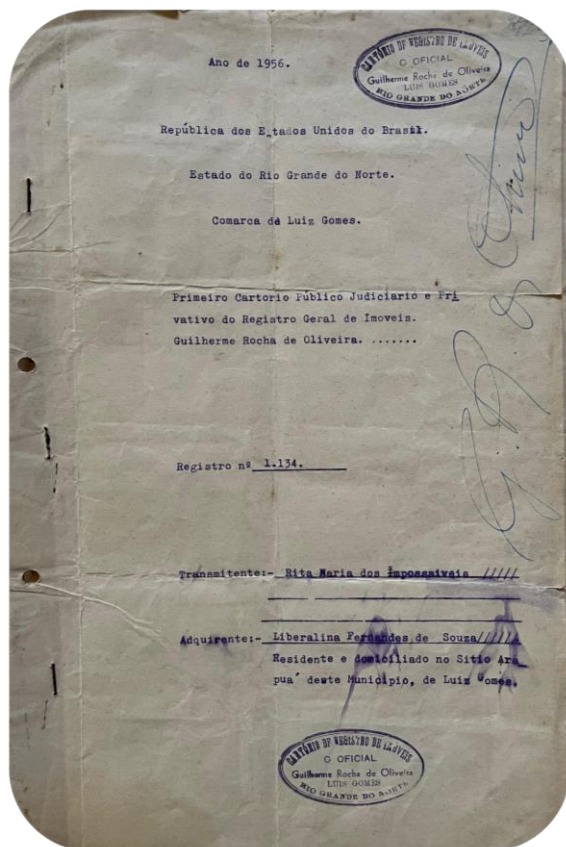
A Vila Major Felipe, conhecida inicialmente como sítio Arapuá⁵ (derivado de "Irapuá", em referência à presença de insetos da região, especialmente nas carnaubeiras), foi se desenvolvendo ao longo do tempo. Antes de se tornar vila, a área funcionava como um curral, usado pelos grandes proprietários de terras, incluindo a família de Major Felipe. Aos poucos, as porções de terreno foram cedidas, permitindo a construção de casas e o desenvolvimento de uma comunidade local. Na década de 1950, figuras influentes da comunidade, como Padre Caramuru (pároco de Luís Gomes), Maria Dália, Ariamiro Germano, Antônio de Souza Sobrinho, Maria Noêmia Fernandes, Alcione e Antônio Mathias, criaram a construção de uma igreja, fomentando o crescimento e atendendo ao fervor religioso da localidade.

A fazenda original de Major Felipe compreendia uma vasta extensão de terras, hoje dividida entre diferentes proprietários. Sítios vizinhos faziam parte dessa propriedade, que foi fragmentada com o passar dos anos. Documentos históricos, como a transcrição de imóvel feita por Rita Maria dos Impossíveis (figuras 07 e 08), esposa de Major Felipe, registram a transferência da fazenda para outro proprietário.

⁴ As informações sobre a história da Vila Major Felipe fazem parte do acervo pessoal do morador Bathuel Silva de Sousa e não estão disponíveis em uma publicação formal.

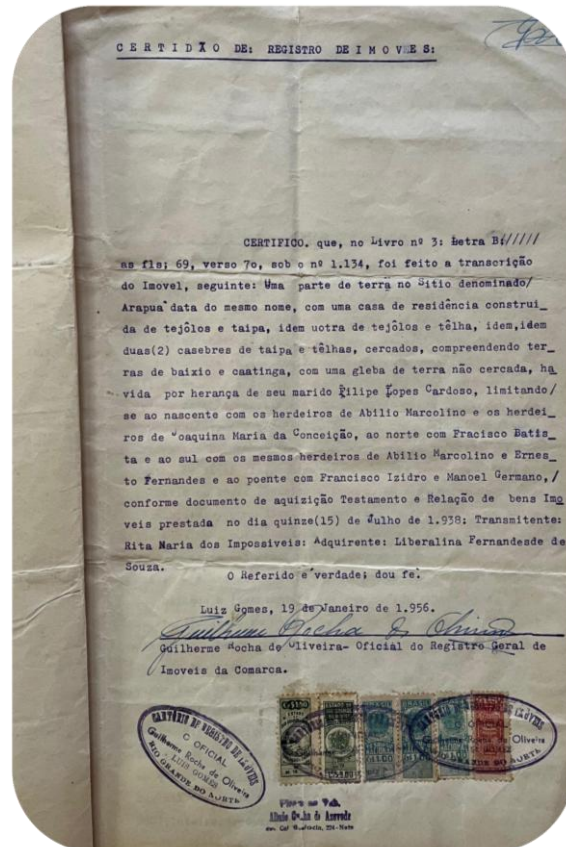
⁵ Espécie de abelha de pequeno porte, sem ferrão (Museu Nacional/UFRJ).

Figura 7 - documento de transcrição de imóvel.



Fonte: acervo pessoal do morador Bathuel Silva de Sousa, adaptado pela autora (2025).

Figura 8 - documento de transcrição de imóvel.



Fonte: acervo pessoal do morador Bathuel Silva de Sousa, adaptado pela autora (2025).

Assim, o povoado foi oficialmente elevado à categoria de Vila em 1963, quando o então prefeito consultou membros influentes da comunidade sobre o nome a ser dado ao novo assentamento. Diante da influência de Felipe Lopes Cardoso, foi escolhido o nome "Vila Major Felipe". A vila foi oficialmente criada pela Lei Estadual nº 3.013, em 19 de dezembro de 1963, pertencendo ao município de José da Penha, no estado do Rio Grande do Norte.

4.2.1. Aspectos sociais, econômicos e culturais

A Vila Major Felipe, localizada nas coordenadas geográficas 6° 22' 32" S e 38° 17' 55" O, encontra-se em uma posição estratégica entre os municípios de José da Penha e Major Sales, integrando-se como um elemento essencial no tecido demográfico e econômico da região. Com uma população de 1.263 habitantes, conforme o censo de 2022, o distrito representa 21,5% da população total do município de José da Penha (IBGE, 2022), configurando-se como uma localidade de significativa relevância no contexto municipal.

A estrutura demográfica da Vila Major Felipe é caracterizada por uma predominância de pessoas idosas, reflexo de um fenômeno amplamente observado em comunidades rurais do interior brasileiro: a migração de jovens para centros urbanos em busca de melhores

oportunidades de trabalho e educação. Esse processo migratório tem gerado um expressivo envelhecimento populacional, resultando em uma elevada proporção de moradores com mais de 60 anos. Nesse sentido, as demandas locais são diretamente influenciadas por esse perfil demográfico, exigindo a formulação de políticas públicas e intervenções urbanísticas voltadas para atender às necessidades específicas da população idosa.

Sendo assim, vê-se a necessidade que a implementação de uma infraestrutura urbana inclusiva é, portanto, imperativa para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade. Elementos como calçadas amplas, niveladas e acessíveis são indispensáveis para assegurar o deslocamento seguro e confortável dos residentes. Ademais, a sinalização tátil constitui um recurso fundamental para promover a orientação e a autonomia de pessoas com deficiência visual, que representam uma parcela relevante dentro do grupo etário predominante.

Do ponto de vista econômico, a Vila Major Felipe, assim como a do município de José da Penha, é predominantemente fundamentada na agricultura de subsistência e na pecuária, atividades essenciais para a subsistência de grande parte das famílias da comunidade. No entanto, essas atividades apresentam elevada vulnerabilidade às variações climáticas, como períodos de estiagem prolongados e chuvas irregulares. Além disso, a escassez de recursos tecnológicos e financeiros para investimentos restringe a capacidade de aumentar a produtividade e diversificar as fontes de renda locais.

A vila também enfrenta desafios importantes que não tangem à diversificação econômica. A ausência de iniciativas inovadoras à criação de novos empreendimentos ou à atração de investimentos externos tem limitado o desenvolvimento de setores produtivos alternativos. A falta de incentivos para a implementação de novas atividades econômicas, somada à dificuldade em promover a geração de emprego local, perpetua um ciclo de migração, especialmente entre os jovens, como já mencionado. Esse cenário de dependência exclusiva dos setores primários, associado à carência de alternativas econômicas, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que fomentem a diversificação da economia, o fortalecimento da infraestrutura econômica e a capacitação da população. Tais ações são essenciais para tornar a comunidade mais resiliente às flutuações econômicas e climáticas.

No contexto histórico e evolutivo da Vila Major Felipe, a educação desempenha um papel central na formação da comunidade. Instituições como a Escola Municipal Ariamiro Germano da Silveira e a Creche Maria Dália da Silveira destacam-se como pilares fundamentais, atuando não apenas na esfera educacional, mas também como promotoras de eventos culturais e sociais que fortalecem a identidade local e os laços comunitários.

Ao longo dos anos, essas instituições desempenharam um papel crucial na organização de atividades que transcendem o ambiente escolar, criando oportunidades de

aprendizado e integração social. Entre os eventos de maior relevância promovidos estão as festividades juninas, representadas pelo "Ariamiro na Roça" e pelo "Arraiá da Tia Dália". Essas celebrações tradicionais mobilizam alunos, professores e a comunidade em geral, destacando-se pelas apresentações culturais, quadrilhas e outras atividades que valorizam as tradições locais e promovem a interação social. Além das festividades, as instituições também organizam eventos de integração comunitária, como encontros educativos, exposições temáticas e celebrações comemorativas.

Figura 9 - festividades locais.



Fonte: Instagram @ariamirogdasilveira adaptado pela autora 2025.

A escola, em particular, consolidou-se como o principal centro de incentivo ao esporte na vila, promovendo práticas que estimulam o bem-estar físico e fortalecem a convivência entre os moradores. No entanto, atualmente, suas atividades são realizadas em um prédio comercial, o que representa uma limitação significativa para o pleno desenvolvimento de suas funções. A construção de uma nova sede encontra-se em andamento, trazendo perspectivas positivas para a comunidade. Este novo espaço, além de proporcionar melhores condições

de infraestrutura e recursos aos alunos, simboliza o compromisso da vila com o progresso educacional, refletindo uma visão de futuro que integra o desenvolvimento social e cultural.

Figura 10 – Eventos esportivos.



Fonte: Fonte: Instagram @ariamirogdasilveira adaptado pela autora 2025.

Os aspectos culturais da Vila Major Felipe são profundamente enraizados nas tradições, crenças e práticas que moldam a identidade de sua comunidade. Desde os primeiros povoamentos, a religião desempenhou um papel central na formação e consolidação da vila, sendo um elemento constitutivo da vida cotidiana de seus habitantes. Assim como na cidade de José da Penha, a religiosidade é uma característica marcante da Vila Major Felipe, refletida especialmente nas festividades e práticas comunitárias.

A Festa de Santo Expedito, celebrada anualmente, destaca-se como um dos eventos religiosos mais relevantes da vila, reunindo moradores e visitantes em momentos de devoção,

interação social e reunião cultural. Esses eventos não apenas fortalecem os laços comunitários, mas também representam um marco na perpetuação das tradições locais.

Figura 11 – Eventos sociais.



Fonte: Fonte: Instagram @santoexpeditomajorfelipe adaptado pela autora 2025.

Além das práticas religiosas, a Vila Major Felipe se destaca por sua rica expressão cultural, manifestada por meio da música, dança e literatura. A produção artística local, frequentemente associada às festividades, reflete a criatividade e a memória coletiva dos moradores. Elementos como a música nordestina, a poesia de cordel e as histórias orais específicas representam formas de resistência cultural e reafirmação identitária.

Grupos como a turma de caboclos “Estrelas do Sertão” e o grupo de xaxado “Estrelas do Cangaço” (figura 12), ambos criados na Vila Major Felipe, reforçam esse papel cultural. A literatura de cordel, em especial, ocupa um lugar de destaque na vila, com versos que retratam

as vivências e lutas cotidianas da comunidade, funcionando como uma ferramenta poderosa de expressão e reflexão social.

Figura 12 – Grupos culturais



Fonte: Adaptado pela autora 2025.

Embora o patrimônio histórico e material cultural da Vila Major Felipe seja limitado, destaca-se a memória em torno de sua fundação, quando a vila recebeu o nome em homenagem a Felipe Lopes Cardoso, figura influente na história local. No entanto, um episódio marcante foi a destruição da igreja original, que por muitos anos representou o principal marco histórico e espiritual da região. A residência do edifício, embora tenha resgatado o espaço de devoção e encontro, não conseguiu restaurar integralmente o valor histórico e simbólico do templo original. A memória da antiga igreja, com suas histórias e tradições, permanece viva entre os moradores mais antigos, mas sua ausência física impõe desafios à preservação do patrimônio material da vila.

Figura 13 – Antiga igreja de Santo Expedito.



Fonte: Acervo pessoal do morador Bathuel Silva de Sousa, adaptado pela autora (2025).

Figura 14 – Antiga igreja de Santo Expedito.



Fonte: Acervo pessoal do morador Bathuel Silva de Sousa, adaptado pela autora (2025).

Apesar dessas perdas materiais, o patrimônio imaterial da Vila Major Felipe, sustentado pelas festividades religiosas, pelas práticas culturais e pelas narrativas transmitidas oralmente, permanece como um elemento essencial da identidade local. Celebrações como a Festa de Santo Expedito, a devoção ao santo padroeiro e outras manifestações culturais continuam a ser vividas com intensidade pela comunidade, perpetuando sua história, seus valores e seu legado cultural. Assim, ainda que a vila tenha enfrentado desafios relacionados à preservação de seu patrimônio material, a força de sua memória coletiva e de suas tradições culturais reafirma sua identidade e mantém vivas as raízes da comunidade.

4.3. Análise dos questionários

Visando compreender as percepções e expectativas dos moradores da Vila Major Felipe sobre o espaço urbano e suas dinâmicas, foram aplicados 42 questionários de forma online, por meio da plataforma *Google Forms*. A utilização deste recurso digital mostrou-se pertinente, tanto pela praticidade e acessibilidade, quanto pela possibilidade de atingir um público exclusivo, garantindo maior abrangência na coleta de dados.

Os questionários foram organizados em quatro partes, conforme descrito a seguir:

1. **Informações pessoais e socioeconômicas:** abordaram dados como idade, ocupação e tempo de residência na localidade, permitindo traçar um perfil demográfico dos entrevistados.
2. **Percepções sobre a Vila Major Felipe:** focaram na avaliação geral da qualidade de vida e da relação dos moradores com o espaço urbano, destacando aspectos positivos e problemáticos identificados.

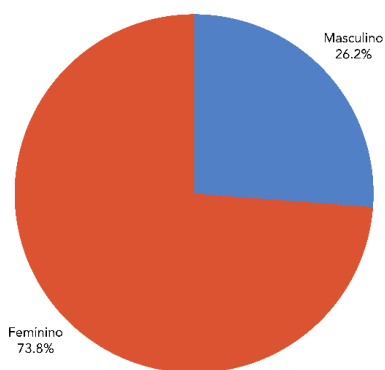
3. **Infraestrutura e equipamentos urbanos, mobilidade e acessibilidade:** investigar as condições dos serviços urbanos, equipamentos públicos e a facilidade de deslocamento dentro da vila, além de identificar barreiras à acessibilidade.
4. **Propostas e sugestões para requalificação:** levantaram ideias e contribuições dos moradores, forneceram uma base para o desenvolvimento de disciplinas que reflitam as demandas e expectativas da comunidade.

A coleta on-line proporcionou maior flexibilidade aos entrevistados, proporcionando a oportunidade de participação no momento mais conveniente e garantindo a confidencialidade das respostas. Após a conclusão do levantamento, os dados foram tratados e organizados em gráficos de forma a evidenciar as tendências e as principais demandas apresentadas pela comunidade.

Informações pessoais e socioeconômicas:

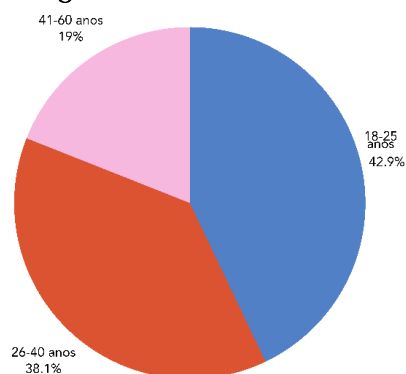
Na etapa inicial, procedeu-se à caracterização dos entrevistados, traçando o panorama demográfico da comunidade. Os dados obtidos evidenciam uma predominância de entrevistados do sexo feminino, que representam 74% da amostra, enquanto o sexo masculino corresponde a 26%. No que tange à distribuição etária, constatou-se que 43% dos participantes estão na faixa de 18 a 25 anos, seguidos por 38% na faixa de 26 a 40 anos e 19% entre 41 e 60 anos.

Figura 15 - Gráfico de gêneros.



Fonte: Autora 2025.

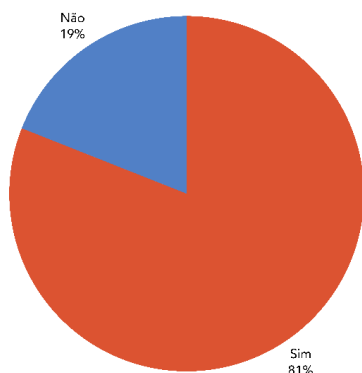
Figura 16 - Gráfico de idade.



Fonte: Autora 2025.

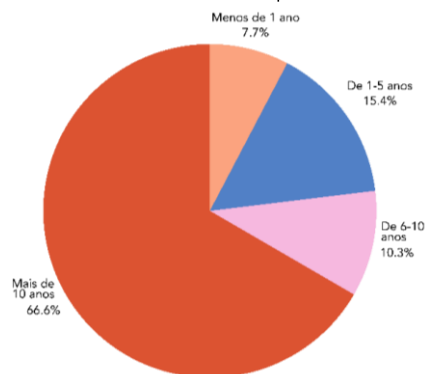
Foi realizada uma análise sobre o tempo de residência dos entrevistados na Vila Major Felipe, com o objetivo de compreender o grau de vínculo dos entrevistados com a localidade. Os dados revelaram que a maioria dos entrevistados residem no distrito (81%) e possuem um tempo de residência superior a 10 anos (67%), evidenciando um enraizamento significativo na comunidade.

Figura 17 - Gráfico de residência na Vila Major Felipe.



Fonte: Autora 2025.

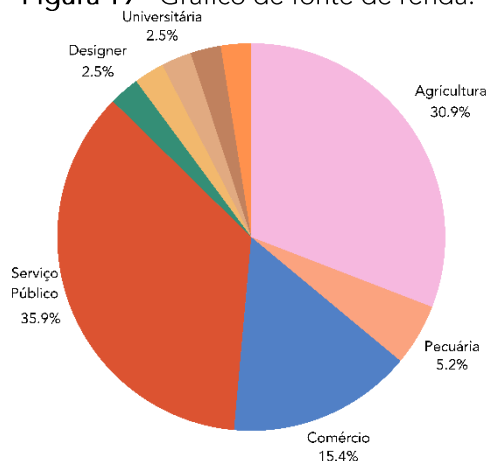
Figura 18 - Gráfico de tempo de residência.



Fonte: Autora 2025.

Quando questionados sobre as principais fontes de renda, os moradores indicaram o serviço público, gerado principalmente pela prefeitura, como a principal atividade econômica, correspondendo a 35% dos entrevistados, seguida pela agricultura (31%) e, em menor proporção, pelo comércio (16%) e a pecuária (5%). Esses dados evidenciam a relevância do setor público, especialmente as oportunidades de emprego geradas pela administração municipal, como uma importante fonte de sustento para a população local. A agricultura continua a desempenhar um papel significativo na economia da comunidade, enquanto o comércio, embora presente, possui uma contribuição econômica mais modesta.

Figura 19 - Gráfico de fonte de renda.

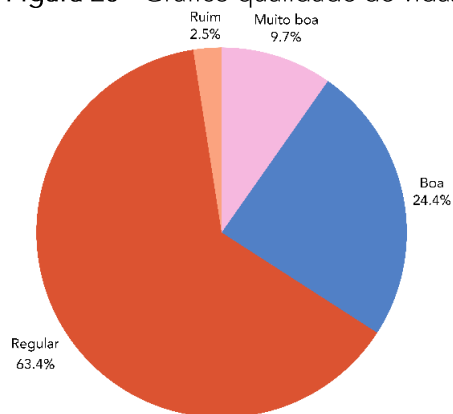


Fonte: Autora 2025.

Na segunda etapa, a análise concentrou-se na avaliação da qualidade de vida e na relação dos moradores com o espaço urbano. Os resultados evidenciaram percepções diversas, que destacaram tanto os aspectos positivos quanto os problemáticos da vila. Uma análise das percepções sobre a qualidade de vida na Vila Major Felipe revelou que 62% dos entrevistados classificam-na como regular, indicando uma avaliação moderada das condições gerais da localidade. Não que se refira aos principais problemas identificados pelos moradores, os dados apontam para a falta de espaços públicos de lazer (45%), o que sugere

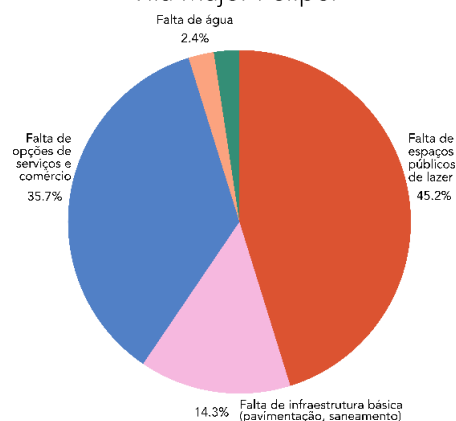
uma carência de áreas específicas para o convívio social e o bem-estar coletivo. Além disso, a falta de opções de serviços e comércio (38%) e a insuficiência de infraestrutura básica, incluindo pavimentação e saneamento (14%), foram amplamente especificadas.

Figura 20 - Gráfico qualidade de vida.



Fonte: Autora 2025.

Figura 21 - Gráfico problemas identificados na Vila Major Felipe.

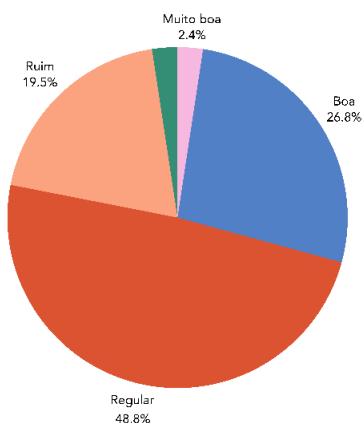


Fonte: Autora 2025.

Sobre a infraestrutura da Vila Major Felipe, revelou que 49% dos entrevistados consideram-na regular, 27% a avaliam como boa e 19% a classificam como ruim. Esses dados indicam que, embora existam aspectos positivos, a infraestrutura urbana, incluindo ruas, calçadas e iluminação pública, ainda apresenta carências significativas, o que impacta diretamente na qualidade de vida dos moradores.

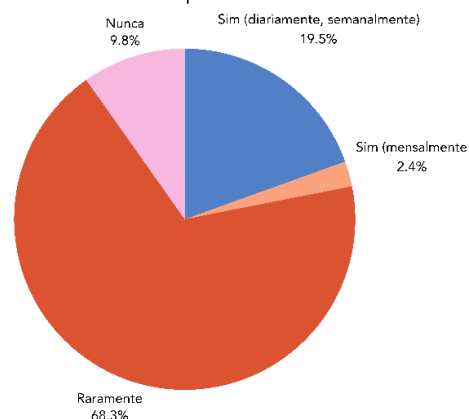
No que se refere à utilização dos espaços públicos, como praças e áreas de lazer, os resultados mostraram que 19% dos moradores utilizam esses espaços mensalmente, 68% o fazem raramente e 10% nunca os utilizam. Esses dados sugerem que o uso das áreas públicas é bastante restrito, possivelmente devido a fatores como a qualidade e a acessibilidade desses espaços, bem como a oferta limitada de opções de lazer. Tais informações apontam para a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura e na revitalização de espaços públicos, visando promover maior apropriação e interação social por parte da população.

Figura 22 - Gráfico infraestrutura atual da Vila.



Fonte: Autora 2025.

Figura 23 - Gráfico utilização dos espaços públicos.

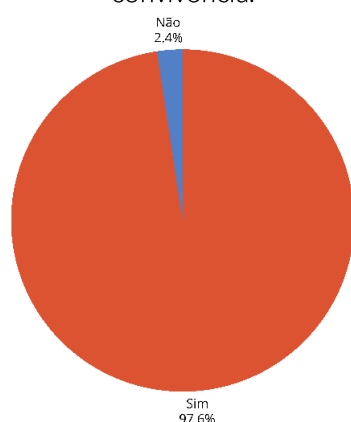


Fonte: Autora 2025.

Quando questionados sobre a disponibilidade de espaços de lazer e convivência na Vila Major Felipe, 98% dos entrevistados afirmaram que faltam tais espaços, evidenciando uma carência generalizada e uma demanda urgente por áreas designadas ao lazer e à interação social.

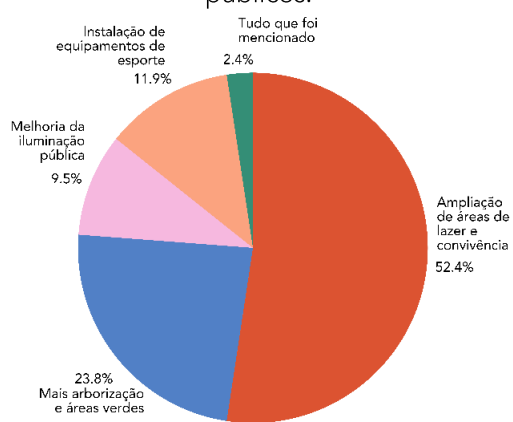
Quanto às melhorias prioritárias para os espaços públicos, os resultados indicaram que 53% dos moradores consideraram fundamental a ampliação de áreas de lazer e convivência, o que reflete o desejo de criar espaços mais adequados para o encontro e a diversão comunitária. Além disso, 24% dos entrevistados sugeriram uma maior arborização e criação de áreas verdes, que proporcionam um ambiente mais saudável e agradável. Outras demandas expressas foram a melhoria da iluminação pública (12%) e a instalação de equipamentos esportivos (10%), que indicam um interesse por espaços públicos mais seguros e equipados para atividades físicas e recreativas.

Figura 24 - Gráfico falta de espaços de lazer e convivência.



Fonte: Autora 2025.

Figura 25 - Gráfico melhorias para os espaços públicos.



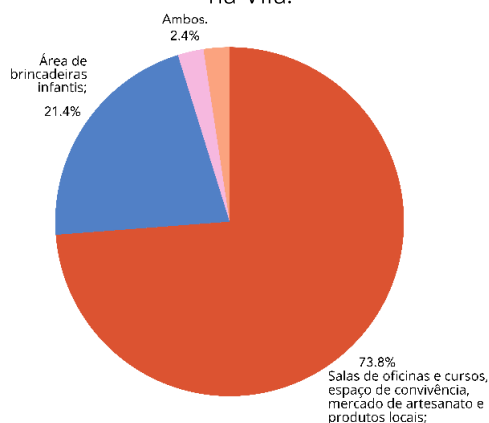
Fonte: Autora 2025.

Voltado a um projeto que atenda as demandas da comunidade, foi questionado sobre o que gostariam de ver em um espaço comunitário na Vila Major Felipe, a maioria dos

entrevistados (74%) indicou a necessidade de salas de workshops e cursos, espaços de convivência, além de um mercado de artesanato e produtos locais, destacando o interesse por um local que promove atividades culturais e sociais, ao mesmo tempo que estimula a economia local. Uma parcela menor (21%) sugeriu a inclusão de áreas de brincadeiras infantis, refletindo a demanda por espaços específicos para o público infanto-juvenil e a importância de um ambiente acessível para todas as faixas etárias.

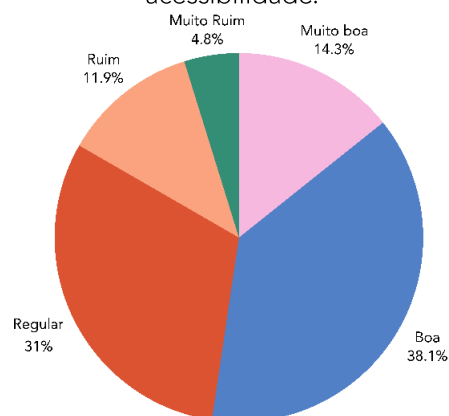
Referente à avaliação do transporte e da acessibilidade na Vila, os resultados apontaram que 14% consideram muito bom o transporte e a acessibilidade, 38% avaliaram como bom, 31% como regular, 12% como ruim e 5% como muito ruim. Esses dados indicam que, embora haja uma avaliação predominantemente positiva, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir que o sistema de transporte e a acessibilidade sejam adequados para toda a população, especialmente para aqueles com necessidades específicas de mobilidade.

Figura 26 - Gráfico espaço cultural/comunitário na Vila.



Fonte: Autora 2025.

Figura 27 - Gráfico sobre transporte e acessibilidade.



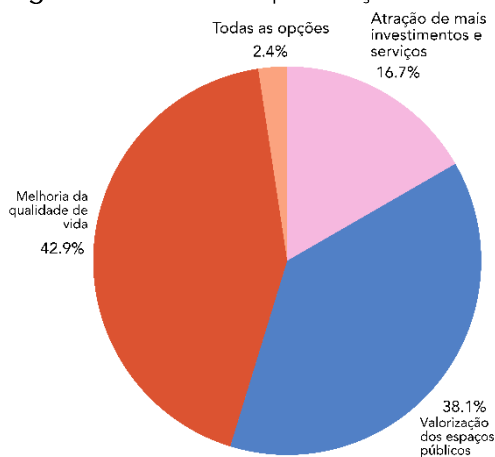
Fonte: Autora 2025.

No que tange às melhorias para a mobilidade na Vila Major Felipe, 27% dos entrevistados apontaram a necessidade de calçadas acessíveis, destacando a importância de uma infraestrutura urbana que garanta uma circulação segura e inclusiva de todos os cidadãos, especialmente aqueles com mobilidade reduzida. Por outro lado, uma grande maioria (71%) enfatizou a necessidade de melhoria das vias principais, indicando que a qualidade das principais rotas de transporte deve ser melhorada para garantir melhores condições de tráfego e segurança, refletindo a relevância desse aspecto para a dinâmica do dia a dia da comunidade.

Em relação às expectativas para a requalificação urbana, 43% dos moradores manifestaram a expectativa de melhoria na qualidade de vida, evidenciando que as intervenções urbanísticas devem priorizar o bem-estar da população, promovendo um ambiente mais saudável e acessível. Além disso, 38% mencionaram a valorização dos espaços

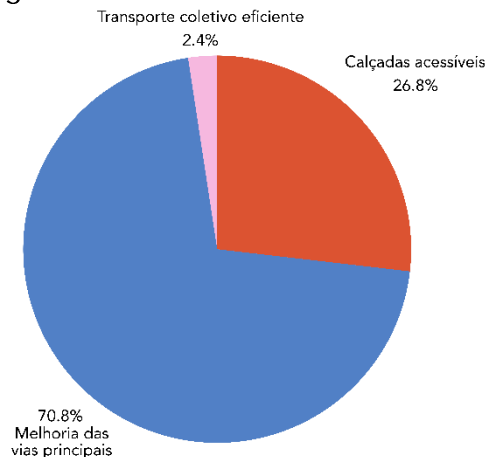
públicos, evidenciando a necessidade de revitalizar e reconfigurar os espaços coletivos, como praças e áreas de lazer, de modo a estimular o convívio social e a integração comunitária. Por fim, 17% destacaram que esperam que a requalificação urbana contribua para a atração de investimentos e serviços, apontando a relevância de estratégias que não apenas melhorem a infraestrutura física, mas também fomentem o desenvolvimento econômico e a ampliação da oferta de serviços essenciais para a população.

Figura 28 - Gráfico requalificação urbana.



Fonte: Autora 2025.

Figura 29 - Gráfico melhorias na mobilidade.



Fonte: Autora 2025.

Os resultados obtidos evidenciaram áreas prioritárias para intervenção, como a infraestrutura urbana, a escassez de espaços públicos de lazer e a necessidade de melhorias na mobilidade, que foram destacadas como demandas essenciais pela comunidade. A análise das percepções dos moradores sobre a qualidade de vida revelou uma avaliação moderada das condições gerais da vila, apontando a falta de áreas de convivência e de opções de lazer como problemas recorrentes. Além disso, a escassez de serviços e comércio, bem como a insuficiência de infraestrutura básica, foram identificadas como questões que impactam diretamente o bem-estar da população.

As sugestões para a requalificação urbana foram esclarecedoras, destacando a importância da criação de espaços comunitários multifuncionais, que atendam tanto às necessidades culturais quanto sociais e econômicas da população local. A alta demanda por áreas destinadas ao lazer, convivência e para o estímulo da economia local, como mercados de produtos e artesanato, evidenciou o interesse dos moradores por um espaço que integre as dimensões culturais e sociais da comunidade. Nesse sentido, os dados apontam para a necessidade de projetos que promovam a revitalização de espaços públicos, estimulando a interação social e o bem-estar coletivo.

Além disso, os questionários proporcionaram informações valiosas sobre as expectativas dos moradores em relação à requalificação urbana, com destaque para a melhoria da qualidade de vida, a valorização dos espaços públicos e a atração de novos

investimentos e serviços para a localidade. Esses dados fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de um projeto que atenda de forma eficaz as necessidades da comunidade, com foco em criar um ambiente mais saudável, acessível e funcional.

5. ANÁLISE URBANA

Em termos morfológicos, a cidade pode ser analisada a partir de três níveis organizacionais básicos: o coletivo, o comunitário e o individual. Esses níveis estruturam todos os significados e constituem o ponto de partida para as diversas formas de apropriação social do espaço urbano, conforme discutido por Del Rio (1981, *apud* Del Rio, 1990). Cada dimensão possui características próprias que influenciam a maneira como o espaço é percebido e transformado pelos indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo.

A dimensão coletiva refere-se à lógica estruturadora do espaço urbano que é percebida de maneira inconsciente e coletiva pela sociedade. Nesse nível, destacam-se os elementos primários do tecido urbano, como as ruas principais, as praças centrais e outros marcos estruturais que permanecem relativamente estáveis ao longo do tempo. Esses componentes desempenham um papel fundamental na organização espacial e na definição da identidade da cidade como um todo.

Por sua vez, a dimensão comunitária envolve elementos que, embora façam parte do tecido urbano coletivo, possuem significados específicos para um grupo mais restrito de indivíduos, como um bairro ou uma comunidade específica. Nesse nível, surgem conexões mais próximas entre os habitantes e o espaço, onde a interação social e os valores culturais locais adquirem maior relevância.

Finalmente, a dimensão individual diz respeito ao espaço mais íntimo e pessoal, como a residência e seu entorno imediato. Esse é o nível em que os significados são mais livremente expressos, refletindo as necessidades e preferências de cada indivíduo. Por ser mais influenciado por mudanças no estilo de vida, nas condições econômicas e nas dinâmicas familiares, esse nível apresenta maior fluidez e rapidez de transformação em comparação com os outros.

Essas três dimensões interagem continuamente, formando uma rede complexa de significados e apropriações que moldam a experiência urbana e as relações entre os habitantes e o espaço em que vivem.

Quadro 2 - Dimensões da experiência urbana.

NÍVEL	EXEMPLOS	CARACTERÍSTICAS
COLETIVO	Ruas principais, praças centrais, marcos estruturais.	Relativamente estável ao longo do tempo; definir uma identidade geral da cidade; organiza o espaço urbano.
COMUNITÁRIO	Espaços de convivência local, praças de bairro, equipamentos comunitários.	Promover conexões sociais e culturais mais próximas; reflete valores locais; importância de interações sociais.

INDIVIDUAL	Casas, quintais, vizinhanças próximas.	Alta fluidez e transformação; necessidades e preferências pessoais; impactado por condições econômicas e familiares.
------------	--	--

Fonte: Del Rio (1981, *apud* Del Rio, 1990), adaptado pela autora (2025).

José Lamas (1993) destaca que a forma urbana — ou seja, a configuração física e espacial de uma cidade — deve constituir uma resposta prática e integrada aos desafios identificados pelo planejamento urbanístico. Ela representa a materialização concreta de soluções que compartilham o contexto local e suas especificidades.

A forma urbana deve constituir uma solução para o conjunto de problemas que o planejamento urbanístico pretende organizar e controlar. É a materialização no espaço da resposta ou um contexto preciso. Desde sempre o desenho da cidade teve de equacionar o contexto o que deveria responder, e através da arquitetura (Lamas, 1993, p. 48).

Desde os primórdios, o desenho urbano e a arquitetura foram empregados como instrumentos fundamentais para estruturar e organizar as cidades, equilibrando aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Assim, o planejamento urbano não pode se limitar ao campo teórico, devendo traduzir-se em ações concretas que moldam o espaço urbano, solucionar problemas e potencializar as oportunidades de forma funcional e integrada. Em síntese, a forma urbana não se apresenta como um fim em si mesma, mas como um meio para atender às demandas do território e da sociedade, conferindo sentido, funcionalidade e coerência ao espaço habitado. Essa perspectiva reforça a ideia de que a cidade é uma construção social e cultural, concretizada por meio do desenho urbano e atualização.

Dito isto, este capítulo apresenta uma análise urbana e morfológica da Vila Major Felipe, com o objetivo de compreender as dinâmicas que estruturam o território e impactam a qualidade de vida de seus habitantes. Esta análise é indispensável para identificar os principais problemas, desafios e potencialidades da área, permitindo uma visão abrangente sobre a organização espacial, o uso do solo, a infraestrutura existente e as condições de mobilidade. Para tanto, foram utilizadas ferramentas como a elaboração de mapas e o levantamento de dados qualitativos, com o intuito de examinar as relações entre os diferentes elementos urbanos.

Além disso, a análise incorpora os aspectos históricos, culturais e sociais que influenciam a identidade local e o desenvolvimento da comunidade. Esse processo fornece subsídios para a formulação de propostas de requalificação urbana que visem a melhoria da infraestrutura, ao fortalecimento do acesso aos serviços e à criação de espaços públicos adequados às necessidades da população, respeitando as características do território. Com base nessa análise, apresenta-se um diagnóstico preciso, capaz de orientar políticas

urbanísticas que promovam a construção de um espaço mais funcional, inclusivo e sustentável, em consonância com as expectativas da população e os desafios próprios da Vila Major Felipe.

- Análise do Mapa de Cheios e Vazios

No mapa de cheios e vazios (figura 30), é possível analisar a relação entre os espaços edificadas (cheios) e os espaços livres ou subutilizados (vazios). Na Vila Major Felipe, observa-se uma ocupação heterogênea, caracterizada pela concentração de áreas construídas ao longo de eixos estruturadores.

As áreas edificadas refletem o núcleo habitado e as principais zonas de atividade social e econômica, mas apresentam variações de densidade e tipologia, características de um processo de ocupação espontâneo. Por outro lado, os espaços vazios, em sua maioria, carecem de uma função definida, configurando-se como terrenos ociosos ou destinados a futuras edificações.

Figura 30 – Mapa de Cheios e Vazios.



Fonte: autora 2025.

- Uso e ocupação do solo

O mapa de uso do solo constitui uma ferramenta essencial para a compreensão da organização territorial e funcional de uma área, permitindo identificar padrões de ocupação e subsidiar o planejamento urbano. Na Vila Major Felipe, o uso do solo pode ser classificado

em diversas tipologias: áreas residenciais, comerciais, institucionais, verdes, públicas, livres e de uso misto.

As áreas residenciais representam a maior parte da ocupação do solo, evidenciando a natureza predominantemente habitacional da vila. Os espaços comerciais são compostos, principalmente, para pequenos negócios locais, como mercados e lojas. As áreas institucionais abrangem eventos específicos à educação, religião, saúde e outros serviços públicos essenciais.

As áreas verdes e de lazer são limitadas, sendo representadas principalmente por praças e espaços informais de convivência. Além disso, há a presença de terrenos não edificadas, que configuram um potencial estratégico para futuras intervenções, como a criação de novos espaços públicos ou equipamentos urbanos que possam atender às demandas da comunidade.

Figura 31 – Mapa de Uso e ocupação do solo



Fonte: autora 2025.

- Gabarito

No mapa de gabarito (figura 32), observa-se a configuração volumétrica e a posição vertical das edificações em áreas urbanas. Na Vila Major Felipe, o padrão construtivo predominantemente horizontal, caracterizado por edificações térreas ou de 1 pavimento, o

que reflete a tipologia urbana típica de comunidades de pequeno porte, bem como a vocação residencial e rural da localidade.

As edificações térreas representam a maior parte do gabarito urbano, sendo utilizadas predominantemente como residências unifamiliares e, em menor escala, como pequenos estabelecimentos comerciais. Essa tipologia atende à realidade socioeconômica local, marcada pela simplicidade construtiva. Por outro lado, as edificações de 1 pavimento são menos frequentes, geralmente associadas a usos mistos, como residências sobre espaços comerciais ou de serviços localizados no térreo.

A ausência de edificações mais altas é explicada pela baixa densidade populacional e pela inexistência de demandas urbanas que justifiquem a verticalização. Esse padrão contribui para a manutenção de uma paisagem urbana intensiva, em escala humana, que reforça o caráter acolhedor e tradicional do distrito.

Figura 32 – Mapa de gabarito.



Fonte: autora 2025.

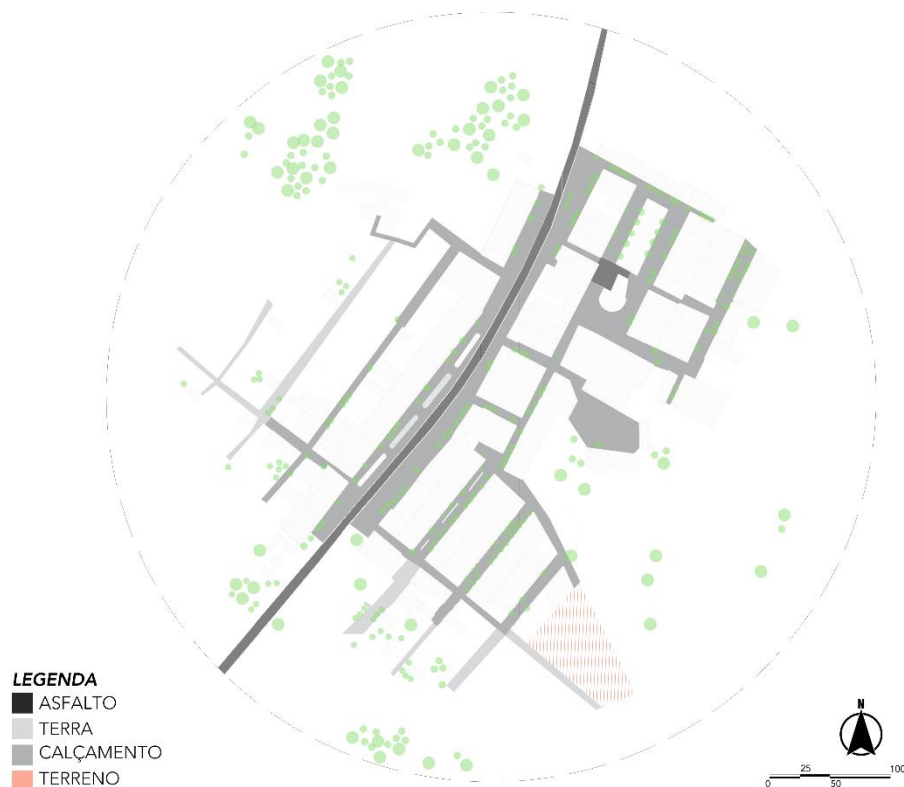
- Mapa de Pavimentação

O padrão de pavimentação apresenta variações que refletem as prioridades de desenvolvimento histórico e a disponibilidade de recursos destinados à infraestrutura urbana. De maneira geral, as vias principais, que conectam os pontos centrais da vila à BR-405, eixo

de circulação regional são pavimentadas em calçamento. Essas vias desempenham um papel fundamental na mobilidade local, permitindo o fluxo de veículos e pedestres.

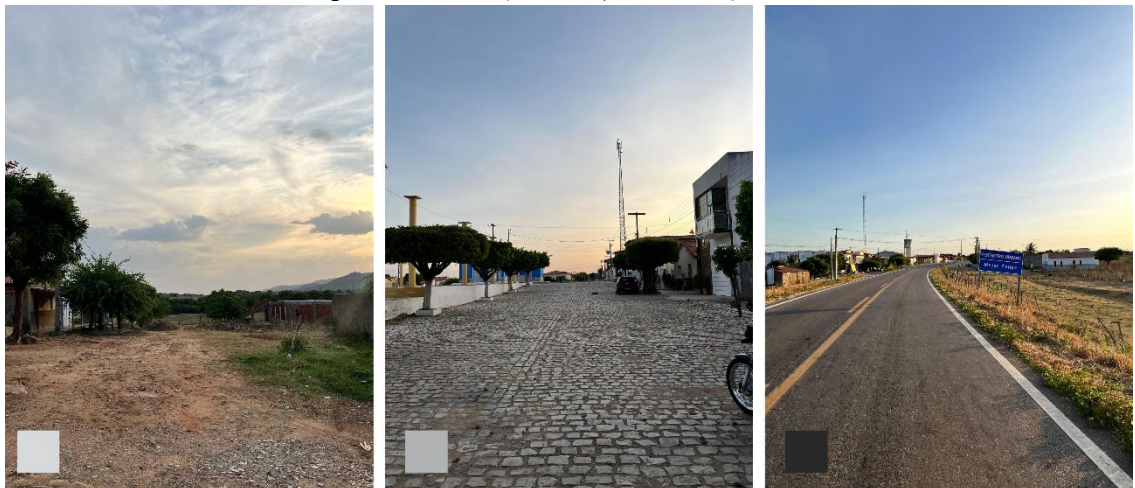
Em contrapartida, muitas vias secundárias ou de acesso periférico permanecem sem pavimentação ou apresentam coberturas irregulares, como piçarra ou terra batida. Essas condições dificultam o trânsito, especialmente durante a estação chuvosa, ocasionando problemas de erosão, acúmulo de lama e dificultando a acessibilidade local.

Figura 33 – Mapa de pavimentação.



Fonte: autora 2025.

Figura 34 – Variações de pavimentações.



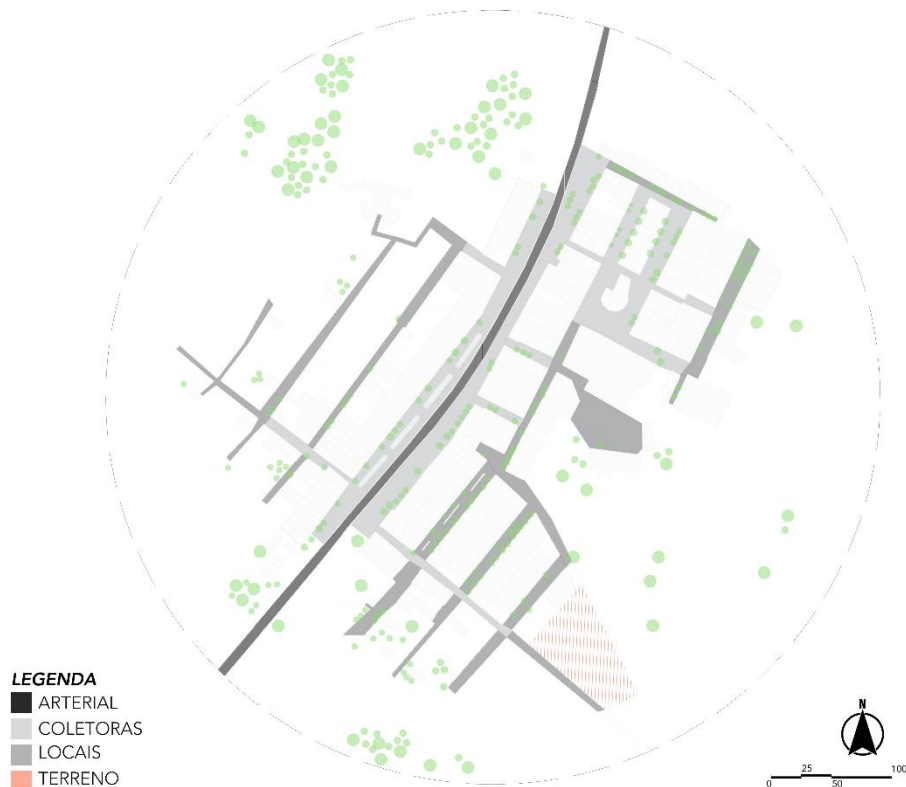
Fonte: Arquivo pessoal (2025).

- Mapa de Hierarquia Viária

Na Vila Major Felipe, o sistema viário possui um traçado predominantemente orgânico, o que significa que as vias se desenvolveram de forma irregular e sem planejamento prévio, o que é comum em pequenas localidades que cresceram de maneira espontânea. Esse tipo de estrutura viária caracteriza-se pela falta de um alinhamento rigoroso e pela adaptação das vias ao terreno e às necessidades emergentes da comunidade. As vias principais desempenham um papel estratégico ao conectar áreas centrais da vila, como zonas residenciais, comerciais e institucionais, além de garantir a ligação direta da comunidade à BR-405, uma rodovia importante para a circulação regional.

As vias secundárias, em contraste, são mais estreitas e sinuosas, funcionando como rotas de acesso a propriedades rurais e locais mais distantes. Essas vias, embora desempenhem uma função crucial na conectividade local, apresentam limitações de largura e pavimentação, comprometendo sua funcionalidade, especialmente durante o período chuvoso. Essas deficiências afetam a acessibilidade e, em muitos casos, dificultam o tráfego de veículos, prejudicando a mobilidade e a qualidade de vida da comunidade.

Figura 35 – Mapa hierarquia viária.



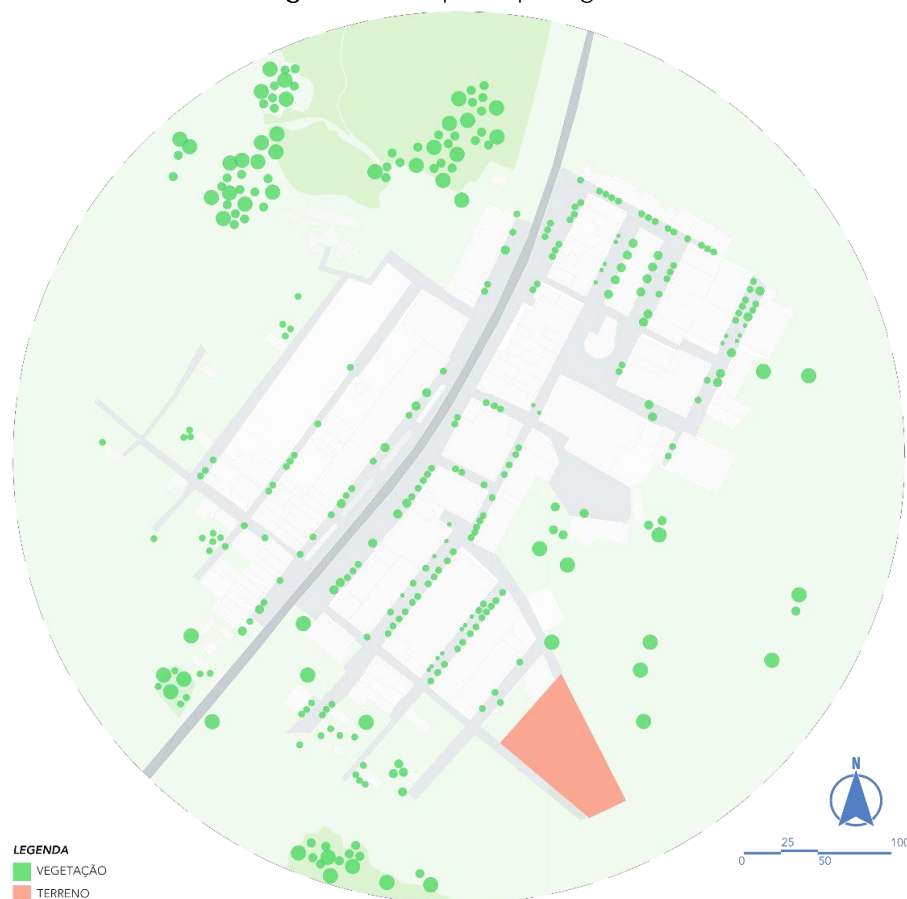
Fonte: autora 2025.

- Mapa de paisagismo.

Na Vila Major Felipe, a cobertura vegetal apresenta características típicas da região semiárida brasileira, sendo marcada pela predominância da caatinga, vegetação adaptada às condições climáticas locais. A vegetação está distribuída de forma heterogênea, com áreas de vegetação natural, espaços verdes urbanos e terrenos destinados a usos diversos, como atividades agrícolas e ocupações urbanas. A caatinga, enquanto ecossistema predominante, é composta por espécies arbustivas e arbóreas resistentes à seca.

Nas áreas urbanizadas, a cobertura vegetal é mais escassa, restrita a quintais residenciais, pequenos jardins e espaços públicos, como praças. Esses elementos desempenham um papel importante na melhoria da qualidade ambiental, promovendo sombreamento, redução da temperatura e oportunidades de convivência para a população. No entanto, a presença de áreas verdes urbanas é limitada e irregular, indicando a necessidade de intervenções que ampliem e qualifiquem esses espaços.

Figura 36 – Mapa de paisagismo.



Fonte: autora 2025.

Figura 37 – Espécies de vegetação.



Fonte: autora 2025.

6. ESTUDO CORRELATOS

6.1. Edifício Projeto Viver

Figura 38 – Ficha técnica: projeto viver.

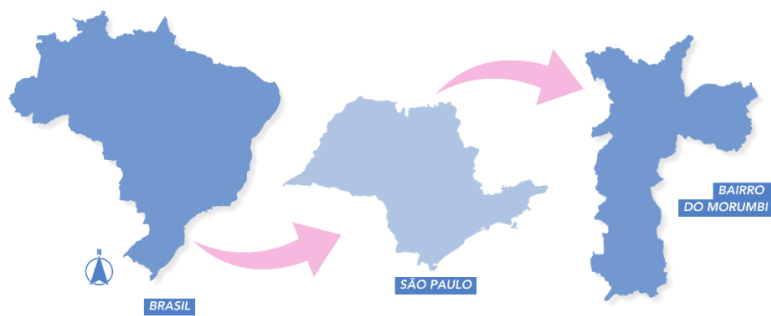


Fonte: Adaptado de escritório FGMF (2025).

O projeto desenvolvido para a comunidade da favela Jardim Colombo, localizado no bairro do Morumbi, São Paulo (figura 39), apresenta uma proposta que alia funcionalidade, estética e inclusão social, destacando-se como uma intervenção urbana voltada para o desenvolvimento humano e a valorização do espaço público em áreas vulneráveis.

A apropriação do espaço pela comunidade tem sido evidente, mesmo após a instalação de gradis removíveis ao redor do perímetro. Os seguros permanecem abertos, assegurando o livre acesso dos moradores, mesmo aqueles sem vínculos diretos com atividades no local. Esse processo de apropriação é potencializado pelas ações promovidas pela Associação Viver em Família, que organiza aulas de reforço, treinamentos profissionalizantes e atendimentos diversos, como médico, odontológico e psicológico.

Figura 39 – Mapa de localização do Projeto Viver.



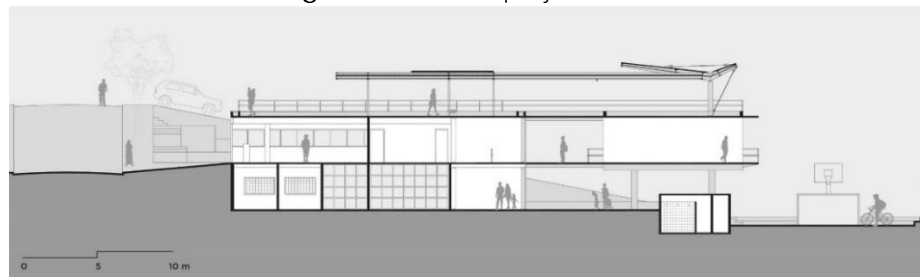
Fonte: Autora (2025).

O terreno, com 30 x 50 metros, é cuidadosamente aproveitado para manter sua função como via de acesso e ponto de convivência comunitária. A praça em patamares desempenha um papel fundamental, conectando os diferentes níveis do terreno e oferecendo áreas multifuncionais para descanso, lazer e eventos culturais. Seus degraus são projetados para servir como arquibancadas em apresentações e espetáculos, reforçando o uso do espaço

como ponto de encontro da comunidade. A estratégia definida pelo projeto consiste na disposição ortogonal dos blocos edificados, cuja organização é distinta para configurar e qualificar os espaços abertos.

O bloco menor, elevado, delimita a praça coberta e atua como uma proteção à praça esportiva, enquanto o bloco maior estabelece uma relação fluida entre os espaços internos e externos, além de concentrar o principal acesso aos edifícios. A quadra, localizada no fundo do lote, é equipada com vestiários e depósitos no subsolo, que também oferece infraestrutura para banhos coletivos organizados pela associação de moradores. A parte elevada desse subsolo funciona como um palco para festividades, potencializando o aproveitamento do espaço.

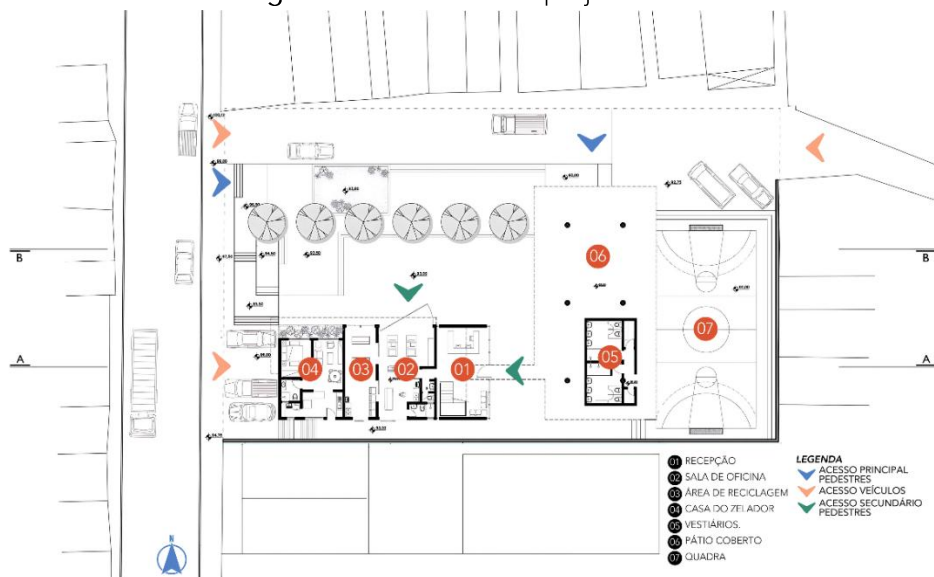
Figura 40 – Corte: projeto viver.



Fonte: escritório FGMF.

O bloco principal fica localizado no limite oeste do terreno, concentra funções externas para atendimento social e serviços comunitários, sendo ele o térreo: Recepção, casa do zelador, oficina interdisciplinar com acesso direto à área pública por meio de uma grande porta basculante, promovendo a integração entre os espaços internos e externos, área de reciclagem, pátio coberto e vestiários.

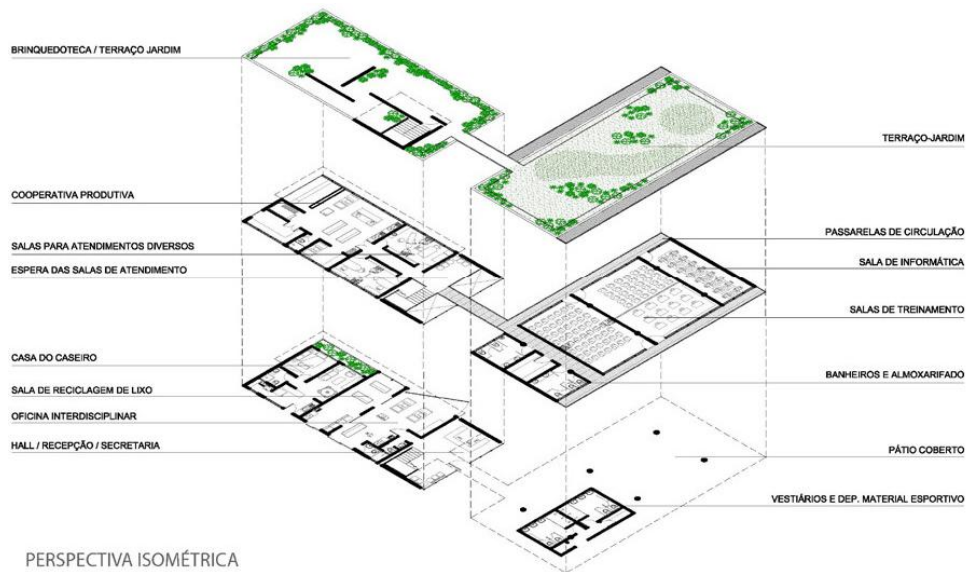
Figura 41 – Planta baixa: projeto viver.



Fonte: adaptado de escritório FGMF (2025).

No pavimento superior encontram-se as salas de atendimento médico, odontológico, psicológico e jurídico, salas de capacitação profissional, biblioteca e sala de informática, que atendem às necessidades de qualificação e acesso ao conhecimento da população local. A cobertura verde do edifício, com áreas pavimentadas, jardins e brinquedoteca, amplia o espaço público e oferece uma extensão da praça principal, promovendo lazer e atividades direcionadas. Este elemento conecta visualmente o edifício à comunidade, transformando-se em um ponto de encontro elevado e qualificado.

Figura 42 – Perspectiva: projeto viver.



Fonte: Adaptado de escritório FGMF (2025).

A estrutura em concreto armado e os elementos metálicos, como passadiços e brises, garantem funcionalidade, durabilidade e integração visual. A circulação entre os blocos é fluida, tanto pelas coberturas quanto pelos espaços de transição, permitindo que as diferentes funções do complexo se interliguem de maneira orgânica. Essa divisão estratégica dos espaços permite atender às necessidades funcionais e sociais da comunidade, otimizando o uso do terreno e promovendo a inclusão e a convivência.

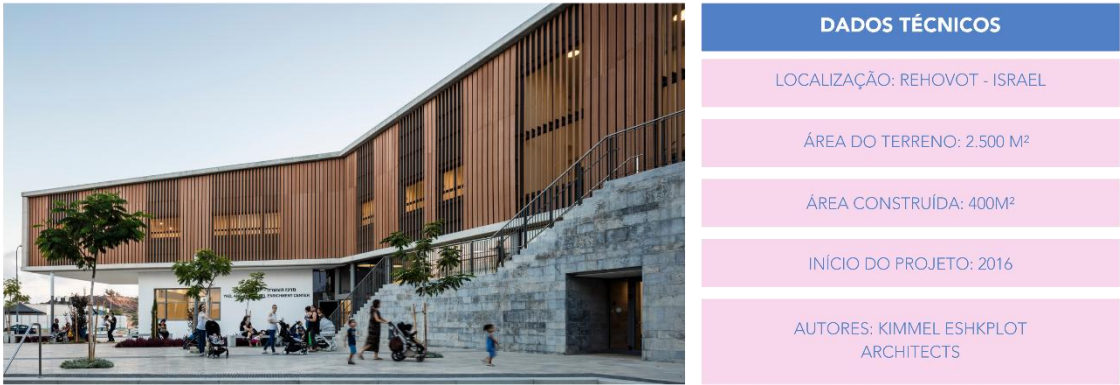
Figura 43 – Fachadas do edifício projeto viver.



Fonte: adaptado escritório FGMF (2025).

6.2. Centro Comunitário Rehovot⁶

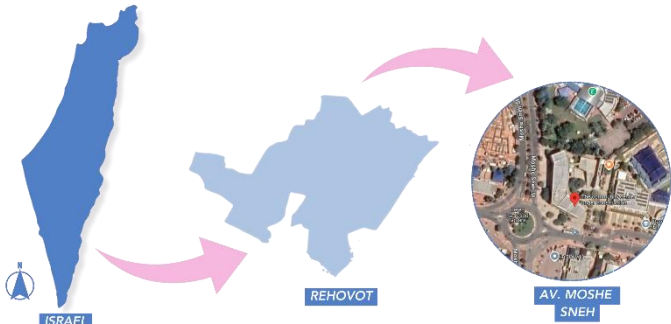
Figura 24 – Ficha técnica: Centro Comunitário Rehovot.



Fonte: Autora (2025).

O projeto está situado em New Rehovot, um novo bairro em desenvolvimento na cidade de Rehovot. A área apresenta um terreno estratégico no centro do bairro, previamente destinado a edificações. Alguns desses edifícios já foram construídos, como uma escola primária e um centro esportivo, enquanto as edificações residenciais ainda não foram iniciadas. O projeto foi concluído em 2016, inclui uma variedade de espaços e a criação de uma nova praça urbana. O centro comunitário abrigou estúdios de dança, música, esportes, um escritório de artesanato, uma biblioteca, salas para artes marciais, um salão multifuncional e uma ala externa para jovens. Próximo ao edifício principal, há uma biblioteca que também funciona como centro multimídia, atraindo pessoas de todas as idades para diferentes atividades. Os dois edifícios foram concebidos para operar juntos ou de forma independente.

Figura 45 – Localização centro comunitário Rehovot.



Fonte: Autora (2025).

⁶ Fonte das informações sobre o Centro Comunitário Rehovot / Kimmel Eshkolot Architects" [Rehovot Community Center / Kimmel Eshkolot Architects] 15 Out 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 26 Dez 2024. <<https://www.archdaily.com.br/br/881109/centro-comunitario-rehovot-kimmel-eshkolot-architects>> ISSN 0719-8906.

Dada a grande escala dos equipamentos urbanos na área, buscou-se introduzir uma escala urbana mais amigável. O objetivo era que a praça interna do projeto não fosse apenas um espaço para os usuários dos edifícios, mas também um percurso acessível para pedestres, permitindo que atravessassem o local enquanto se deslocavam para outros destinos. Esse conceito orientou a concepção do projeto e foi realizado no posicionamento dos dois edifícios ao redor de um pátio protegido, conectado à escola localizada a leste e ao centro esportivo ao norte.

Figura 46 – Implantação do Centro Comunitário Rehovot.



Fonte: Adaptado de Kimmel Eshkolot Architects (2025).

O edifício principal possui dois pavimentos, sendo o andar superior projetado para emparelhar sobre o térreo, oferecendo sombreamento e proteção contra o calor do verão. Sua configuração também permite a exposição de atividades internacionais, como os estúdios de dança, com o objetivo de atrair visitantes e incentivar a participação. A biblioteca foi concebida em torno de uma parede de livros que se estende até as fachadas, enquanto seu telhado funciona como um terraço, proporcionando acesso independente à ala dos jovens por meio de uma pequena ponte. As escadas que levam ao terraço incluem áreas de estar, configurando um espaço de anfiteatro intimista, ideal para pequenas apresentações ao ar livre.

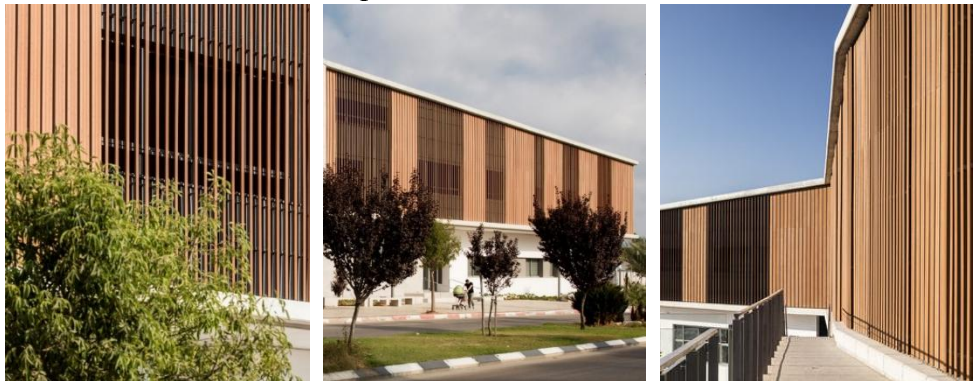
Figura 47 – Planta baixa do Centro Comunitário Rehovot.



Fonte: adaptado Kimmel Eshkolot Architects (2025).

O *brise soleil*, elemento arquitetônico projetado para melhorar o desempenho ambiental do edifício, cobre as fachadas extensas, contribuindo para a criação de uma aparência contínua e harmoniosa. Sua principal função é proporcionar sombreamento às grandes janelas, mitigando a incidência direta do intenso sol israelense e, conseqüentemente, melhorando o conforto térmico e a eficiência energética do edifício.

Figura 48 – Detalhe brises.

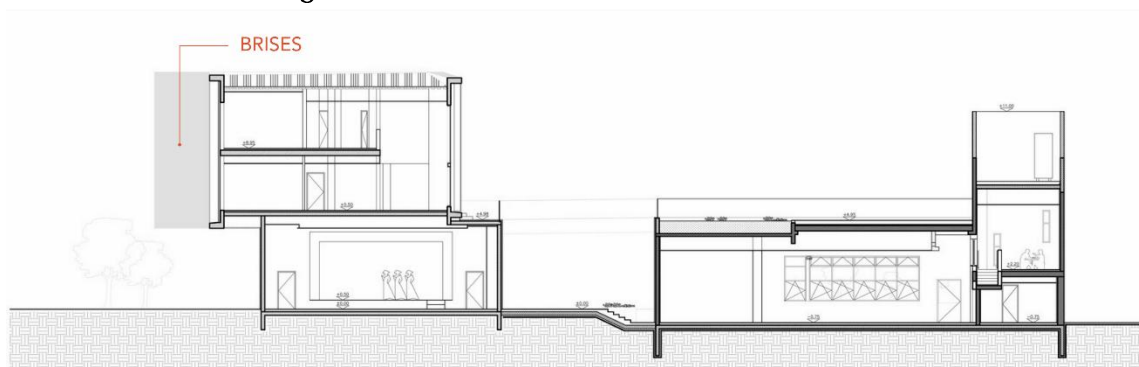


Fonte: adaptado de Kimmel Eshkolot Architects (2025).

Internamente, o *brise soleil* desempenha um papel estético, ao criar um padrão dinâmico de luz e sombra, que interage com as paredes brancas e os pisos escuros, gerando contrastes visuais que enriquecem a experiência espacial. Além disso, sua configuração permite que pedestres, ao atravessarem a praça ou utilizarem as escadas externas, a ponte e o terraço, tenham vislumbres das atividades internas do edifício, promovendo uma interação visual que reforça a conexão entre os espaços internos e externos.

Construído com BPC (compósito de polímero de bambu), o *brise soleil* apresenta um perfil que oculta a estrutura de suporte, conferindo leveza ao conjunto. O material, especialmente desenvolvido para resistir às condições externas, combina durabilidade com estética, ao mesmo tempo que introduz uma sensação de acolhimento aos espaços, em contraste com os acabamentos em gesso claro e pedra cinza.

Figura 49 – Corte do Centro Comunitário Rehovot.



Fonte: adaptado de Kimmel Eshkolot Architects (2025).

6.3. Cantinho do céu⁷

O projeto de urbanização elaborado para os loteamentos irregulares que compõem o Complexo Cantinho do Céu foi desenvolvido a partir de estudos e diretrizes formuladas pela Secretaria Municipal de Habitação.

Figura 50 – Ficha técnica: Cantinho do céu



Fonte: Boldarini Arquitetos Associados.

A intervenção na área, objeto de ação civil pública, trouxe desafios importantes devido às suas características: território consolidado, densamente ocupado, ambientalmente frágil, de grande extensão e com acesso direto à represa Billings. Diante desse contexto, tornou-se necessária a formulação de projetos experimentais que buscassem superar os problemas relacionados à ocupação irregular e precária de uma área de proteção ambiental,

⁷Todas as informações sobre o projeto estão disponíveis no site: <https://www.boldarini.com.br/projetos/cantinho-do-ceu-etapa-01>.

especialmente na orla do reservatório. No desenvolvimento do projeto urbanístico, foram formuladas hipóteses de intervenção voltadas para a superação dos déficits de infraestrutura, promovendo a qualificação e integração do assentamento na cidade. A abordagem incluiu a articulação entre diferentes disciplinas envolvidas, questões fundiárias, estratégias de pós-ocupação e a organização da população local. A qualificação urbana e ambiental do Cantinho do Céu concretizou-se por meio de ações simultâneas e integradas, orientadas pela criação de espaços públicos ao longo de um eixo estruturador.

O projeto priorizou um modelo de intervenção baseado em diálogo e harmonia, evitando imposições arbitrárias. As primeiras ações focaram em garantir o acesso e a mobilidade, além de implementar infraestrutura sanitária, mitigando os impactos ambientais que a ausência dessas condições causou nos mananciais e no abastecimento de água da Grande São Paulo. O planejamento das vias perpendiculares ao parque privilegiou o uso compartilhado entre pedestres e automóveis, com sinalizações que marcavam o acesso ao parque. No empreendimento Residencial dos Lagos, essas vias foram concebidas como zonas de transição, diferenciadas por pavimentação em concreto intertravado e coloração vermelha nas áreas de conexão com o parque. Tais características buscavam sinalizar mudanças de uso e integrar funcionalmente o espaço público.

Figura 51 - Planta dos espaços públicos Cantinho do céu.



Fonte: Boldarini Arquitetos Associados, adaptado por ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland, Programa Soluções para Cidades.

O parque foi projetado a partir de condicionantes específicas do local, adotando um planejamento preliminar que evoluiu à medida que as edificações de cada trecho foram removidas. Essa metodologia envolveu intervenções controladas por especialistas do terreno, valorizando a importância ambiental e paisagística do reservatório e integrando as ocupações adjacentes à área do parque. As ruas de menor tráfego receberam tratamento diferenciado, com sistemas de distribuição centralizados que respeitavam a variação das cotas das soleiras das edificações.

Figura 52 - Detalhe de rua Cantinho do céu.



Fonte: Boldarini Arquitetos Associados, adaptado por ABCP – Associação Brasileira de Cimento Portland, Programa Soluções para Cidades.

A intervenção resultou num conjunto de áreas destinadas a diferentes usos, incluindo lazer, diversão, desporto e contemplação. O projeto previu espaços adequados para todas as idades, como pistas de skate, quadras esportivas, parques infantis, cinemas e decks. Além disso, os "lados cegos" dos edifícios adjacentes ao parque foram transformados em painéis decorativos, utilizando núcleos e padrões rítmicos para criar uma paisagem harmônica entre o ambiente natural e o construído.

Figura 53 - Implantação Cantinho do céu.



Fonte: adaptado de Boldarini Arquitetos Associados (2025).

O parque se consolida como um espaço de apropriação comunitária, marcando o limite entre a área ocupada e o reservatório. A intervenção promoveu a qualidade de vida dos residentes por meio de soluções de design que valorizaram o lazer, integrando os espaços restantes de forma funcional à cidade e garantindo a sua sustentabilidade ambiental e social.

Figura 54 - Espaços públicos do cantinho do céu.



Fonte: Boldarini Arquitetos Associados.

6.4. Ponte Roma Quartier⁸

O escritório Henning Larsen apresentou um projeto de requalificação para a zona industrial de Bolzano, localizada na região do Tirol do Sul, nos Alpes Italianos. A proposta busca restaurar e reconectar áreas da cidade por meio de estratégias inovadoras, como o reuso adaptativo, a mineração urbana e a construção em madeira.

Figura 55 – Ficha técnica: Ponte Roma Quartier.



DADOS TÉCNICOS
LOCALIZAÇÃO: BOLZANO - ITÁLIA
ÁREA DO TERRENO: 163.000 M²
ÁREA CONSTRUÍDA: -
INÍCIO DO PROJETO: 2023
AUTORES: HENNING LARSEN ARQUITETO PAISAGISTA: HENNING LARSEN PLANEJADORES URBANOS: CKSA, AREA17

Fonte: Henning Larsen.

O projeto prevê a transformação da área em um novo distrito denominado "Ponte Roma Quartier", um bairro convidativo e multigeracional que prioriza o uso conjunto como solução para a crise habitacional da cidade. Esse novo distrito promoverá a integração de bairros desconectados, restaurando uma conexão vital com o centro urbano de Bolzano, ao mesmo tempo que preserva a herança industrial e melhora a biodiversidade local.

O conceito do projeto é estruturado em torno de um parque central, que permeia todo o distrito. Inspirado no charme histórico e caminhável de Bolzano, o projeto busca refletir e aprimorar as características da cidade por meio da melhoria de rotas destinadas a pedestres e ciclistas. Mantendo o caráter urbano lúdico de Bolzano, o plano incorpora praças públicas

⁸ Todas as informações sobre o projeto estão disponíveis no site: <https://henninglarsen.com/projects/ponte-roma-quartier>.

intimistas e edificações modestas, enquanto otimiza as vistas panorâmicas das montanhas por meio de massas e volumes cuidadosamente planejados. Entre os espaços propostos, destacam-se residências acessíveis, cafés, restaurantes, escritórios, áreas de coworking, um laboratório de fabricação e uma creche. Os pátios e coberturas foram projetados para serem acessíveis, maximizando a entrada de luz solar e proporcionando vistas panorâmicas da paisagem urbana.

Figura 56 - Localização da Ponte Roma Quartier.



Fonte: Henning Larsen.

Além disso, o projeto integra-se à rede de transporte existente, enquanto cria novas soluções que priorizam o transporte público em todo o distrito. Duas grandes estruturas industriais com layout aberto serão convertidas em áreas públicas, abrigando cafés, lojas, restaurantes, espaços sociais e uma academia de escalada. Materiais como tijolos e paralelepípedos reaproveitados serão usados como revestimento, enquanto prédios próximos serão renovados criativamente, e vigas robustas servirão como base para estufas destinadas à agricultura urbana. Metais e outros elementos atualizados, como varandas e terraços, serão reaproveitados, conferindo nova vida a esses componentes.

O projeto dá ênfase especial à biodiversidade, promovendo a criação de áreas naturais que beneficiem tanto o meio ambiente quanto a saúde da população. A implementação de um ambiente funcional como uma "cidade esponja", capaz de coletar e reutilizar água da chuva, será incentivada por meio de telhados verdes, parques, microclimas adequados e iniciativas de agricultura urbana. A prática de reutilizar e renovar edificações existentes tem sido uma tendência crescente em 2023, evidenciando a valorização do patrimônio histórico e rico. Exemplo disso é o caso da Polônia, onde uma mina subterrânea sob o riacho Malinowka foi transformada em um complexo misto inclusivo, abrangendo um centro de saúde, uma igreja e uma plataforma de bungee jumping subterrânea, reforçando as inovações e o potencial de projetos sustentáveis e inovadores.

Figura 57 - Projeto Ponte Roma Quartier.



Fonte: Henning Larsen.

6.5. Contribuições das referências projetuais

Os projetos executados demonstram intervenções urbanas e arquitetônicas voltadas para a requalificação de espaços, com ênfase na inclusão social e na criação de ambientes comunitários funcionais. As ações implementadas destacam-se por abordar aspectos cruciais para o desenvolvimento sustentável e a integração social, proporcionando melhorias significativas nas áreas afetadas. A urbanização de áreas informais foi uma das principais ações realizadas, com a implantação de infraestrutura básica, como saneamento, abastecimento de água e iluminação pública, elementos essenciais para a melhoria da qualidade de vida.

Além disso, a preservação ambiental e a criação de espaços verdes também foram priorizadas, contribuindo para o equilíbrio ecológico e o aprimoramento do microclima urbano, o que beneficiou a saúde e o bem-estar dos habitantes. Outro ponto relevante foi a participação ativa da comunidade no processo de planejamento e execução das intervenções. O envolvimento dos moradores garantiu que as ações atendessem às suas necessidades, promovendo um forte sentimento de pertencimento e cidadania.

Dessa maneira, a requalificação de áreas degradadas possibilitou a recuperação de espaços urbanos subutilizados, reintegrando-os à vida cotidiana da cidade e tornando-os novamente funcionais e acessíveis. A adoção do uso misto do solo, combinando habitação, comércio e lazer, foi implementada, favorecendo a dinâmica urbana, reduzindo deslocamentos e estimulando o crescimento econômico local. Em paralelo, soluções sustentáveis, como infraestrutura verde, mobilidade ativa e transporte público eficiente, foram incorporadas, contribuindo para a construção de cidades mais resilientes e adaptadas às necessidades da população.

A integração dos centros comunitários com o entorno urbano foi outra característica fundamental das intervenções, garantindo que esses espaços se conectassem com a infraestrutura existente, facilitando a acessibilidade e promovendo a interação com as áreas

adjacentes. Nesse sentido, o design inclusivo e acessível assegurou que os espaços fossem funcionais e seguros para todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades físicas. Além disso, a escolha de materiais sustentáveis e o uso de estratégias bioclimáticas também foram ações executadas, minimizando os impactos ambientais e aumentando a eficiência energética dos edifícios. Os espaços foram projetados para atender a diversas necessidades da comunidade, sendo utilizados para atividades sociais, culturais e educacionais, o que favoreceu a interação e o fortalecimento dos laços comunitários.

Por fim, a valorização da cultura local no design dos centros comunitários foi essencial para refletir a identidade e as tradições da população, promovendo a coesão social e o engajamento comunitário. Essas ações, em última instância, contribuíram para a criação de espaços que são utilizados e mantidos pela comunidade, garantindo sua longevidade e relevância ao longo do tempo. Segue uma breve descrição sobre a contribuição de cada um para o projeto:

Quadro 3 - processos da análise de dados.

PROJETO	CONTRIBUIÇÕES
EDIFÍCIO PROJETO VIVER	- Uso da madeira - Esquadrias - Cores - Dimensionamento em blocos
CENTRO COMUNITÁRIO REHOVOT	- Brises em madeira - Forma da implantação - Cores
PROJETO CANTINHO DO CÉU	- Urbanização de áreas informais (infraestrutura básica); - Valorização e recuperação ambiental; - Criação de espaços públicos de lazer- Participação ativa da comunidade nas decisões.
PONTE ROMA QUARTIER	- Requalificação de áreas degradadas; - Uso misto do solo (habitação, comércio e lazer integrados); - Sustentabilidade urbana (infraestrutura verde, transporte público eficiente); - Preservação da história e identidade local.

Fonte: autora 2025.

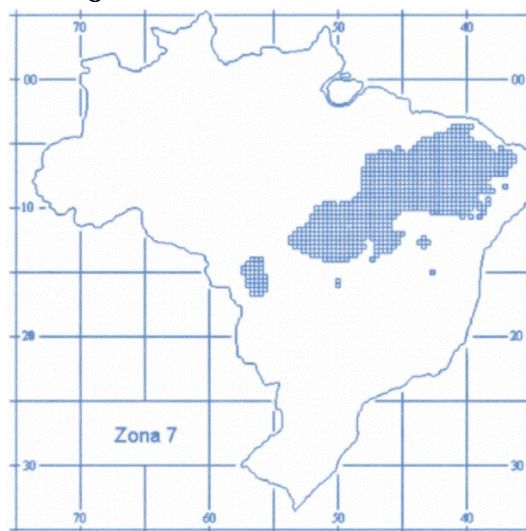
7. CARIMBANDO O FUTURO: concepção projetual

Esse capítulo apresenta as diretrizes e propostas elaboradas para a requalificação urbana da Vila Major Felipe, articulando soluções que promovam a funcionalidade, inclusão e valorização do espaço urbano, detalhando o processo de desenvolvimento das ideias projetuais, buscando melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a integração entre o espaço público e a comunidade. As propostas são fundamentadas em análises prévias, correlatos e diretrizes urbanísticas que visam valorizar a identidade local e atender às necessidades da população.

7.1. Dados bioclimáticos

A compreensão dos dados bioclimáticos é essencial para o desenvolvimento de estratégias urbanas que promovam o conforto ambiental, a eficiência energética e o bem-estar dos moradores. No entanto, a cidade de José da Penha carece de levantamentos específicos quanto a esses dados. Diante dessa limitação, optou-se por utilizar informações bioclimáticas da cidade de Jaguaribe, no Ceará, que, segundo as normas técnicas e o software PROJETEEE, é a localidade mais próxima com condições climáticas semelhantes às de José da Penha. A Vila Major Felipe, assim como a cidade de José da Penha/RN, está inserida na zona climática 7 (figura 58), de acordo com a NBR 15220 (ABNT, 2005).

Figura 58 – Zona Climática.



Fonte: NBR 15220 (ABNT, 2005) adaptado pela autora (2025).

Segundo o IDEMA (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente), o relevo é bastante acidentado, inserido na depressão Sertaneja-São Francisco, que compreende áreas de transição entre a Chapada do Apodi e as alturas do Planalto da Borborema. Essa configuração geológica é marcada pela presença de rochas metamórficas

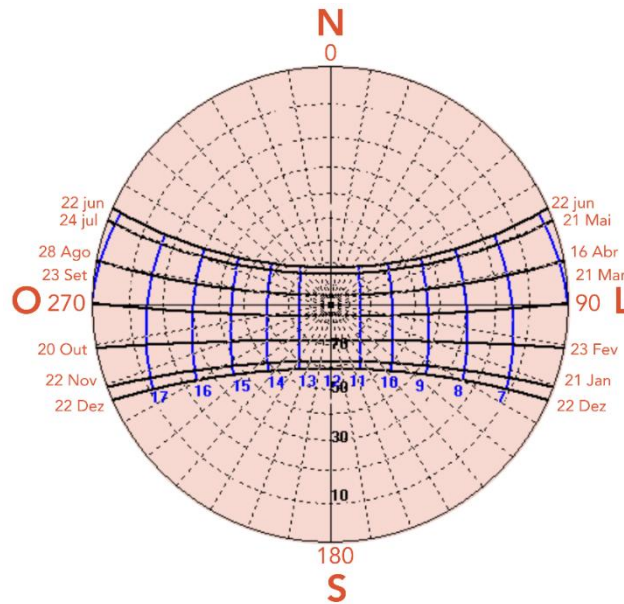
do embasamento cristalino, de origem Pré-Cambriana, com uma idade geológica variada entre 1 e 2,5 bilhões de anos. O solo predominante é o luvisolo (anteriormente classificado como bruno não cálcico), caracterizado por um nível médio de alta fertilidade e textura que varia entre argilosa e arenosa. Esse tipo de solo é bem drenado, mas apresenta pouca profundidade, limitando seu desenvolvimento e sustentando predominantemente a vegetação da caatinga (IDEMA, 2008).

De acordo com a ABNT NBR 15220-3, para a Zona Bioclimática 7, recomenda-se que as edificações possuam aberturas pequenas e sombreadas para minimizar o ganho de calor direto e a incidência do sol, permitindo ventilação cruzada e sombreamento adequados. Além disso, o uso de paredes e coberturas pesadas ajuda a regular a temperatura interna, pois materiais de alta massa térmica retardam a transferência de calor durante o dia e liberam-no gradualmente à noite, quando as temperaturas externas são mais baixas. No verão, recomenda-se o resfriamento evaporativo e o uso da massa térmica para manter o ambiente interno mais fresco, além da ventilação seletiva, aproveitando o ar mais fresco das horas noturnas para resfriar os espaços internos quando a temperatura externa é inferior a interna. Essas estratégias ajudam a criar ambientes confortáveis e energeticamente eficientes, adequados às condições específicas do semiárido.

A Carta Solar é uma ferramenta importante para o desenvolvimento de projetos avançados, pois representa a projeção das trajetórias solares ao longo da abóbada celeste durante todo o ano. Essa ferramenta permite determinar a posição exata do Sol em diferentes momentos, o que é essencial para a análise de como a radiação solar incide sobre uma edificação (INMET, 2016).

Foi utilizada latitude 6.38° para a geração da carta solar (figura 59) no software Sol-ar. Nota-se o solstício de inverno, que ocorre no dia 22 de junho, o Sol nasce por volta das 6:20 horas e se põe às 17:40 horas, resultando em um dia mais curto e uma noite mais longa. Esse é o momento em que o Sol atinge sua posição mais baixa no céu ao meio-dia, o que reduz a quantidade de luz solar recebida durante o dia. Já no solstício de verão, no dia 22 de dezembro, o nascer do Sol ocorre às 5:40 horas e o pôr do Sol se dá às 18:20 horas, conforto o dia mais longo do ano. Nesse período, o Sol alcança sua posição mais alta no céu ao meio-dia, estendendo as horas de luz solar e promovendo um clima mais quente e iluminado. Esses horários, com a variação entre os solstícios, são fundamentais para o planejamento urbano e arquitetura, influenciando diretamente o uso da luz natural, estratégias de sombreamento e eficiência energética em edificações.

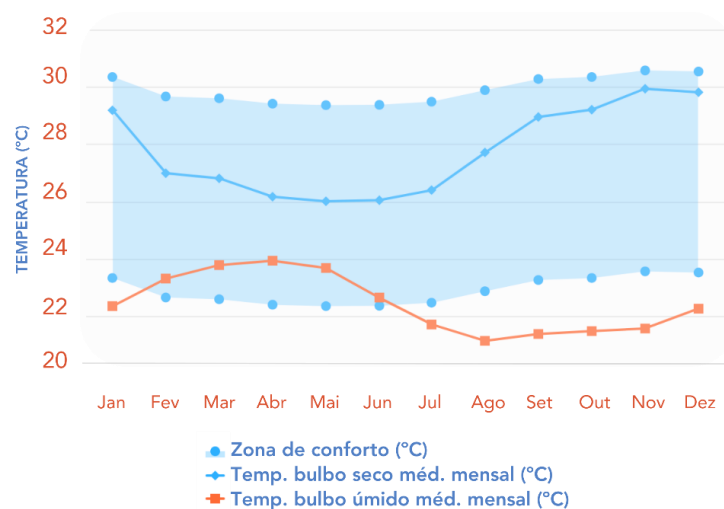
Figura 59 – Carta Solar.



Fonte: Sol-ar adaptado pela autora (2024).

O Gráfico das Temperaturas (figura 60), ilustra a variação das temperaturas médias, máxima e mínima ao longo do ano, sendo fundamental para a compreensão das condições térmicas de José da Penha e para orientar o desenvolvimento de soluções projetuais bioclimáticas. Além disso, os gráficos incluem uma zona de conforto para edificações naturalmente ventiladas, que representa o intervalo de temperaturas em que os ocupantes se sentem confortáveis sem o uso de climatização mecânica (INMET, 2016).

Figura 60 – Gráfico das Temperaturas.



Fonte: ProjetEEE adaptado pela autora (2024).

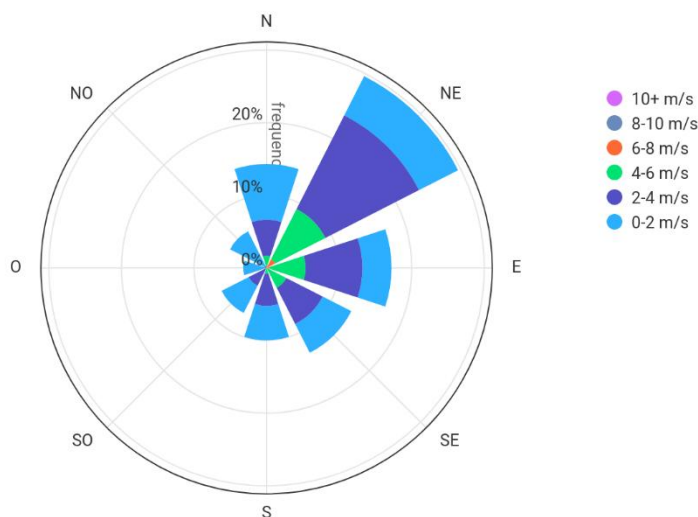
O gráfico também permite observar as variações entre a temperatura de bulbo úmido, que representa a temperatura mais baixa que pode ser alcançada pela evaporação da água,

e a temperatura de bulbo seco, que é a temperatura medida por uma atmosfera comum, refletindo a umidade do ar e as condições térmicas reais. Essas informações são fundamentais para o desenvolvimento de projetos bioclimáticos, pois ajudam a entender como a umidade e a temperatura impactam o conforto e as estratégias de ventilação nas edificações.

A ventilação natural é um fator relevante para a dissipação de calor, especialmente durante as estações mais quentes, o que sugere a adoção de estratégias de projeto que maximizem o uso de ventos predominantes e criem sombreamento eficiente. Assim, para melhorar a qualidade de vida dos moradores e reduzir o consumo energético, recomenda-se o uso de soluções como a ventilação cruzada, materiais de alta inércia térmica, vegetação para sombreamento e sistemas de cobertura que minimizem a radiação direta nos espaços urbanos.

O gráfico da rosa dos ventos (figura 61) fornece informações sobre o comportamento do vento na área, incluindo velocidade, direção e frequência ao longo do tempo (INMET, 2016). Observa-se que os ventos predominantes vêm do Nordeste. Além disso, há um destaque secundário para os ventos provenientes do Norte e do Leste, que também traz benefícios para a circulação do ar, embora com menor intensidade em comparação aos ventos do Nordeste.

Figura 61 – Gráfico da rosa dos ventos.



Fonte: ProjeEEE adaptado pela autora (2024).

7.2. Condicionantes legais

As condicionantes legais fundamentais para a concepção e execução de projetos urbanos, garantindo que as intervenções estejam alinhadas às normas e técnicas vigentes. Esses dispositivos normativos não apenas garantem a conformidade com os marcos regulatórios, mas também orientam a promoção de soluções urbanísticas que atendem aos princípios de sustentabilidade, acessibilidade e funcionalidade.

No caso da Vila Major Felipe, a análise das condicionantes legais abrange aspectos como uso do solo, acessibilidade, mobilidade urbana, preservação ambiental e cultural, além da observância de normas técnicas nacionais e legislações municipais e federais. Dessa forma, esses parâmetros tornam-se instrumentos indispensáveis para estruturar intervenções que promovam a transformação do espaço urbano em um ambiente inclusivo, seguro e integrado às demandas da comunidade local. Nesse contexto, o Plano Diretor Participativo de Pau dos Ferros/RN⁹ e a NBR 9050/2020¹⁰, que regulamenta critérios de acessibilidade, são instrumentos essenciais para orientar a implementação dessas diretrizes.

No âmbito da mobilidade urbana (seção II), destaca-se a necessidade de priorizar a circulação de pedestres, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e veículos não motorizados, conforme o Art. 53, inciso XII. Tal abordagem visa romper com a lógica predominante de favorecimento ao transporte motorizado individual, promovendo alternativas que estimulem a sustentabilidade, segurança e acessibilidade. Complementarmente, o fortalecimento de subcentros de bairros, descrito no inciso XV, emerge como estratégia crucial para a descentralização de serviços, reduzindo a dependência das áreas centrais e aproximando as funções urbanas dos moradores. Essa integração territorial contribui para a coesão urbana, reduzindo a necessidade de deslocamentos extensos e fortalecendo o tecido social e econômico.

Em relação à acessibilidade (seção IV), os Artigos 68 e 69 reforçam o compromisso do poder público em garantir que os espaços, serviços e equipamentos urbanos sejam plenamente seguros para toda a população, proporcionando condições de segurança e autonomia. A adaptação de móveis, edificações, equipamentos urbanos e sistemas de transporte, bem como a observância das normas técnicas, como a ABNT NBR 9050, é essencial para garantir a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, a elaboração de sistemas de comunicação e segurança adequadamente, respeitando as diferenças de uso do tempo e do espaço, amplia o acesso ao ambiente urbano e fomenta a participação social de todos os cidadãos.

No que diz respeito a arborização urbana, destaca-se como uma ferramenta estratégica para a qualificação ambiental e cultural dos espaços urbanos. O Art. 79 da seção III, ressalta o papel da arborização na melhoria da qualidade ambiental, na revitalização dos elementos visuais da cidade e no fortalecimento da identidade cultural local. A inclusão de árvores e elementos verdes em projetos urbanos contribui significativamente para a mitigação

⁹ Plano diretor de Pau dos Ferros (2022) disponível em: <https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?id=2678>.

¹⁰ NBR 9050/2020, disponível em: https://www.cairn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf.

das ilhas de calor, o aumento do conforto térmico e a valorização dos espaços públicos como locais de convivência, lazer e interação social.

Os parâmetros urbanísticos estabelecem diretrizes essenciais para a ocupação e organização do solo urbano, desempenhando um papel crucial na estruturação e desenvolvimento ordenado das cidades. Dentre essas partes, destacam-se o coeficiente de aproveitamento, o gabarito de altura, a taxa de área permeável, a taxa de ocupação, os afastamentos, os testes e os recuos, os quais são determinados de acordo com a diversidade das zonas urbanas. Tais elementos reguladores são fundamentais para garantir a compatibilidade das edificações com o contexto urbano, promovendo a funcionalidade, a acessibilidade e a sustentabilidade.

O gabarito de altura, por exemplo, define o número máximo de pavimentos permitidos para as edificações, sendo essencial para controlar a verticalização e garantir a harmonia entre os diferentes tipos de uso do solo. O artigo 133, que estabelece que a altura de cada pavimento não pode ultrapassar três metros, também determina limites diferenciados para as zonas de adensamento, permitindo a construção de até sete pavimentos na Área de Adensamento Básico e até vinte e um pavimento na Área Adensável, em consonância com as características e necessidades de cada região.

A taxa de área permeável e a taxa de ocupação também são parâmetros de grande relevância no planejamento urbano. A primeira, regulamentada pelo artigo 134, busca garantir que uma parte significativa da área do lote seja mantida livre de pavimentação, contribuindo para o escoamento das águas pluviais e para a qualidade ambiental. O percentual mínimo de 20% de área permeável, estipulado na norma, é uma medida importante para a mitigação de impactos urbanos, como as ilhas de calor. Já a taxa de ocupação, que regula a relação entre a área de projeção da edificação e a área do lote, visa garantir o uso eficiente do solo sem comprometer a ventilação e a luminosidade dos espaços urbanos. Com um limite máximo de 80% de ocupação, conforme o artigo 135, essa taxa contribui para um equilíbrio entre a edificação e os espaços necessários à qualidade de vida.

Não que tange aos afastamentos e recuos, o artigo 138 estabelece a necessidade de uma faixa não edificável de cinco metros de cada lado das rodovias, o que visa garantir a segurança e a fluidez do tráfego, além das normas de faixas de domínio público. As calçadas, por sua vez, são regulamentadas pelo artigo 139, que estabelece um espaço mínimo de 1,5 metros na frente dos imóveis, garantindo a circulação adequada de pedestres e promovendo a acessibilidade.

Além disso, o estacionamento em projetos urbanos, especialmente em áreas comerciais, é regulamentado pelo artigo 140, que determina a obrigatoriedade de vagas para

veículos, com no mínimo 5% da área construída destinada a essa especificamente. Além disso, a norma estabelece a reserva de vagas para prioridades, garantindo a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Tabela 2 - Condicionantes legais.

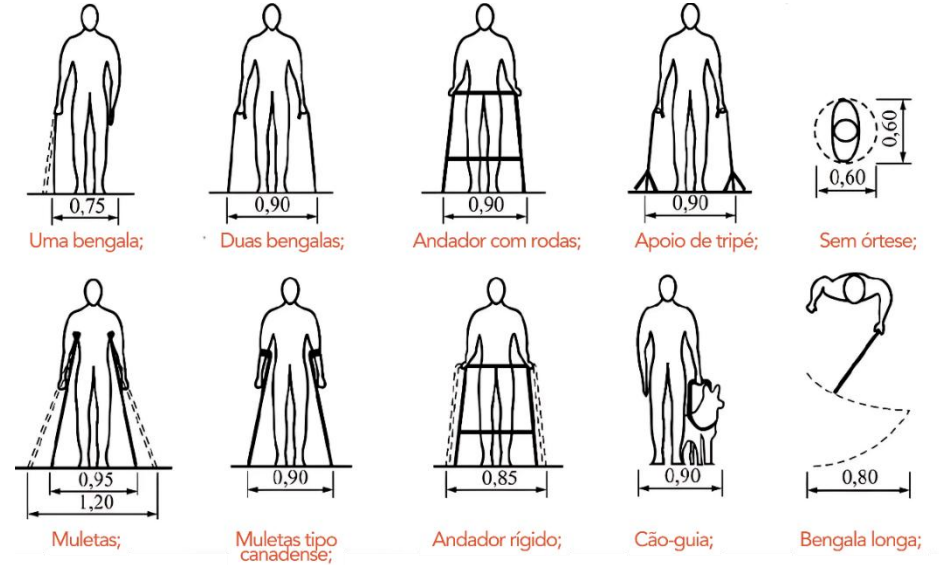
PERCENTUAL DE PERMEABILIDADE MÍNIMA	20%	RECUOS	Frontal - $3,0 + h/10$ Lateral - $1,50 + h/10$ Fundos - $1,50 + h/10$
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	1,2		
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	80%	VAGAS DE ESTACIONAMENTO	5% da área total construída *considerar pelo menos uma vaga para prioridade para essa porcentagem
GABARITO MÁXIMO	21 pavimentos		

Fonte: Plano diretor de Pau dos Ferros (2022), adaptado pela autora (2025).

A NBR 9050, define os requisitos que garantem a acessibilidade em edificações, espaços e equipamentos urbanos, com o objetivo de proporcionar autonomia e inclusão para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ela abrange aspectos como rampas, pisos, sinalização e dimensões mínimas de circulação, essenciais para criar ambientes urbanos mais acessíveis e funcionais para todos.

Os parâmetros antropométricos para a determinação das dimensões referenciais são baseados nas medidas que abrangem de 5% a 95% da população brasileira, ou seja, considerar-se os extremos da faixa etária, incluindo mulheres de baixa estatura e homens de estatura elevada.

Figura 62 – Dimensões referenciais para deslocamento de pessoas em pé.

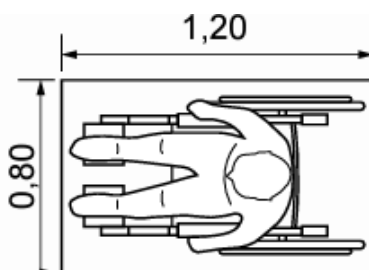


Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2025).

O Módulo de Referência (MR) é definido como uma projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, correspondente ao espaço ocupado por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, seja

motorizada ou não. Essa medida é essencial para garantir que as áreas de circulação e manobra sejam adequadas, permitindo o deslocamento seguro e confortável de pessoas com mobilidade reduzida.

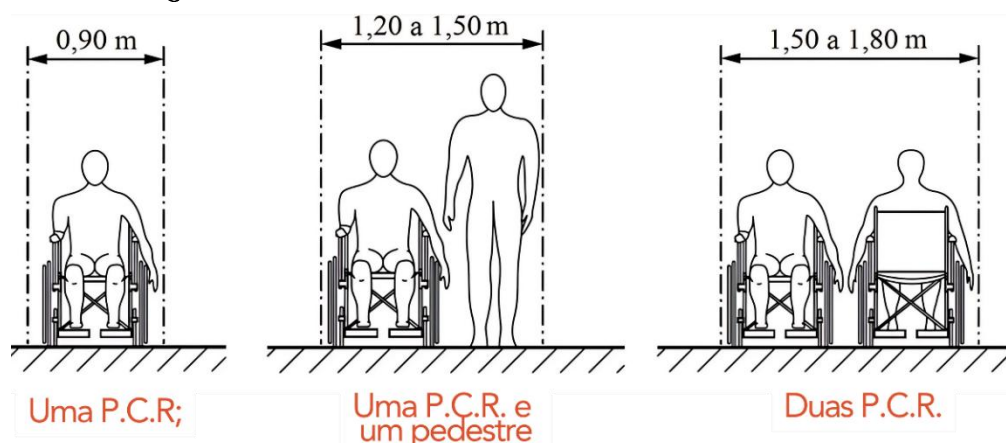
Figura 63 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)



Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2025).

As configurações apresentadas nesta subseção também se aplicam a crianças utilizando cadeiras de rodas infantis, garantindo que as dimensões dos espaços atendam às necessidades de todas as faixas etárias. A largura necessária para o deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas é fundamental para garantir acessibilidade e segurança. A Figura 64 ilustra as dimensões referenciais adequadas para o posicionamento de pessoas em cadeiras de rodas, considerando tanto o espaço para a cadeira quanto para a manobra, garantindo a funcionalidade do ambiente para pessoas com mobilidade reduzida.

Figura 64 – Dimensões do módulo de referência (M.R.)

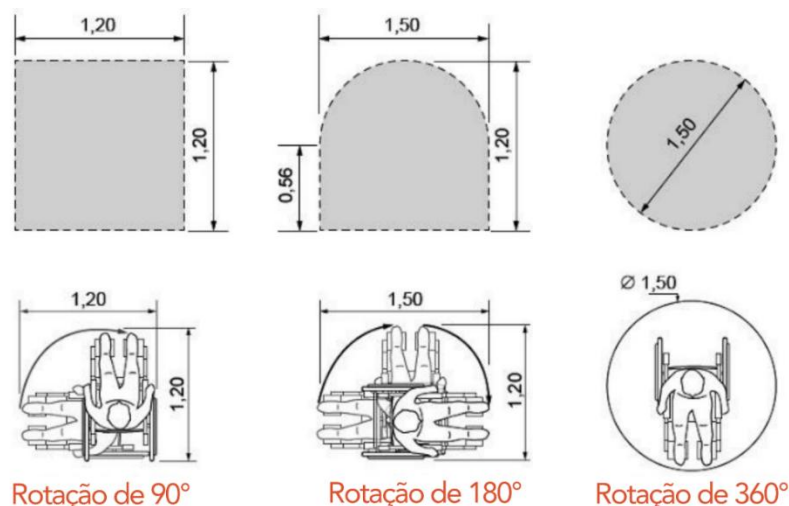


Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2024).

As medidas tomadas para a manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento são essenciais para garantir a acessibilidade e a funcionalidade dos espaços urbanos. Conforme ilustrado na Figura 7, as dimensões mínimas para a área de manobra incluem: 1,20 m × 1,20 m para movimentação simples, 1,50 m × 1,20 m para maior mobilidade, e um círculo com diâmetro de 1,50 m para permitir uma rotação de 360°. Essas especificações são fundamentais para proporcionar autonomia às pessoas com mobilidade reduzida, garantindo que possam

se deslocar e manobrar livremente em ambientes urbanos, sem encontrar obstáculos que comprometam sua segurança e conforto.

Figura 65 - Área para manobra de cadeira de rodas sem deslocamento.



Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2025).

O dimensionamento de rampas acessíveis é um aspecto fundamental para garantir a mobilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Segundo as normas de acessibilidade, como a NBR 9050, a especificação das rampas deve ser projetada de forma a permitir uma colocação segura e confortável. A orientação máxima recomendada é de 8,33% (1:12), o que significa que, para cada 12 unidades horizontais, a rampa pode ter um desnível de até 1 unidade. Além disso, as rampas deverão possuir largura mínima de 1,20 m para permitir o tráfego de cadeiras de rodas e, sempre que necessário, deverão contar com áreas de descanso a cada 6 metros, com dimensões de pelo menos 1,20 m x 1,20 m, para que o usuário possa fazer uma pausa ou se reposicionar. Esses cuidados garantem que as rampas atendam às necessidades de acessibilidade, promovendo autonomia e segurança no uso de espaços públicos e edificações.

Tabela 3 - Dimensionamento de rampas.

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
0,20	8,33 (1:12) $< i \leq$ 10,00 (1:10)	4
0,075	10,00 (1:10) $< i \leq$ 12,5 (1:8)	1

Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2025).

7.3. Proposta da requalificação urbana

7.3.1. Conceito e partido: correspondências ao futuro

O conceito do projeto "Correspondências ao Futuro" está fundamentado na ideia de diálogo entre passado, presente e futuro, simbolizado pelo ato de enviar cartas como forma de registrar desejos e expectativas para a Vila Major Felipe. Esse conceito orienta a proposta de requalificação urbana ao buscar valorizar a identidade local, resgatar elementos culturais e fortalecer o pertencimento da comunidade, ao mesmo tempo em que introduz soluções contemporâneas para tornar o espaço mais funcional, sustentável e inclusivo.

Já o partido do projeto se baseia em três diretrizes principais:

Figura 66 - Diretrizes do partido urbanístico.



Fonte: autora 2025.

Figura 67 - Moodboard do projeto.



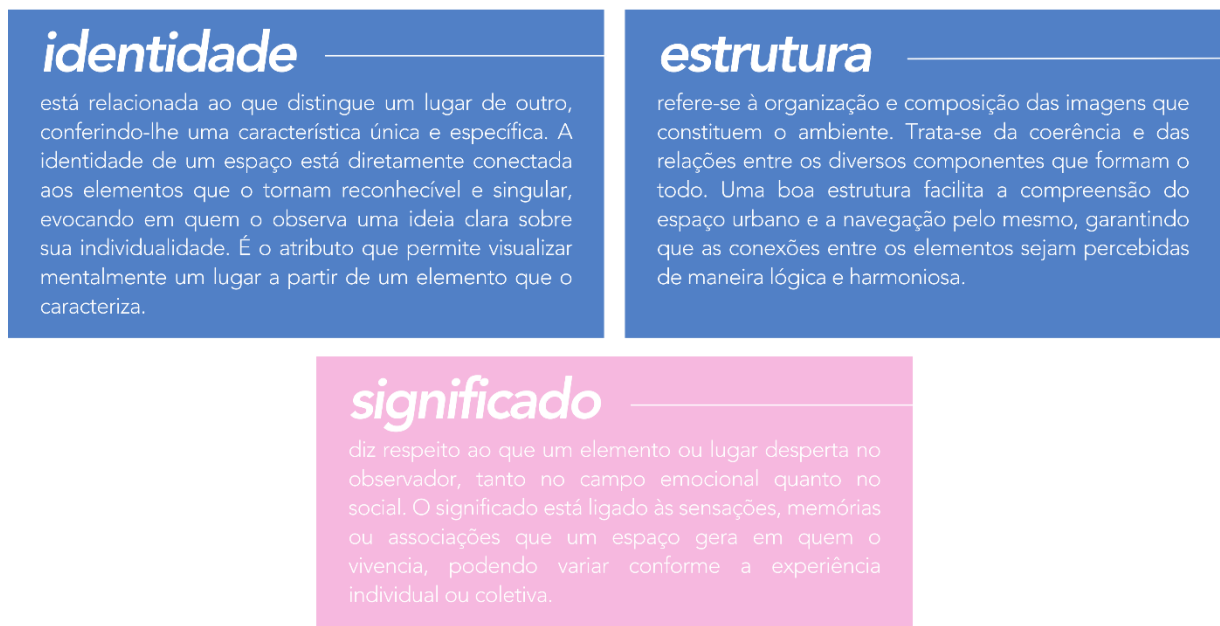
Fonte: autora 2025.

7.3.2. A Proposta

A percepção e a compreensão do espaço urbano são fundamentais para a experiência dos usuários e para o planejamento eficaz das cidades. Dois conceitos centrais nesse contexto são a legibilidade e a imaginabilidade, amplamente definidos e aprofundados por Kevin Lynch em suas obras clássicas sobre o tema.

Lynch (1997, p. 10) define a legibilidade como "a facilidade com que as partes (de uma cidade) podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão consistente". Trata-se da capacidade do espaço urbano de ser interpretado de forma clara e intuitiva pelos seus usuários. Cidades legíveis demonstraram experiências mais positivas, uma vez que facilitam a orientação e criam uma sensação de pertencimento e segurança. Del Rio (1990) complementa essa abordagem ao destacar que a imagem de um ambiente urbano pode ser visualizada a partir de três componentes essenciais. Esses componentes de legibilidade são fundamentais para o desenvolvimento de ambientes urbanos funcionalmente eficazes, capazes de promover conexões emocionais com seus usuários:

Figura 68 - Componentes de legibilidade.



Fonte: "A imagem da cidade", Kevin Lynch (1997) adaptado pela autora 2024.

Outro conceito essencial é a imaginabilidade, definida por Lynch (1997, p. 17) como "a qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador". A imaginabilidade está relacionada à persistência da imagem na memória, ou seja, à capacidade das formas urbanas de permanecerem marcadas na mente do observador. Esse conceito é estruturado a partir de cinco elementos que organizam a percepção do espaço urbano:

Figura 69 - Elementos que organizam a percepção do espaço urbano.

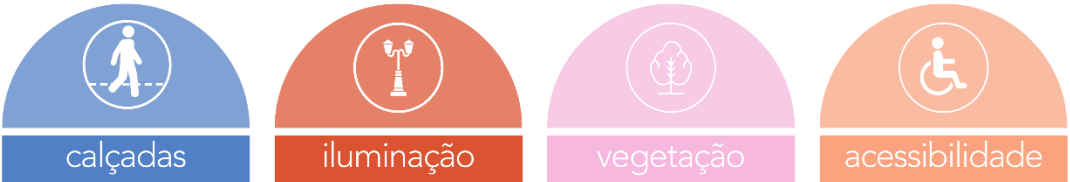


Fonte: “A imagem da cidade”, Kevin Lynch (1997) adaptado pela autora 2024.

Esses elementos são importantes bases para um planejamento urbano eficaz, permitindo que a cidade seja idealizada de forma clara e intuitiva, aumentando sua funcionalidade. Em uma cidade com maior infraestrutura e equipamentos urbanos distribuídos de forma equilibrada, a legibilidade é mais facilmente garantida, pois os serviços essenciais se tornam acessíveis e visíveis.

A Vila Major Felipe apresenta um contexto típico de pequenas localidades brasileiras, enfrentando uma série de desafios urbanos que impactam a qualidade de vida de seus moradores e comprometem a eficiência funcional do espaço público. Entre os principais problemas identificados, pode-se descartar a irregularidade das calçadas, a deficiência na iluminação pública, as especificidades dos equipamentos urbanos e as condições específicas de acessibilidade.

Figura 70 - Problemas identificados na Vila Major Felipe.



Fonte: Autora 2024.

As calçadas são elementos essenciais na mobilidade cotidiana, especialmente em comunidades como a Vila Major Felipe, onde o deslocamento a pé é predominante. Superfícies desniveladas, descontinuidade nos trajetos e a presença de obstáculos físicos tornam o simples ato de caminhar um desafio diário. Para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, essa realidade se traduz em barreiras quase intransponíveis, perpetuando a exclusão social e dificultando a integração ao espaço público.

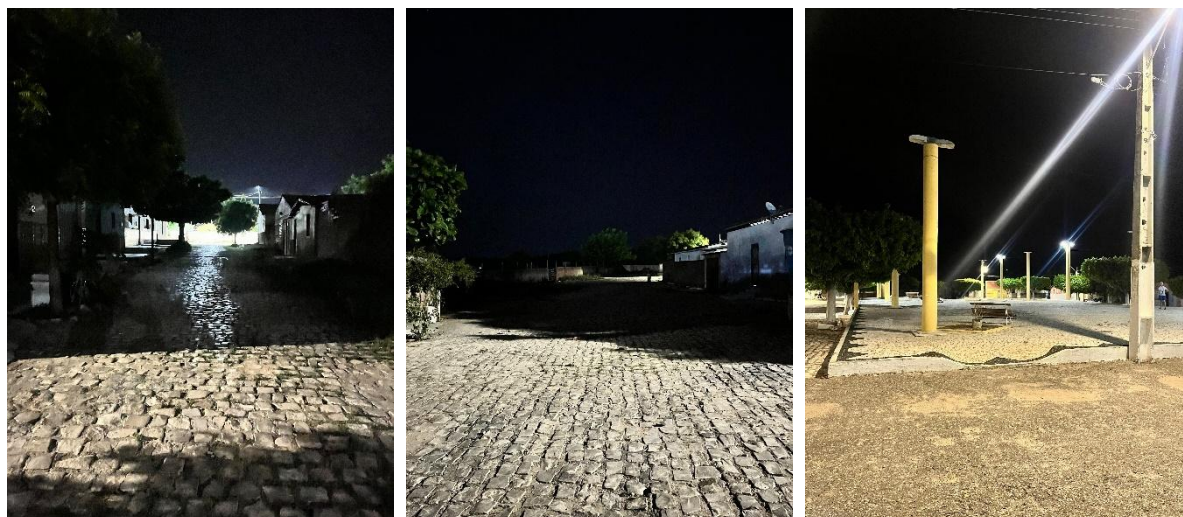
Figura71 – Calçadas.



Fonte: Autora 2024.

Outro fator crítico é a iluminação pública, que exige tanto a segurança quanto o não uso dos espaços urbanos durante o período noturno. A ausência de iluminação adequada aumenta a sensação de insegurança e estimula a não permanência e o uso dos espaços públicos após o anoitecer. Além disso, a falta de luz artificial adequada prejudica a legibilidade do ambiente, dificultando a orientação espacial dos moradores e visitantes.

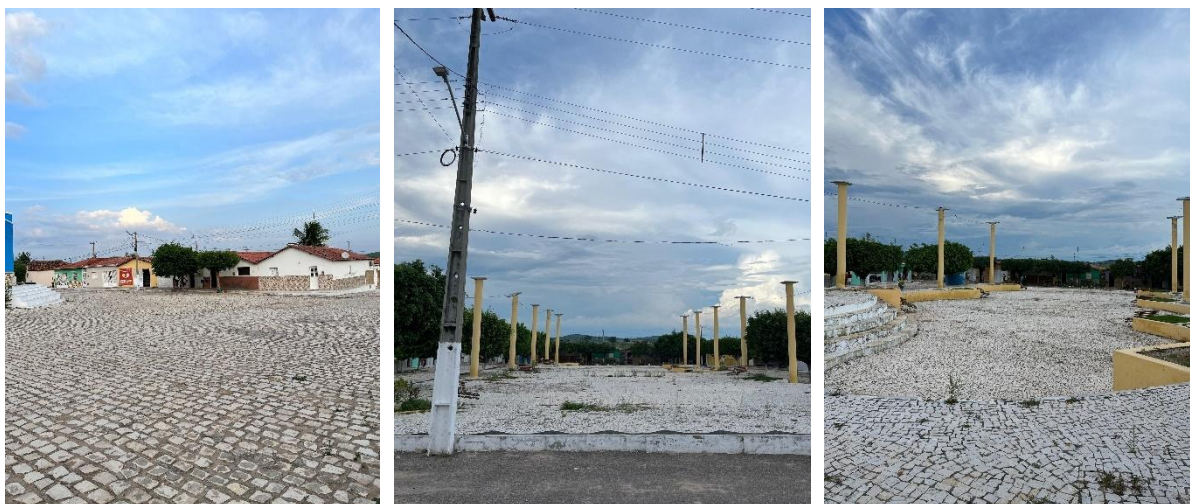
Figura 72 – Iluminação noturna.



Fonte: Autora 2024.

A ausência de vegetação em áreas públicas representa um ponto crítico na configuração do espaço urbano. O conforto desempenha papel relevante na melhoria do meio ambiente, na redução das temperaturas e na promoção de um ambiente visualmente mais acolhedor. A falta de áreas verdes contribui para a aridez do espaço, agravando os impactos climáticos e reduzindo o potencial de convivência e interação social.

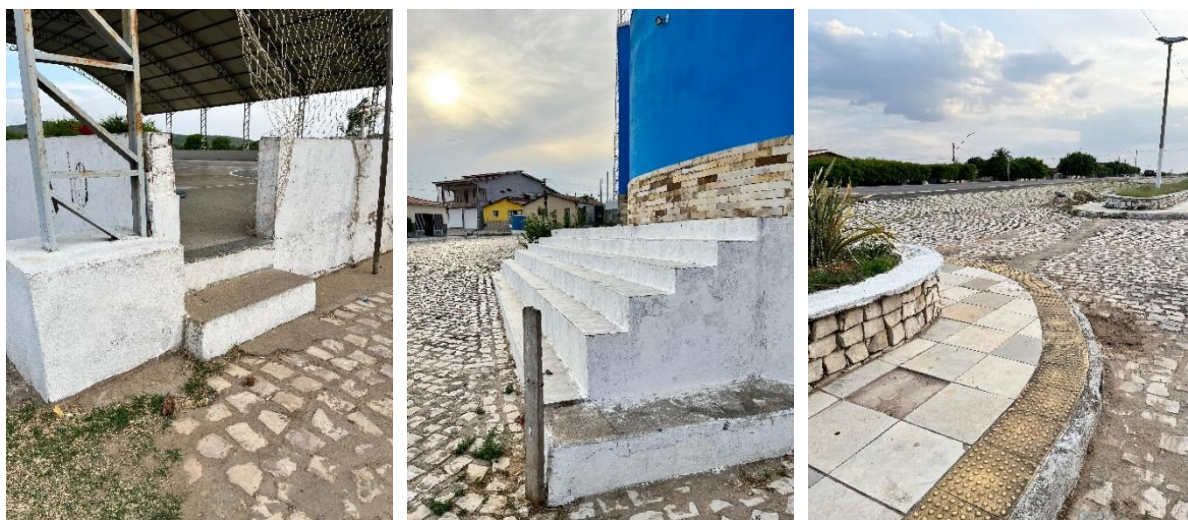
Figura 73 - Ruas sem vegetação.



Fonte: Autora 2024.

A acessibilidade é um princípio fundamental do planejamento urbano inclusivo, garantindo o direito à cidade para todos os grupos sociais. Na Vila Major Felipe, observe-se a ausência de rampas de acesso, principalmente nos equipamentos urbanos, pisos táteis e sinalização adequada, o que inviabiliza a plena utilização dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa lacuna não apenas viola as diretrizes de acessibilidade condicionadas por normas técnicas, mas também perpetua desigualdades e exclui determinados grupos do usufruto do espaço público, comprometendo sua função democrática e inclusiva.

Figura 74 - Calçadas inacessíveis.



Fonte: Autora 2024.

A organização espacial dos equipamentos urbanos e das áreas livres na Vila Major Felipe evidencia uma concentração significativa no centro do distrito, como mostrado na figura 75, sendo uma característica que reflete a centralização funcional típica de pequenos núcleos urbanos. Apesar de representarem potencialidades para o desenvolvimento local, muitos desses equipamentos encontram-se subutilizados ou completamente em desuso, o que aponta para a ausência de estratégias eficazes de gestão, manutenção e integração desses espaços com a dinâmica social da comunidade.

Um exemplo que ilustra claramente esses desafios enfrentados pela população da Vila Major Felipe é a condição de alguns de seus equipamentos urbanos que, apesar de seu potencial de relevância, permanecem inativos ou subutilizados. O posto policial, por exemplo, encontra-se desativado, o que não apenas compromete a segurança pública, mas também simboliza a ausência de suporte institucional que deveria estar presente para atender às demandas da comunidade. Outro caso é o da quadra municipal, que deveria ser um espaço central para a promoção de atividades recreativas e comunitárias. No entanto, a ausência de programas regulares ou eventos organizados torna um espaço ocioso, privando a população, de um local que possa ser utilizado para integração social e lazer.

Além disso, prédios públicos permaneceram sem atividade ou função definida, representando uma contradição no contexto urbano da vila. A ausência de espaços para atividades como a feira semanal de frutas, que geralmente ocorre os arredores da praça ou reuniões públicas que utilizam espaços como o salão da igreja, revela a carência de infraestrutura pública adequada na Vila Major Felipe. Essas construções, originalmente concebidas para atender às necessidades coletivas, acabam se modificando em estruturas vazias, incapazes de cumprir seu papel como elementos integradores e dinamizadores do território. A falta de um planejamento estratégico para revitalizar ou readequar esses espaços agrava o problema, reforçando a desconexão entre os equipamentos urbanos e as necessidades reais da população.

Figura 75 - Equipamentos urbanos da Vila Major Felipe.



01
IGREJA DE SANTO
EXPEDITO



02
PRAÇA JOELMO II
DE OLIVEIRA



03
QUADRA
POLIESPORTIVA



04
UBS MARIA DO
SOCORRO NUNES



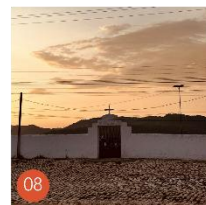
05
PRÉDIO PÚBLICO



06
CRECHE MARIA
DALIA DA SILVEIRA



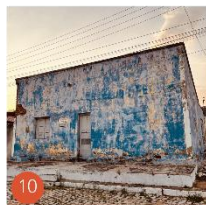
07
CORREIOS



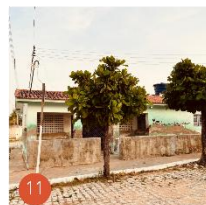
08
CEMITÉRIO
PÚBLICO



09
ESCOLA M.
ARIAMIRO G. DA
SILVEIRA



10
POSTO POLICIAL



11
PRÉDIO PÚBLICO



12
QUADRA
MUNICIPAL

Fonte: Autora 2024.

Esses problemas também afetam diretamente a legibilidade e a imaginabilidade do local, a ausência de instruções adequadas resulta em um espaço urbano menos acolhedor,

menos seguro e incapaz de atender plenamente às demandas e expectativas da comunidade. Diante dessa realidade, torna-se essencial compreender os desafios enfrentados pela Vila Major Felipe de maneira integrada, considerando não apenas as carências materiais e infraestruturais, mas também os impactos sociais e culturais decorrentes dessas limitações.

Para transformar essa realidade, é essencial adotar diretrizes que priorizem a requalificação do espaço urbano. A implantação de calçadas niveladas e contínuas, a modernização do sistema de iluminação pública, a introdução de crescimento nas vias e a criação de áreas verdes devem ser iniciativas centrais em qualquer projeto de revitalização. Além disso, a adaptação da infraestrutura para garantir a acessibilidade universal é fundamental para construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os moradores possam circular e interagir com autonomia e segurança.

7.3.3. Programa de necessidades:

O projeto visa a requalificação urbana com a implantação de espaços de convivência e infraestrutura que promovam acessibilidade, mobilidade sustentável e qualidade de vida. Os principais elementos contemplados são:

Quadro 4 - programa de necessidades Requalificação Urbana.

Praça "Tica"	Academia ao ar livre;
	Áreas de descanso;
	Parque infantil;
Parada de ônibus	
Calçadas acessíveis	
Pocket Park	
Melhoria na iluminação pública	
Ruas pavimentadas de uso exclusivo para pedestres	
Ciclofaixa	
Implantação de vegetação em áreas públicas	
Condições específicas de acessibilidade	
Centro Comunitário	

Fonte: Autora 2025.

Este programa de necessidades foi formulado a partir dos resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários e da análise das demandas da comunidade, o que possibilitou a identificação das principais carências e prioridades da população local. A partir dessas informações, a proposta busca atender às necessidades mais urgentes, priorizando intervenções que promovam a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar coletivo.

7.3.4. Zoneamento

O zoneamento proposto para a requalificação urbana busca promover uma transformação significativa no espaço urbano, com o objetivo de integrar áreas subutilizadas e equipamentos urbanos de forma mais funcional e acessível para a comunidade. A descentralização das atividades é um dos pilares dessa intervenção, evitando a concentração excessiva de serviços e infraestrutura em uma única região, o que permite uma distribuição mais equitativa de espaços de convivência, lazer e mobilidade. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos moradores, mas também contribui para a criação de um ambiente mais equilibrado e dinâmico.

Todas as ruas do projeto passarão por intervenções que abrangem desde a iluminação pública até a pavimentação, com o intuito de garantir melhores condições de circulação e segurança. Essas ações têm um impacto direto na infraestrutura urbana, oferecendo maior conforto e acessibilidade tanto para pedestres quanto para motoristas. A preocupação com a qualidade do ambiente urbano reflete a busca por um espaço mais acolhedor, que favoreça a convivência social e o bem-estar de todos os usuários.

Figura 76 – Zoneamento.



Fonte: Autora 2025.

A reativação e adequação dos equipamentos urbanos existentes é uma das estratégias fundamentais desse projeto. Ao fortalecer as estruturas já disponíveis, o projeto otimiza recursos, amplia a oferta de serviços e contribui para a preservação da identidade local. Além disso, essas intervenções ajudam a promover a integração da comunidade, potencializando o uso dos espaços públicos e reforçando a sensação de pertencimento dos moradores ao seu território.

7.3.5. Propostas sugeridas:

Figura 77 – Propostas requalificação urbana.

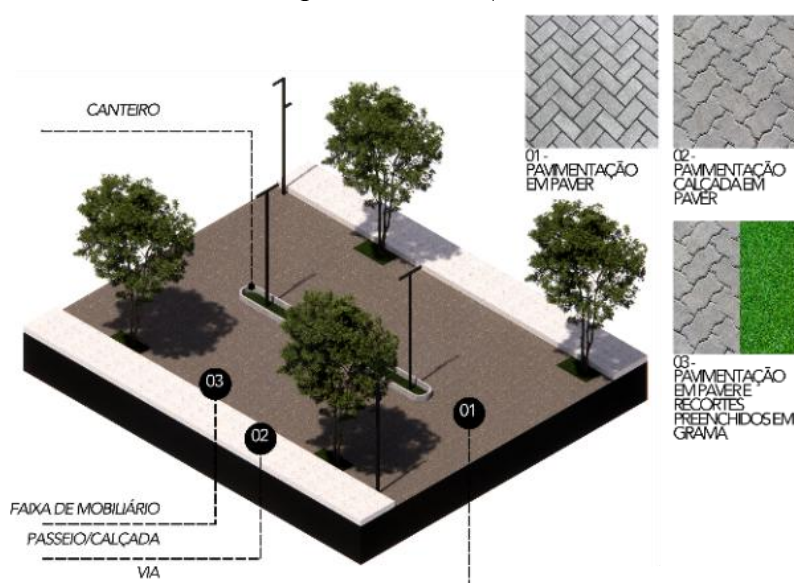


Fonte: Autora 2025.

- Pavimentação e rotas de pedestres e ciclistas

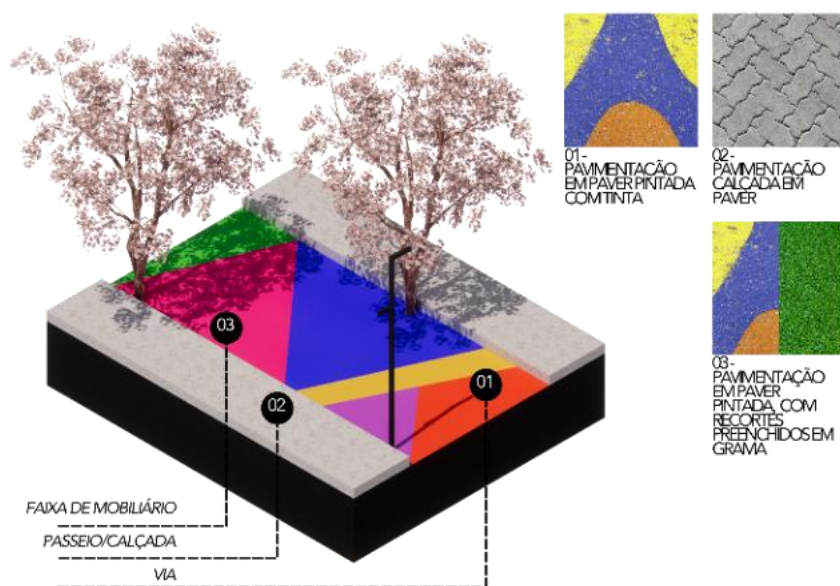
A infraestrutura viária deve priorizar a pavimentação das vias principais e secundárias, utilizando materiais sustentáveis, como blocos intertravados em paver a fim de reduzir impactos ambientais e melhorar a permeabilidade do solo. A pavimentação urbana em paver é uma técnica amplamente utilizada em projetos de urbanização por sua durabilidade, estética e características.

Figura 78 – Rua Tipo 01



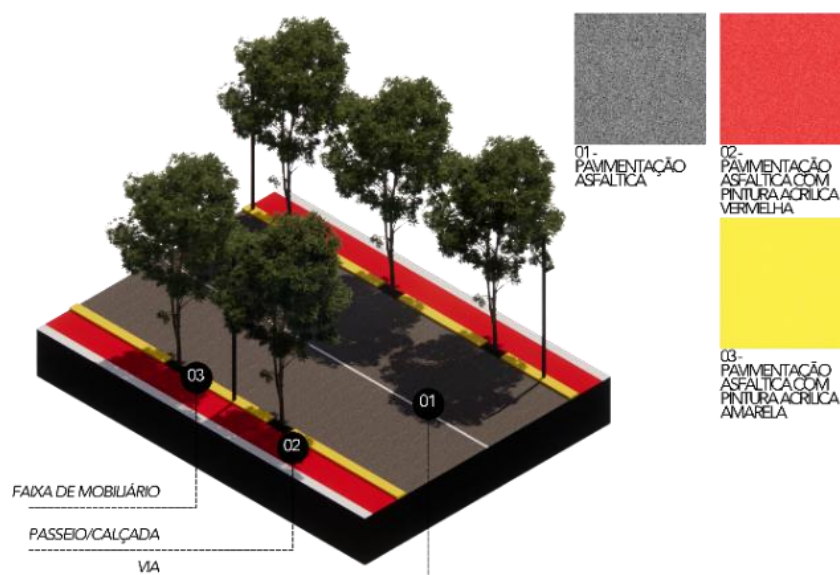
Fonte: Autora 2025.

Figura 79 – Rua Tipo 02.



Fonte: Autora 2025.

Figura 79 – Rua Tipo 03



Fonte: Autora 2025.

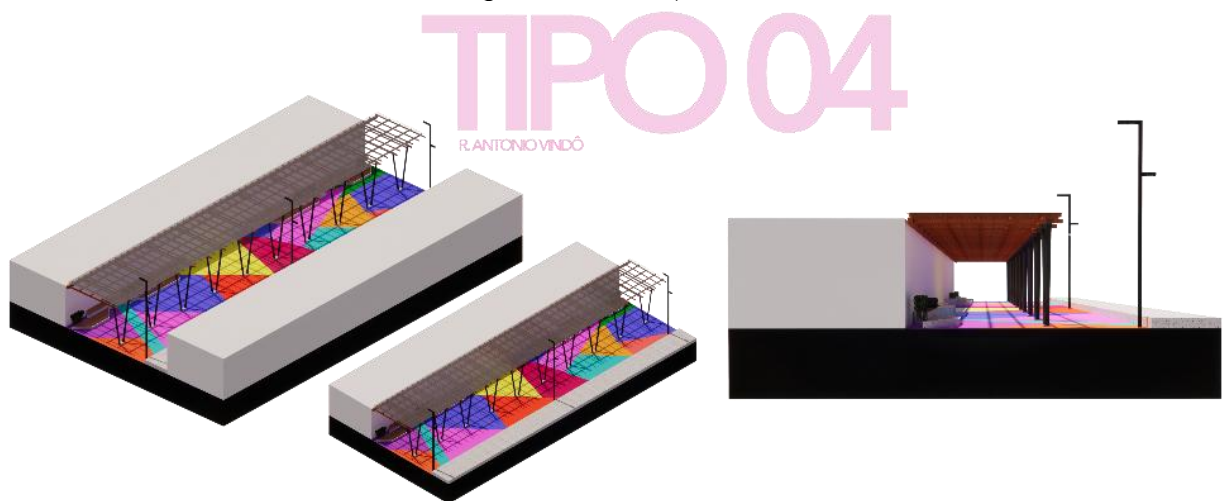
A criação de corredores de pedestres arborizados é uma excelente maneira de incentivar o uso de meios de transporte não motorizados, melhorando a qualidade de vida dos moradores e a sustentabilidade do ambiente urbano. Esses corredores conectam os principais equipamentos urbanos, como escolas, igrejas e áreas de lazer, facilitando o acesso da comunidade a serviços essenciais e incentivando a interação social.

As ruas tipo 4 e 6, de uso preferencial de pedestres, devem ser projetadas com características que promovam a segurança e o conforto. A utilização de coberturas de madeira e vegetação ao longo dessas ruas não só proporciona sombra e proteção contra as

intempéries, mas também cria um ambiente agradável e esteticamente agradável, contribuindo para a redução do impacto térmico e tornando a caminhada mais prazerosa. A vegetação ao longo dessas vias também tem o papel de melhorar a qualidade do ar e o microclima, criando um espaço mais saudável e acolhedor para os pedestres.

A utilização de pisos coloridos nessas ruas é uma excelente estratégia para tornar esses espaços mais atrativos. Os pisos coloridos podem ser empregados para criar demarcações claras de áreas destinadas exclusivamente aos pedestres, facilitando a circulação e garantindo a segurança dos usuários. Além disso, eles ajudam a destacar essas ruas como zonas de convivência, estimulando a utilização dos espaços públicos. Esses pisos também têm um impacto positivo na estética urbana, criando um ambiente visualmente interessante e vibrante. A escolha de cores adequadas pode reforçar a identidade local e criar uma atmosfera convidativa.

Figura 80 – Rua Tipo 04.



Fonte: Autora 2025.

Figura 81 – Rua Tipo 06.



Fonte: Autora 2025.

Já a rua tipo 5, sendo um dos principais acessos da vila, continuará com o uso compartilhado entre pedestres e veículos, dada a sua função de conectividade com outras áreas da cidade. No entanto, para garantir a segurança dos pedestres e melhorar a experiência de deslocamento, essa rua receberá uma cobertura em lona tensionada, que ajudará a proteger os transeuntes da exposição direta ao sol e à chuva, especialmente devido à falta de arborização natural, já que a rua é estreita. Embora essa via não seja totalmente voltada para pedestres, a cobertura proporcionará um ambiente mais confortável e seguro para aqueles que dependem desse trajeto.

Figura 82 – Rua Tipo 04.

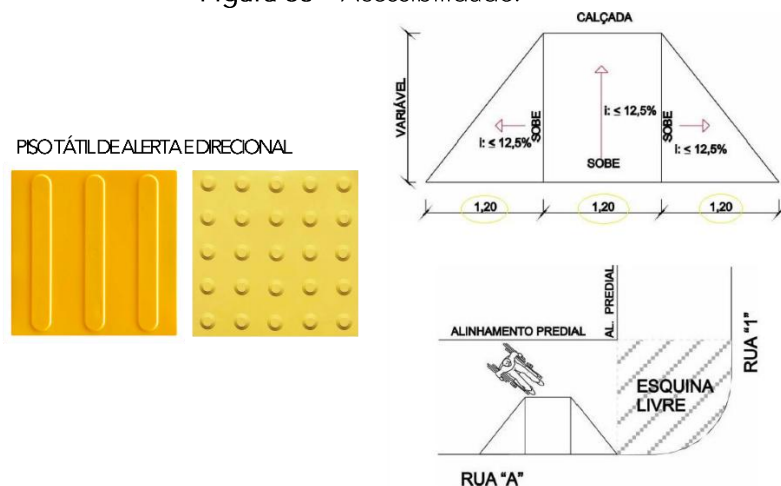


Fonte: Autora 2025.

- Acessibilidade e Mobilidade

A acessibilidade deve ser garantida por meio da padronização das calçadas, atendendo aos requisitos de acessibilidade universal, incluindo a instalação de rampas e pisos táteis.

Figura 83 – Acessibilidade.



Fonte: NBR 9050, adaptado pela autora (2025).

O piso tátil de alerta, que é projetado para ser perceptível ao toque, desempenha um papel fundamental na orientação e na prevenção de acidentes, especialmente para pessoas com deficiência visual. Sua aplicação em áreas de circulação, como calçadas, terminais de transporte e cruzamentos, contribui para uma mobilidade mais segura, permitindo que essas pessoas naveguem de forma autônoma e com maior confiança.

Já as rampas de acessibilidade são vitais para garantir o acesso igualitário aos espaços urbanos, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, como cadeirantes, idosos e pessoas com carrinhos de bebê. Elas eliminam barreiras arquitetônicas e tornam o ambiente mais inclusivo, permitindo que todos, independentemente de suas condições físicas, possam transitar livremente pelas ruas e acessar equipamentos públicos, comércio e áreas de lazer.

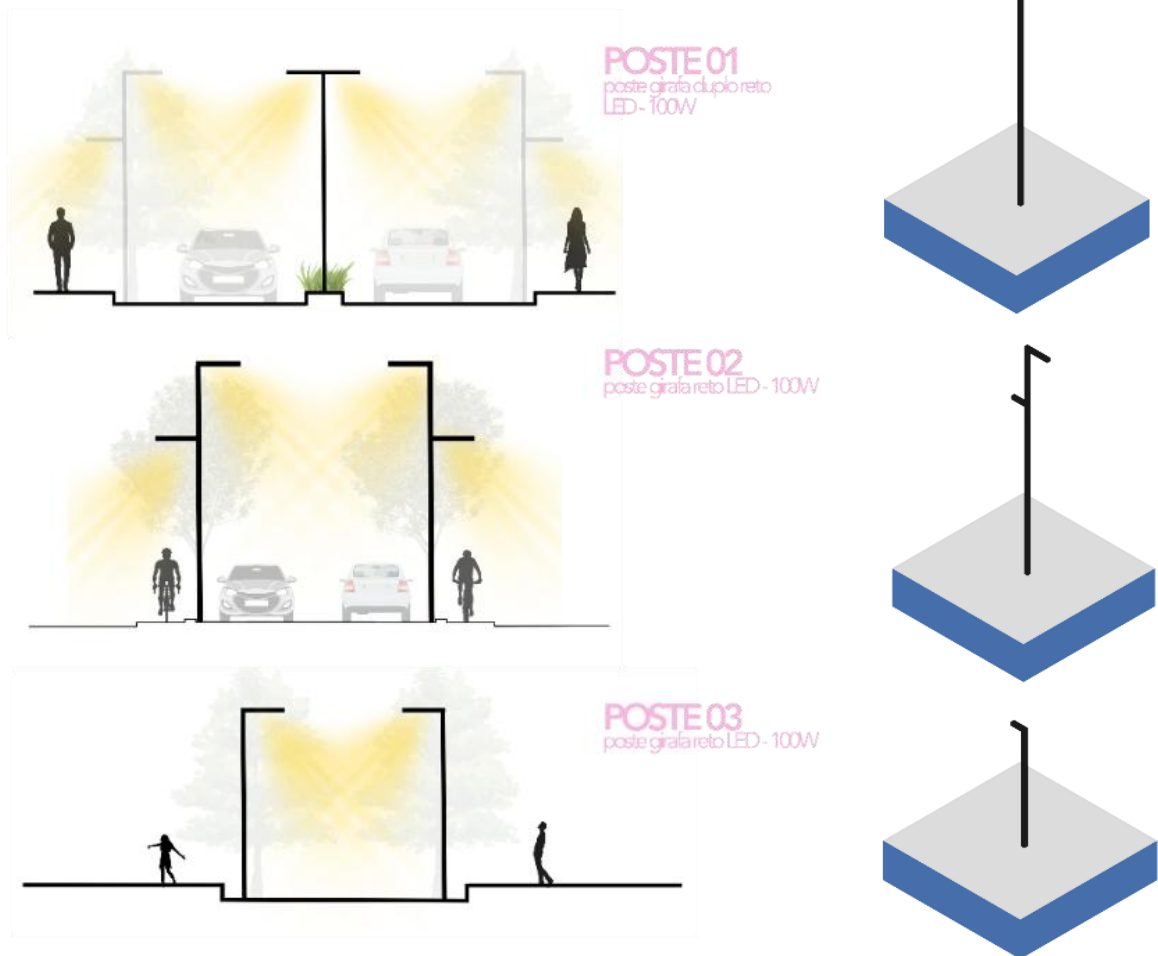
- Iluminação Pública

A requalificação do sistema de iluminação pública, por meio da substituição das luminárias convencionais por modelos LED, representa uma estratégia importante para a modernização da infraestrutura urbana. As luminárias LED oferecem diversas vantagens, como maior eficiência energética, maior durabilidade e menor custo de manutenção a longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade e redução do consumo de energia elétrica. Além disso, sua instalação em áreas de baixa visibilidade, como praças e vias destinadas a pedestres, promove um ambiente urbano mais seguro, aumentando a percepção de segurança e incentivando o uso desses espaços durante a noite.

A expansão da cobertura de iluminação também deve ser uma prioridade, especialmente em locais que tradicionalmente carecem de iluminação adequada, como ruas secundárias e áreas de difícil acesso. Esse esforço de ampliação e melhoria da iluminação tem o potencial de transformar a qualidade de vida urbana, permitindo que os espaços públicos sejam utilizados com mais confiança e acessibilidade em qualquer horário do dia.

Além disso, a utilização de postes de diferentes modelos e tamanhos para suportar as luminárias LED contribui para a estética e funcionalidade do projeto. A escolha de postes adequados ao contexto local, levando em consideração aspectos como o tipo de via, o fluxo de pessoas e o impacto visual, possibilita uma integração mais harmônica entre a infraestrutura urbana e o ambiente, sem comprometer a eficiência da iluminação. A diversidade nos modelos de postes também permite maior flexibilidade na adaptação às diferentes características de cada área, garantindo uma iluminação mais eficiente e adaptada às necessidades específicas de cada local.

Figura 84 – Postes de iluminação.



Fonte: Autora 2025.

- Requalificação de áreas livres

A integração de mobiliário urbano adequado, como bancos confortáveis, lixeiras e elementos que favoreçam o descanso e a socialização, é essencial para tornar o local mais atrativo e agradável. Além disso, a criação de áreas de lazer, como espaços para crianças, ginástica ao ar livre, contribuem no estímulo a interação social e na promoção do bem-estar dos moradores. A criação de novas áreas verdes em terrenos subutilizados representa uma estratégia valiosa para aumentar a oferta de espaços livres e naturais, além de contribuir para a valorização do entorno.

Figura 85 – Praça “Tica”.



Fonte: Autora 2025.

A inclusão de um pocket park no projeto é uma excelente forma de aproveitar espaços reduzidos para oferecer um ambiente de convivência acolhedor e multifuncional. Com características de um parque compacto, o pocket park pode ser equipado com bancos, mesas, espaços verdes e pequenas áreas de convivência, sendo um ponto de lazer para os moradores.

Figura 86 – Pocket Park.



Fonte: Autora 2025.

Além disso, a instalação de uma parada de ônibus com cobertura, bancos e iluminação, melhora a mobilidade urbana e a qualidade do transporte público, proporcionando um local seguro e acessível para os passageiros. A parada de ônibus bem posicionada e equipada pode facilitar o acesso à praça e a outras áreas importantes da cidade, incentivando o uso do transporte público e a circulação de pessoas pela região.

Figura 87 – Parada de ônibus.



Fonte: Autora 2025.

- Arborização

O plantio de árvores nativas em áreas degradadas e ao longo das vias urbanas contribuirá para a melhoria da qualidade ambiental. Paralelamente, a implementação de hortas comunitárias em terrenos ociosos incentivará a agricultura urbana sustentável.

Figura 88 – Espécies utilizadas no projeto.



Fonte: Autora 2025.

Na reativação dos equipamentos existentes, como a reabertura do posto policial contribuirá para o aumento da segurança na comunidade. Além disso, programas de uso e manutenção da quadra municipal devem ser incentivados para promover atividades comunitárias regulares. Outra proposta é a gestão de resíduos, com a implementação de um sistema de coleta seletiva deve ser acompanhada de ações de conscientização ambiental na comunidade. Além disso, a criação de pontos de entrega voluntária (PEVs) facilitará a destinação correta de materiais recicláveis e rejeitos.

Em resumo, a requalificação proposta visa transformar o espaço urbano em um ambiente mais funcional, acessível e sustentável. A integração de mobiliário urbano adequado, a criação de novas áreas verdes, a promoção da mobilidade ativa e a revitalização de espaços públicos essenciais, como a praça central, são elementos centrais dessa proposta. Além disso, as intervenções em infraestrutura, como a substituição das luminárias e a criação de ruas preferenciais para pedestres, garantem maior segurança e conforto para os moradores, enquanto a valorização dos espaços existentes fortalece a identidade local e a integração da comunidade.

Figura 89 – Implantação geral.¹¹



Fonte: Autora 2025.

¹¹ Mapa disposto no apêndice 03.

7.4. Centro Comunitário

7.4.1. Conceito e partido

O Centro Comunitário Arapuá surge como um espaço dedicado à coletividade, ao fortalecimento dos laços sociais e à promoção do bem-estar de todos os moradores de Vila Major Felipe. O projeto arquitetônico e o conceito por trás desse centro devem refletir os valores de união, trabalho coletivo e conexão com a natureza, simbolizados pela abelha, um ícone escolhido para representar a identidade do espaço.

O conceito do Centro Comunitário Arapuá é orientado por princípios de coletividade, acolhimento e sustentabilidade. Inspirado pela figura da abelha, símbolo de trabalho conjunto e dedicação à comunidade, o centro foi projetado para ser um espaço inclusivo onde todos os moradores, independentemente da idade ou interesse, possam se reunir, aprender e criar juntos. A coletividade é um dos valores centrais, que busca ser um ponto de convergência onde os moradores podem compartilhar experiências e conhecimentos. O centro vai além de um simples espaço físico; ele representa um lugar de colaboração, onde a força da união é transformada em ações concretas.

A identidade local também é um aspecto importante do conceito. O nome Arapuá, que remete à história da vila, reforça o vínculo da comunidade com seu passado e suas tradições. O centro é, portanto, um espaço que celebra as raízes culturais de Vila Major Felipe, ao mesmo tempo em que está voltado para o futuro, estimulando a renovação social e cultural por meio de atividades educacionais, culturais e recreativas. A conexão com a natureza é outra diretriz fundamental do projeto. O centro foi idealizado para ser um espaço em sintonia com o meio ambiente, tanto em termos de design quanto em sua operação. A versatilidade do espaço também é um princípio chave do conceito, o centro deve ser capaz de acomodar diferentes tipos de atividades ao longo do dia, com espaços que atendem desde oficinas de arte até eventos culturais, festivais e reuniões comunitárias.

Por fim, a simbologia da abelha permeia todo o conceito do centro, representando a ideia de que, assim como as abelhas trabalham juntas para o bem de sua colmeia, a comunidade de Vila Major Felipe pode unir esforços para construir um futuro melhor. A arquitetura do centro reflete essa simbologia por meio de formas geométricas e detalhes que lembram a colmeia, criando um ambiente que transmite a sensação de pertencimento e união.

O partido arquitetônico do Centro Comunitário Arapuá foi desenvolvido com base na ideia de modularidade e flexibilidade, permitindo que os espaços do centro se adaptem às diversas atividades da comunidade. O centro foi projetado com áreas modulares que podem ser reconfiguradas para diferentes tipos de eventos, como oficinas, reuniões ou

atividades culturais. A organização do espaço foi pensada para criar um ambiente dinâmico e aberto, estimulando a interação entre os moradores e facilitando a troca de saberes.

Além disso, o design prioriza a integração com a natureza, com grandes aberturas, como janelas amplas e portas de vidro, permitindo que o interior do centro se conecte diretamente com o ambiente externo. O espaço contará com jardins, criando áreas de convivência ao ar livre, que refletem a ideia de harmonia com o ecossistema, tal como a abelha se relaciona com a natureza.

O uso de materiais naturais e sustentáveis constitui outro pilar importante do projeto. A escolha de madeira, pedra, visa não apenas preservar o meio ambiente, mas também garantir que o centro seja eficiente em termos de sustentabilidade. Sistemas de energia solar, recolhimento de água da chuva e ventilação natural fazem parte do conceito de tornar o centro um modelo de sustentabilidade e respeito pelo meio ambiente. A forma geométrica do centro com volumes simples e interligados criam uma sensação de fluidez e continuidade. Esses volumes foram dispostos de maneira a formar um ambiente acolhedor, que favorece o encontro e a convivência.

7.4.2. Programa de necessidades

O programa de necessidades apresentado define os espaços essenciais para um centro multifuncional, abrangendo áreas administrativas, sociais, culturais, tecnológicas, externas, alimentares e de infraestrutura.

Quadro 5 - programa de necessidades Centro Comunitário.

SETOR	ESPAÇO	FUNÇÃO	ÁREA
ÁREA ADMINISTRATIVA	Recepção	Atendimento ao público e informações.	29 m ²
	Secretaria	Gestão das atividades do centro.	16 m ²
	Escritório Administrativo	Gestão das atividades do centro.	16 m ²
	Sala de Reuniões	Planejamento e encontros organizacionais.	40 m ²
	Copa		12 m ²
	DML		8,80 m ²
ÁREA SOCIAL E CULTURAL	Auditório	Palestras, apresentações e eventos.	76 m ²
	2 Salas de Oficinas	Atividades educativas e culturais (artesanato, dança)	20 m ²
	Sala de Informática	Inclusão digital com acesso à internet.	25 m ²

ÁREA EXTERNA	Área Verde/ Parquinho Infantil	Convivência e relaxamento;	220 m ²
	Quiosques	Para venda de produtos locais,	386 m ²
ÁREA DE ALIMENTAÇÃO	Cozinha (DML, etc.)	Preparo de alimentos e oficinas de culinária.	70 m ²
	Refeitório	Alimentação coletiva e confraternizações.	50 m ²
ÁREA DE INFRAESTRUTURA	Banheiros	Inclusivos e acessíveis para usuários.	
	Depósito	Armazenamento de materiais.	
	Estacionamento	Espaço para veículos e bicicletas.	650 m ²

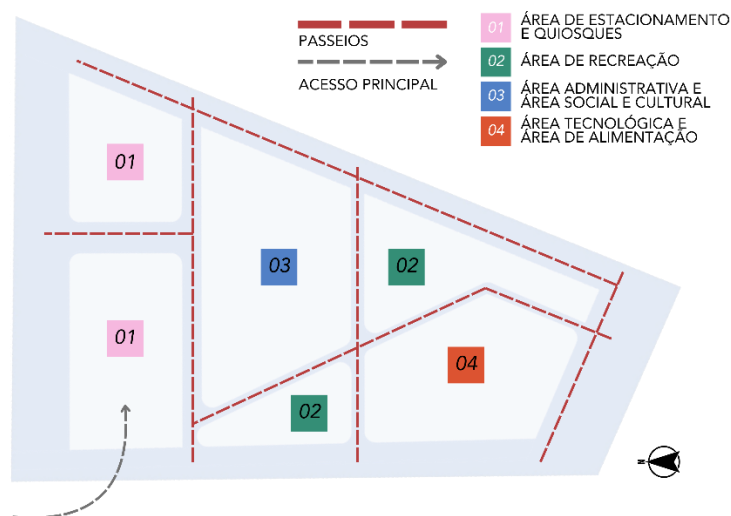
Fonte: Autora 2025.

Esse programa foi desenvolvido com base em projetos de referência que abordam a criação de centros comunitários e espaços coletivos, levando em consideração tanto as melhores práticas no design e organização desses espaços, como as necessidades específicas da comunidade da Vila Major Felipe. A análise desses projetos permitiu identificar os elementos essenciais para a criação de um ambiente multifuncional.

7.4.3. Zoneamento

O zoneamento do terreno do Centro Comunitário Arapuá foi planejado para distribuir as funções do espaço de forma eficiente, promovendo acessibilidade, integração e conforto para a comunidade. A organização espacial contempla áreas administrativas, culturais, de lazer e infraestrutura, assegurando que cada setor atenda às necessidades locais sem comprometer a fluidez entre os ambientes.

Figura 89 – Zoneamento Centro Comunitário.



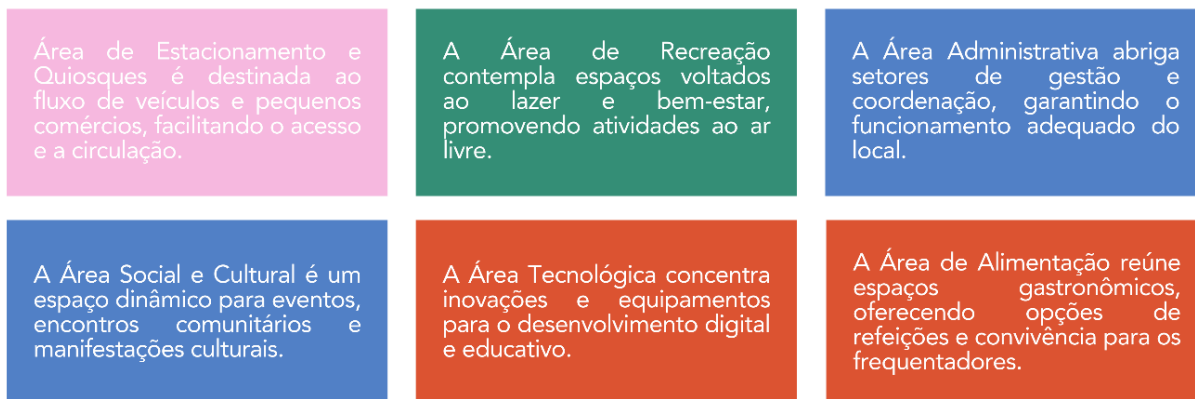
Fonte: Autora 2025.

A área de Estacionamento – número 01 - e quiosques está posicionada para facilitar o fluxo de veículos e pessoas. Além de oferecer vagas para automóveis, o espaço conta com quiosques destinados a pequenos empreendedores, criando oportunidades econômicas para a comunidade e incentivando o consumo de produtos regionais. Essa organização permite um acesso prático e eficiente ao centro, beneficiando moradores e visitantes. Voltada ao bem-estar e à qualidade de vida, a área de recreação - número 02 - abriga espaços ao ar livre para lazer, descanso e práticas esportivas leves. Inclui praças arborizadas, bancos para descanso, playground infantil e áreas para caminhadas e atividades de socialização. Projetada para todas as faixas etárias, essa área busca estimular o contato com a natureza e fortalecer os vínculos entre os moradores.

A gestão do centro ocorre na área administrativa – número 03 -, onde estão localizados os setores de coordenação, recepção e salas de reuniões. Esse espaço garante o funcionamento eficiente das atividades, possibilitando o planejamento de eventos, a articulação de projetos comunitários e a manutenção das instalações. A área social e cultural representa o coração do centro comunitário, servindo como um ponto de encontro para eventos, reuniões, apresentações artísticas e manifestações culturais. Compreende um auditório, espaços para oficinas e exposições, além de áreas flexíveis que podem ser adaptadas para diferentes atividades, desde feiras comunitárias até debates e rodas de conversa.

Para acompanhar as transformações tecnológicas e ampliar as possibilidades educacionais, a Área Tecnológica reúne laboratórios de informática, espaços para cursos e salas equipadas com tecnologia de ponta. Esse setor tem como objetivo incentivar a inclusão digital, proporcionar capacitação profissional e oferecer suporte ao ensino por meio de ferramentas inovadoras. Complementando a estrutura, a área de alimentação oferece um espaço gastronômico diversificado, com cantinas e pequenas lanchonetes que garantem opções de refeições para os frequentadores. Cada uma dessas áreas foi pensada para criar um centro comunitário acessível, versátil e funcional, que reflita a identidade local e atenda às expectativas da população. Ao unir cultura, lazer, tecnologia e empreendedorismo, o Centro Comunitário Arapuá se estabelece como um espaço vivo e dinâmico, promovendo inclusão social, aprendizado e desenvolvimento coletivo.

Figura 90 – Função das áreas.

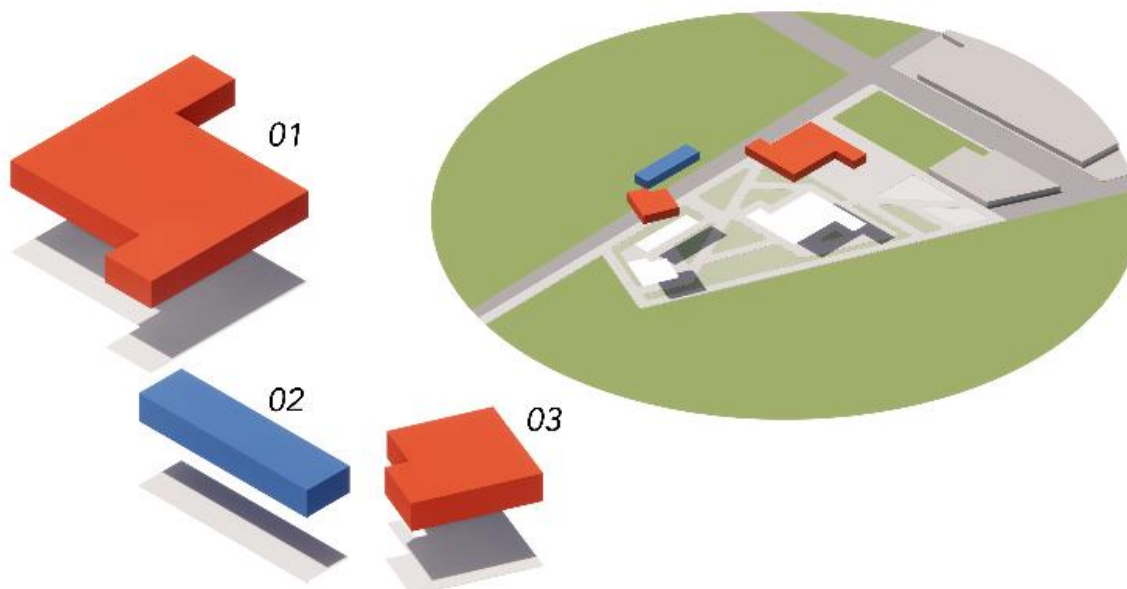


Fonte: Autora 2025.

7.4.4. O Centro Comunitário Arapuá

O projeto está estruturado em três blocos principais, cada um destinado a funções específicas, garantindo uma distribuição eficiente dos espaços e uma organização fluida das atividades. Esses blocos foram posicionados estrategicamente para otimizar o uso do terreno, promovendo integração e acessibilidade entre os ambientes. Além das edificações, as áreas livres foram planejadas para proporcionar espaços de convivência, lazer e circulação, favorecendo a interação social e o bem-estar dos frequentadores.

Figura 91 – Diagrama dos blocos.

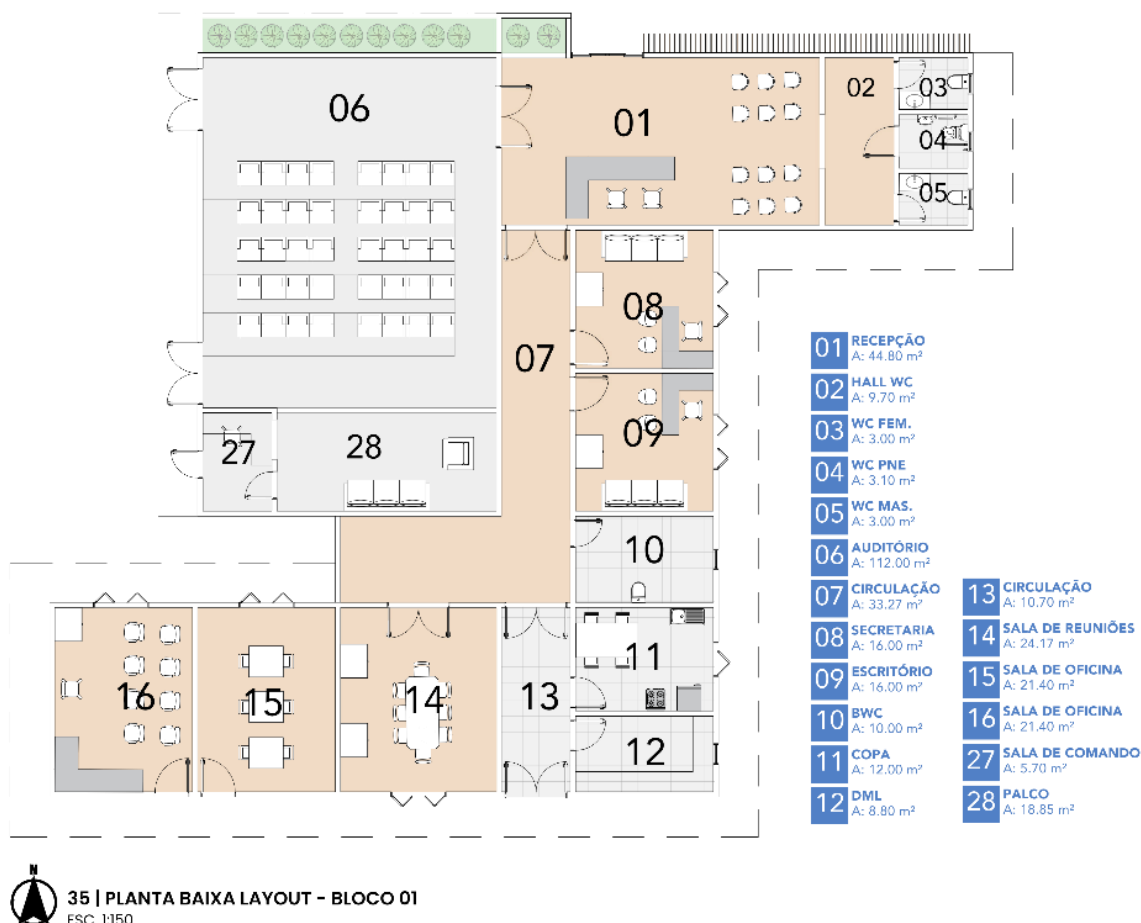


Fonte: Autora 2025.

O Bloco 1 (figura 91), abriga os espaços administrativos e de apoio, garantindo o funcionamento eficiente do complexo. Na entrada, a recepção acolhe e orienta os visitantes, proporcionando um primeiro contato acessível e organizado. O auditório, projetado para eventos, palestras e reuniões ampliadas, atende tanto às demandas institucionais quanto às atividades comunitárias. Para garantir conforto e acessibilidade, banheiros estrategicamente posicionados atendem aos usuários. O setor administrativo conta com escritório, secretaria e

uma sala de reuniões, espaços essenciais para a gestão do centro e para a articulação de projetos e atividades. Complementando a estrutura, a copa e o DML (depósito de material de limpeza) oferecem suporte às necessidades operacionais do local. Além disso, duas salas de oficina foram projetadas para sediar cursos, treinamentos e atividades educativas, incentivando a capacitação e a participação ativa da comunidade.

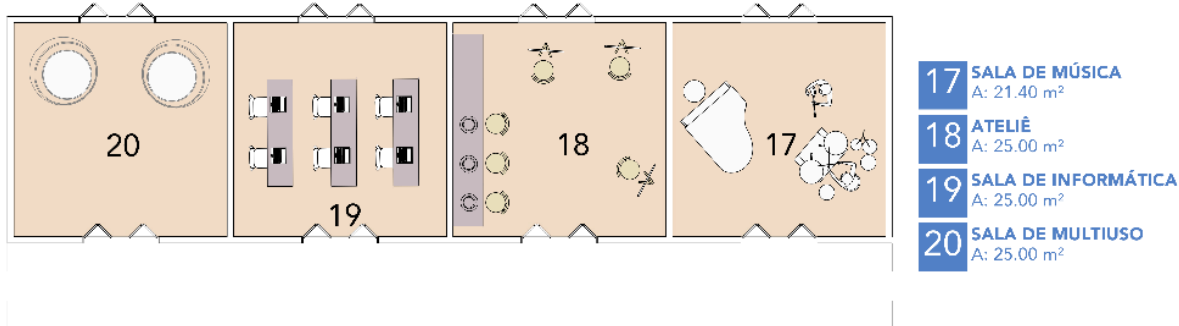
Figura 91 – Planta baixa bloco 01.



Fonte: Autora 2025.

O Bloco 2 (figura 92), é voltado para atividades culturais, tecnológicas e artísticas, proporcionando um ambiente dinâmico para aprendizado e expressão criativa. A sala de música foi projetada para ensaios, aulas e apresentações, incentivando a formação musical e o desenvolvimento artístico da comunidade. A sala de informática oferece acesso a tecnologias digitais, permitindo a realização de cursos, treinamentos e atividades voltadas à inclusão digital. O ateliê funciona como um espaço dedicado às artes plásticas e visuais, estimulando a criatividade e promovendo oficinas voltadas à produção artística.

Figura 92 – Planta baixa bloco 02.



36 | PLANTA BAIXA LAYOUT - BLOCO 02
ESC. 1:150

Fonte: Autora 2025.

O Bloco 3 (figura 93), é destinado ao suporte alimentar e ao bem-estar dos usuários, garantindo infraestrutura adequada para alimentação e higiene. Os banheiros foram estrategicamente posicionados para atender ao fluxo de pessoas, proporcionando conforto e acessibilidade. A cozinha foi planejada para a preparação de alimentos, contando com uma estrutura funcional que atende tanto às demandas do refeitório quanto a possíveis eventos comunitários. O refeitório, por sua vez, é um ambiente amplo e acolhedor, projetado para oferecer um espaço de convivência onde os frequentadores possam realizar suas refeições de maneira confortável.

Figura 93 – Planta baixa bloco 03.



37 | PLANTA BAIXA LAYOUT - BLOCO 03
ESC. 1:150

Fonte: Autora 2025.

A proposta foi pensada para se integrar ao entorno sem perder sua identidade marcante, destacando-se como um ponto de referência na comunidade. Para isso, a escolha

dos materiais e acabamentos equilibra tradição e modernidade, criando uma presença visual que atrai a atenção sem destoar da paisagem local. A madeira, utilizada em detalhes estruturais e elementos decorativos, confere aconchego e reforça a conexão com a natureza, tornando o espaço acolhedor. O revestimento em tijolinho resgata a estética das construções tradicionais, garantindo harmonia com o ambiente ao redor. As cores branco e cinza foram estrategicamente aplicadas para proporcionar um visual sofisticado, criando contrastes sutis que realçam a arquitetura sem romper com a linguagem urbana existente.

Figura 94 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 95 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

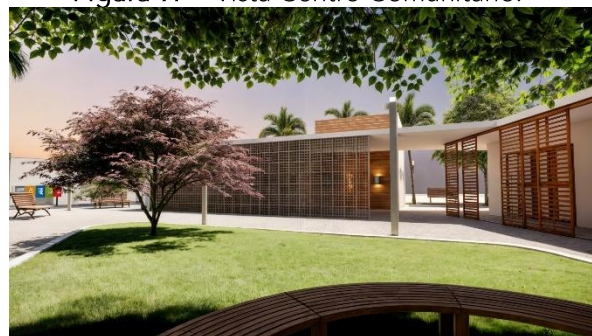
Além disso, foram incorporados elementos arquitetônicos que equilibram funcionalidade, conforto ambiental e estética, garantindo um espaço convidativo e harmonioso com o entorno. O uso de brises para a proteção térmica e no controle da incidência solar, reduzindo o impacto da radiação direta e criando um ambiente interno mais confortável. Além disso, esses elementos conferem ao edifício um caráter rítmico e dinâmico, reforçando a identidade visual do projeto. As esquadrias em vidro e madeira combinam transparência e leveza com um toque natural e acolhedor. O vidro permite a integração entre os espaços internos e externos, favorecendo também a entrada de luz natural e proporcionando maior conexão visual com as áreas verdes do entorno.

Figura 96 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 97 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 98 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 99 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Elementos como o cobogó não apenas favorecem a ventilação e iluminação natural, mas também agregam um caráter visual dinâmico, permitindo uma interação interessante entre luz e sombra ao longo do dia. A platibanda contribui para a estética moderna do projeto, conferindo um acabamento linear às fachadas e valorizando o conjunto arquitetônico. Já as coberturas em telha de fibrocimento foram escolhidas por sua eficiência térmica e durabilidade, garantindo conforto sem comprometer a estética. Dessa forma, o Centro Multifuncional se posiciona como um espaço de destaque na comunidade, funcionando como um marco visual que convida à interação e pertencimento, sem romper com a identidade local.

Figura 100 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 101 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

Figura 102 – Vista Centro Comunitário.



Fonte: Autora 2025.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de requalificação urbana e a implementação de um centro comunitário no distrito de Vila Major Felipe, no município de José da Penha/RN, constituem uma resposta essencial às carências de infraestrutura e desenvolvimento social da localidade. A análise das condições atuais do distrito, aliada ao estudo das principais abordagens teóricas e práticas de planejamento urbano e requalificação, revela que a requalificação urbana deve ir além da mera recuperação física do espaço, devendo ser entendida como um processo integrador que vise a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento das relações sociais e a valorização da identidade cultural local.

A criação de um centro comunitário, como ponto de convergência para atividades culturais, educativas e de convivência, se configura como elemento chave para fomentar a participação cidadã e consolidar a identidade do território. Paralelamente, a requalificação dos espaços públicos de Vila Major Felipe, com ênfase na acessibilidade, sustentabilidade ambiental e preservação do patrimônio cultural, propõe uma abordagem que respeita as especificidades regionais, ao mesmo tempo que fortalece o vínculo dos moradores com seu ambiente.

A participação ativa da comunidade se configura como um pilar fundamental para o êxito dessa proposta, uma vez que garante que as intervenções urbanísticas atendam às necessidades reais da população, promovendo o estreitamento do laço entre os moradores e seu espaço. Ao promover um ambiente urbano mais inclusivo e acessível, a requalificação de Vila Major Felipe não só melhora as condições de vida de seus habitantes, mas também contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável e resiliente, que se adapta à realidade das pequenas cidades do interior do Brasil.

Dessa forma, a requalificação urbana proposta, combinada à criação do centro comunitário, constitui uma estratégia eficaz para transformar Vila Major Felipe em um exemplo de revitalização de pequenas localidades. Ao preservar sua história, promover o bem-estar social e fomentar o desenvolvimento sustentável, esta abordagem integrada – que articula aspectos sociais, culturais, ambientais e urbanos – tem o potencial de gerar transformações profundas e duradouras para o distrito e seus habitantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto de. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. *Raízes*, Ano XVIII, Nº 20, novembro/ 99, pp. 50 - 53.

ANPUR. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Disponível em: < <http://anpur.org.br/sobre-a-anpur/> > Acessado em: 27 de jun. 2024.

ARRUDA, Daniel Marques. **Projeto e Imagem como Política Urbana: sobre a produção contemporânea da arquitetura institucional pública em Fortaleza-CE**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15220-03: Desempenho térmico de edificações. Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 16537: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6492: Representação de projetos de arquitetura**. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:2021: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257, de 10.07.2001, comentários. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. **Lei complementar Nº 019: Plano Diretor do Município de Pau dos Ferros, 2021**. Disponível em: <<https://pauudosferros.rn.gov.br/leis.php?car=60>>. Acesso em: 20 de agosto de 2024.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1999.

CARNEVALLI FERNANDES, P. H. **O URBANO BRASILEIRO A PARTIR DAS PEQUENAS CIDADES**. *Revista Geoaraguaia*, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 17 out. 2024.

CARTA DE LISBOA SOBRE A REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA. 1º Encontro Luso Brasileiro de Reabilitação Urbana em Lisboa. Lisboa, 1995.

CARVALHO, Paulo (2008) – "Cidades e Valorização Paisagística de Frentes Aquáticas". In *Biblos* (Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Faculdade de Letras, Volume VI (2ª série), p. 332.

Castro, César, (2012). **A Agricultura no Nordeste Brasileiro: Oportunidades e Limitações ao Desenvolvimento**, nº 1786, Discussion Papers, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

CASTRO, D. M. De.; CARDOSO, G. N.; SOUSA, L. G. De. Planejamento regional no Nordeste: a (re)produção de um processo arcaico. In: ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVII.: 2017: São Paulo, SP) **Caderno de Resumos – XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** / Organizadores: Eduardo Nobre, Camila D'Ottaviano. – São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. p. 69.

CIAM. **CARTA DE ATENAS (1933)**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/edusp, s/d.

Cidade - Comunidades e Territórios, 2006. Disponível em: https://repositorio.iscteuiul.pt/bitstream/10071/3428/1/Cidades2006-12-13_Moura_al.pdf. Acessado em

CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

COLIN, Silvio. Uma introdução à arquitetura. 2 ed., Rio de Janeiro: UAPÊ Espaço Cultural Barra Ltda. 2002.

CORREIA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006. 336p.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa. Edições 70. 1983.

CYMBALISTA, Renato. MOREIRA, Tomás. Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: ALBUQUERQUE, Maria C, (Org.) Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, 432 p.

DIXON, Caitlin. A Importância dos Espaços Públicos: Uma Introdução. RioOnWatch, 2014. Tradução por Luana Gama Gato. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=10766>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ENDLICH, Angela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná. 2006. 505 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006.

ERMÍNIA, Maricato. Metrôpole, legislação e desigualdade . Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 48, p. 151–166, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 17 out. 2024.

FERRARI, Célson. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977

GEHL, Jan. **Cidades Para Pessoa, 1936**. Tradução Anita Di Marco. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIL, Antônio Carlos, 1946-. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUITARRARA, Paloma. "Urbanização brasileira"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/urbanizacao-no-brasil.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: resultados**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Tradução de Beatriz Horta. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1996.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.**: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEFEBVRE, Henri, *Le droit à la ville*, Antropos, Paris: 1968.

LINO, Társila Beatrice Braga. Centro Comunitário da Juventude: Unidade de Convivência e Aprendizado em Sinop, MT. Sinop, 2021. 112 f. Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas De Sinop (Facisas), Universidade de Cuiabá, Campus Aeroporto. Sinop, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/36748>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LOMBARDO, M.A. (1990) Vegetação e clima. In: III ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, Curitiba-PR, FUPEF/PR, p. 1-13.

LYNCH, K. (1960). *The image of the city*. Cambridge: MIT Press.

LYNCH, K. (1997). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

MAGNOLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982. . Acesso em: 17 out. 2024.

MEDEIROS, Elis Dantas; FILHO, Ivan Cavalcanti; DIEB, Denise de Azevedo; ANDRADE, Patricia Alonso. *Influências de Haussmann na América do Sul- o caso de Buenos Aires*. XII Encontro de Iniciação à Docência, Universidade Federal da Paraíba, 2010.

MONTANER, Josep Maria, MUXÍ, Zaida. *O urbanismo tardo-racionalista: de A Carta de Atenas à cidade global; Arquitetura e política. Ensaio para mundos alternativos* Editora Gustavo Gili; 2014, p. 253.

MORAES, A. F. de; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. de. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. *Revista Interthesis*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 93-103. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283426182_A_Cidade_e_os_Equipamentos_Urbanos_Uma_Analise_sobre_Nova_PalmaRS. Acesso em 06/01/2025.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes - Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. N° 5 (Dez. 2007), p.117-129.

MOURA, Dulce; GUERRA, Isabel; SEIXAS, João; FREITAS, Maria João. A Revitalização Urbana: Contributos para Definição de um Conceito Operativo.

Oliveira Cruz, D. A. M. de. (2012). AS FACES DO PLANEJAMENTO URBANO. PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho, 12(2). <https://doi.org/10.33026/peg.v12i2.938>

PANERAI, Philippe. Análise urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEREHOUSKEI, N. A.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas Verdes e Saúde: paradigmas e experiências. Diálogos & Saberes, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 55-77, 2012.

PERUZZO, Cicília; VOLPATO, Marcelo. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferenças. Líbero, São Paulo. V. 12, nº 24, p. 139-152, 2009.

Prefeitura Municipal de José da Penha. Informações sobre a cidade. Prefeitura de José da Penha, 2024. Disponível em: <https://josedapenha.rn.gov.br/> Acesso em: 27 jun. 2024.

REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. Avaliação da qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. Ambiente Construído, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 21–34, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/view/3710>. Acesso em: 17 out. 2024.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 255 a 272, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6586>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva; ELALI, Gleice Azambuja. Vitalidade urbana em praças públicas: Um debate com base na percepção dos usuários de praças de Natal – RN. In: SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; Costa, Angelina Dias Leão; SILVA Milena Dutra da. Espaços Livres Públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas. João Pessoa: AB Editora, 2016, 320 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SCHÄFER, Karine Lise. Forma urbana e equipamentos comunitários como referenciais na elaboração de projetos urbanísticos. o caso de navegantes – sc. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis, SC, 2012.

SILVA, Marina Ribeiro. Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/19941/1/tese%20de%20Ana%20Marina%20Silva.pdf>. Acesso em: 23/12/2024.

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TALARICO, CAROLINA CONTIERO. *Urbanismo E Projetos De Requalificação Urbana: Estudo Sobre a Proposta Arco Do Futuro E Seu Eixo Central - Arco Tietê*. 2017.

TARDIN, R. Espaços livres: sistema e projeto territorial. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidad y Sociedad. Buenos Aires: Losada, 1947.

Vainer, C. B. (2000). Estado e migrações no Brasil: Anotações para uma história das políticas migratórias. TRAVESSIA - Revista Do Migrante, 13(36), 15–32. <https://doi.org/10.48213/travessia.i36.741>.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Imagens renderizadas

Apêndice 02 – Questionário

Apêndice 03 – Implantação Geral

Apêndice 04 – Caderno de Pranchas

imagens realistas



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Informações Gerais

1. Sexo: () Masculino () Feminino () Outro:

2. Idade: () 18-25 () 26-40 () 41-60 () 61 ou mais

3. Você reside na Vila?

() Sim

() Não

4. Tempo de residência na Vila Major Felipe:

() Menos de 1 ano

() 1-5 anos

() 6-10 anos

() Mais de 10 anos

5. Qual a sua principal fonte de renda?

() Agricultura

() Pecuária

() Comércio

() Serviço Público

() Outra: _____

Parte I: Percepção sobre a Vila Major Felipe

6. Como você descreveria a qualidade de vida na Vila Major Felipe?

() Muito boa

() Boa

() Regular

() Ruim

() Muito ruim

7. Quais são os principais problemas que você identifica na Vila Major Felipe?

() Falta de espaços públicos de lazer

() Falta de infraestrutura básica (pavimentação, saneamento)

() Falta de opções de serviços e comércio

() Outro: _____

Parte II: Infraestrutura e Equipamentos Urbanos

8. Como você avalia a infraestrutura atual da Vila (ruas, calçadas, iluminação pública)?

() Muito boa

() Boa

() Regular

() Ruim

() Muito ruim

9. Você utiliza os espaços públicos (praça, áreas de lazer) disponíveis atualmente?

() Sim (diariamente, semanalmente)

() Sim (mensalmente)

() Raramente

() Nunca

10. Quais melhorias você considera prioritárias para os espaços públicos?

() Ampliação de áreas de lazer e convivência

() Mais arborização e áreas verdes

() Melhoria da iluminação pública

() Instalação de equipamentos de esporte

() Outro: _____

11. Você acha que faltam espaços de lazer e convivência na Vila?

() Sim

() Não

12. O que você gostaria de ver em um espaço cultural/comunitário?

() Outro: _____

Parte IV: Mobilidade e Acessibilidade

13. Como você avalia o transporte e a acessibilidade na Vila?

() Muito bom

() Bom

() Regular

() Ruim

() Muito ruim

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

16. Você considera fácil se deslocar a pé pela Vila (calçadas, sinalização)?

☐ Sim

☐ Não

1. Quais melhorias você considera importantes para a mobilidade na Vila?

☐ Calçadas acessíveis

☐ Melhoria das vias principais

☐ Transporte coletivo eficiente

☐ Outro: _____

Parte V: Satisfação 7e Expectativas

18. Como você se sente em relação à possibilidade de mudanças urbanas na Vila Major Felipe?

☐ Muito animado

☐ Animado

☐ Indiferente

☐ Preocupado

☐ Muito preocupado

19. O que você espera da requalificação urbana da Vila Major Felipe?

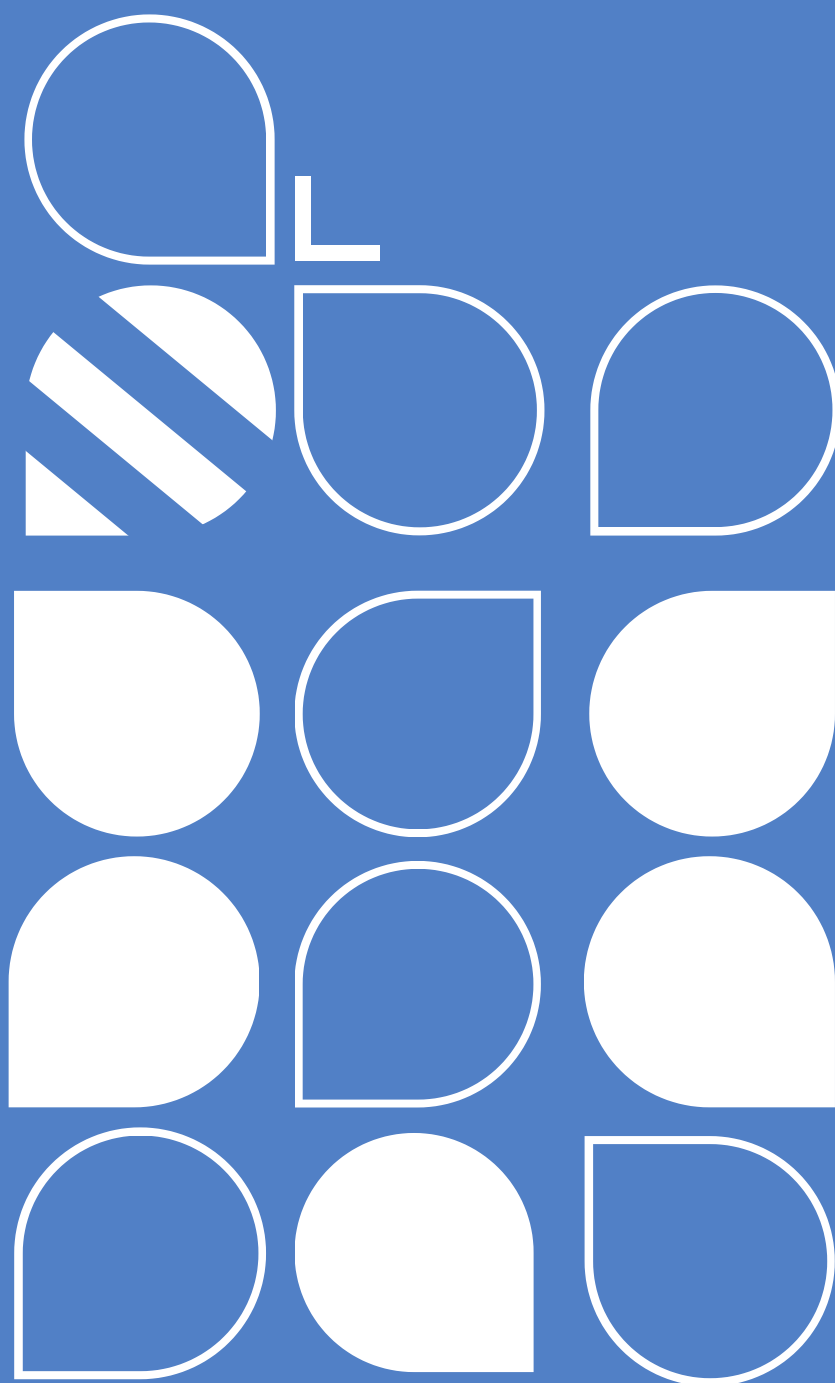
☐ Melhoria da qualidade de vida

☐ Valorização dos espaços públicos

☐ Atração de mais investimentos e serviços

☐ Outro: _____

20. Gostaria de compartilhar alguma sugestão ou ideia para o projeto de requalificação?



CADERNO DE PRANCHAS